

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

**GRUPO ESCOLAR CARLOTA BARREIRA: UMA “OBRA BENEMÉRITA” NA  
CIDADE DE AREIA-PB (1968 - 1973)**

YASMIM MARIA DIAS DOS SANTOS INOCÊNCIO

**LINHA 1. HISTÓRIA POLÍTICA E GESTÃO EDUCACIONAIS**

CAMPINA GRANDE/PB

NOVEMBRO - 2022

YASMIM MARIA DIAS DOS SANTOS INOCÊNCIO

**GRUPO ESCOLAR CARLOTA BARREIRA: UMA “OBRA BENEMÉRITA” NA  
CIDADE DE AREIA-PB (1968 A 1973)**

Aprovado em 27 de setembro de 2022

Dissertação apresentada à Banca de defesa do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Niédja Maria Ferreira de Lima

CAMPINA GRANDE/PB

NOVEMBRO - 2022

I58g

Inocência, Yasmim Maria Dias dos Santos.

Grupo Escolar Carlota Barreira: uma “obra benemerita” na cidade de Areia-PB (1968 - 1973) / Yasmim Maria Dias dos Santos Inocência. – Campina Grande, 2022.

110 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2022.

"Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Niédja Maria Ferreira de Lima".

Referências.

1. História da Educação. 2. Grupos Escolares. 3. Educação - Areia-PB. 4. Educação Assistencialista. 5. Estado X Igreja. I. Lima, Niédja Maria Ferreira de. II. Título.

CDU 37(813.3)(091)(043)

**GRUPO ESCOLAR CARLOTA BARREIRA: UMA “OBRA BENEMÉRITA” NA  
CIDADE DE AREIA (1968 A 1973)**

BANCA EXAMINADORA

*Niédja Maria Ferreira de Lima*

Profa. Dra. Niédja Maria Ferreira de Lima -UFCG

Presidente/Orientadora

*Vívia de Melo Silva*

Profa. Dra. Vívia da Silva Melo-UFPB

Examinadora externa

*Simone Vieira Batista*

Profa. Dra. Simone Vieira Batista-UFCG

Examinadora interna



## **DEDICATÓRIA**

À minha mãe, Suely Dias, que sempre investiu na educação de seus filhos.

À minha irmã, Sibelle Dias, que me incentivou a cursar pedagogia e que, muitas vezes,  
ajudou-me a sobreviver aos dias difíceis.

Ao meu pai, Izaquiel Inocência, que trabalhou incansavelmente para prover o sustento  
básico para que eu pudesse estudar.

## AGRADECIMENTOS

Acredito que concluir um curso de Mestrado, sendo filha de pedreiro e de dona de casa, sendo mulher e preta em uma sociedade capitalista, machista e racista, é uma conquista gigantesca e estou certa de que isso não seria inteiramente possível na minha vida sem aqueles que citarei abaixo. Sendo assim, todos que forem citados aqui, sintam-se abraçados, sou extremamente feliz por poder agradecer a vocês.

Ao Deus todo poderoso, por me sustentar e me proporcionar tamanha conquista, não existem palavras para descrever.

À minha família, a quem dedico esse trabalho, por me incentivar a andar ‘fora da curva’ e “fazer grandes coisas”. Ao meu cunhado Crelison Alves e ao meu irmão Iordan Dias. Em especial a minha irmã (Sibelle), por ser um grande exemplo de profissionalismo e persistência, ensinando-me a ser sempre melhor.

À professora Niédja Lima, por ser tão excelente em seu trabalho como orientadora, especialmente em um momento de anormalidade social ocasionado pela pandemia da Covid-19. Aprendi com ela não apenas na área profissional, mas também por ser um exemplo de força e responsabilidade. Assim também a professora Melânia Mendonça, que sempre esteve disponível para contribuir com minha pesquisa.

Aos colegas de curso que, mesmo em um formato remoto, foram presentes nos momentos certos. Em especial, a Lívia Maria, pela parceria durante a pesquisa e por compartilhar momentos de *stress* e alegria. A Aline Oliveira e Liana Bastos, por partilharem esse processo comigo.

À Thaisa Clemente, grande incentivadora de meu ingresso neste curso, grata por todo apoio e cuidado.

Ao grupo de pesquisa sobre a Escola Normal de Campina Grande, pelos estudos realizados e pela ampliação de conhecimento sobre instituições escolares.

Aos professores do curso de Mestrado em Educação, pela ministração das disciplinas e conhecimentos socializados e pela disponibilidade.

A todos aqueles que me auxiliaram a encontrar as fontes de pesquisa e foram solícitos nesse processo.

A todos aqueles que me confiaram documentos e livros de seus arquivos pessoais. Em especial, Cauby Dantas, Janaina Azevedo e Ir. Marta.

Às professoras da banca de avaliação, Vívía Melo, Simone Vieira, Itacyara Viana e Melânia Rodrigues pelo olhar atento desde a qualificação.

Às secretarias do curso de Mestrado do PPGEd, Letícia Cassiano, Dyanne Déborah e Samara Kelly, pela disponibilidade e atenção.

Aos amigos próximos, Francielle Nathanaelly, Rebecca Durand, Victor Gabriel, Débora Duarte e Nathanaelly Araújo, que mesmo não sendo profissionais da área ou não estando comigo presencialmente todos os dias, incentivaram-me e cuidaram para que eu chegasse até esse momento com integridade mental.

À Jéssica Soares, pelo incentivo ao ingressar neste curso e pelo apoio na correção deste texto.

## RESUMO

A presente dissertação se vincula à Linha de Pesquisa 1, História, Política e Gestão Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), e tem como objeto a história de uma instituição pública da cidade de Areia-PB, o Grupo Escolar Carlota Barreira, criada no ano de 1968. Essa investigação se insere no âmbito das pesquisas sobre instituições escolares e teve como objetivo maior investigar historicamente o processo de criação do Grupo Escolar Carlota Barreira e seu papel socioeducativo na cidade de Areia- PB, no período de 1968 a 1973, recorte temporal que compreende o ano de criação e os cinco anos seguintes de funcionamento. Mais especificamente, a pesquisa buscou: contextualizar o cenário sócio-político-educacional no qual o Grupo Escolar Carlota Barreira se constituiu; investigar os motivos pelos quais a instituição foi fundada e quem a idealizou; compreender a relação da escola com a cidade de Areia; e refletir sobre a organização educacional: espaço físico, solenidades e festividades escolares. Para realização do estudo, respaldamo-nos em: Sanfelice (2007), Nosella e Buffa (2013), Saviani (2019), Germano (2011), Pinheiro (2002) Almeida (1980) Torres (1989), Almeida (2010) entre outros e nos inspiramos no materialismo histórico-dialético, (Netto, 2006; Konder, 2008; Cury,1985; Kosik, 1969). A pesquisa foi realizada mediante a análise documental, a partir de levantamento da documentação e posterior análise de documentos midiáticos, como fotografias e vídeo, recorte de jornal, documentos legais, livros memorialísticos, entre outros disponíveis em arquivos da instituição, do município e do estado. O estudo permitiu conhecer os antecedentes de criação do Grupo Escolar “Carlota Barreira” na cidade de Areia/PB, e quando essa passou a ser considerada “a grande estrela das obras sociais da Paróquia”, dando indícios da efetiva presença da Igreja Católica na criação e na vivência educacional que tivera como pároco o Cônego Ruy Barreira Vieira. Portanto, com base no período estudado, é possível inferir que a Igreja atuava para o serviço assistencialista nas causas “dos pobres” e a ausência estatal no desenvolvimento educacional dessa instituição. Os dados apontaram, ainda, a presença feminina no quadro docente da instituição e a participação das freiras do Colégio Santa Rita em ações educacionais e religiosas no Grupo Escolar, além da promoção de festividades e celebrações católicas e cívicas, desde sua primeira formação como Escola Reunida e sua continuidade como Grupo Escolar. O estudo evidencia, assim, o papel socioeducacional dessa instituição para a história local e estadual, que possui mais de cinquenta anos e muito vem contribuindo para a formação educacional da população areiense.

Palavras-chave: Instituição Escolar; Grupo Escolar; Igreja Católica; Estado; Educação assistencialista; Areia-PB.

## ABSTRACT

The present dissertation is linked to Line of Research 1, History, Policy and Educational Management of the Graduate Program in Education of the Federal University of Campina Grande (UFCG), and its object is the history of a public institution in the city of Areia-PB, the Carlota Barreira School Group, created in 1968. This research falls within the scope of the investigation on school institutions, and its main goal was to historically investigate the process of creation of the Carlota Barreira School Group and its socio-educational role in the city of Areia-PB, from 1968 to 1973, time frame that comprises the year of creation and the five subsequent years of operation. More specifically, the research sought to: contextualize the socio-political-educational scenario in which the Carlota Barreira School Group was constituted; investigate the reasons why the institution was founded and who idealized it; understand the relationship of the school with the city of Areia; and reflect on the educational organization: physical space, solemnities and school festivities. This study was conducted and supported by: Sanfelice (2007), Nosella and Buffa (2013), Saviani (2019), Germano (2011), Pinheiro (2002) Almeida (1980) Torres (1989), Almeida (2010) among others, and also inspired by historical-dialectical materialism, (Netto, 2006; Konder, 2008; Cury, 1985; Kosik, 1969). The research was carried out through document analysis, based on a survey of documentation and subsequent analysis of media documents, such as photographs and video, newspaper clippings, legal documents, memorial books, among others available in the institution, city and state archives. The study made it possible to know the antecedents of the creation of the “Carlota Barreira” School Group in the city of Areia-PB, and when it came to be considered “the great star of the social works of the Parish”, giving evidence of the effective presence of the Catholic Church in the creation and in the educational experience whose priest was Canon Ruy Barreira Vieira. Therefore, based on the period studied, it is possible to infer that the Catholic Church acted for the welfare service in the causes “of the poor ones” and the state's absence in the educational development of this institution. The data also pointed to the female presence in the teaching staff of the institution and the participation of the nuns of Santa Rita College in educational and religious actions in the School Group, in addition to the promotion of catholic and civic festivities and celebrations, since its first formation as a Reunida School and its continuity as a School Group. The study highlights, thus, the socio-educational role of this institution for the local and state history, which has more than fifty years and has been contributing to the educational formation of the areiense population.

Keywords: School Institution; School Group; Catholic Church; State; Education welfare; AreiaPB

## **LISTA DE QUADROS**

**Quadro 1.** Pesquisa realizada no site PPGE/UEPB

**Quadro 2.** Pesquisa realizada no site da BDTD

## LISTA DE SIGLAS

BDTD - BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES

CAPES - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

CCA- CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS

EAN-ESCOLA DE AGRONOMIA DO NORDESTE

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E PESQUISA

LDB - LEI DE DIRETRIZES E BASES

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

PPGED- PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

PPP- PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

PET - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL

UFCG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

UFPB – UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

USAID - UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT

UND - UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1.** Centro da cidade de Areia-PB
- Figura 2.** Arquivo Secretaria de Administração Estadual no setor de Atos em João Pessoa
- Figura 3.** Arquivo fotográfico da EEEFM Carlota Barreira
- Figura 4.** Museu Solar José Rufino
- Figura 5.** Vista aérea da cidade de Areia-PB
- Figura 6.** Colégio Santa Rita
- Figura 7.** Padre Ibiapina
- Figura 8.** Dom José Maria Pires (Dom Pelé)
- Figura 9.** Igreja Nossa Senhora da Conceição em Areia-PB
- Figura 10.** Padre Ruy Barreira
- Figura 11.** Carta do Arcebispo da Paraíba Dom Moisés Coelho sobre a Semana Ruralista em Areia (1952)
- Figura 12.** Recorte de jornal com a notícia sobre a vinda de Dom José Maria Pires para Areia-PB
- Figura 13-** Decreto de Criação do Grupo Escolar Carlota Barreira
- Figura 14-** Carta homenagem a Carlota Barreira escrita pelo Padre Ruy na festa de homenagem aos 100 anos de nascimento da patronesse da escola em 1994
- Figura 15.** Bandeira com brasão e o lema "Servir"
- Figura 16.** Descerramento da placa
- Figura 17.** Local onde estão sepultados Padre Ruy
- Figura 18.** Epitáfio de Carlota Barreira Vieira e sua mãe Carlota Barreira Vieira
- Figura 19** Epitáfio do Padre Ruy Vieira

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

- Fotografia 1.** Registro fotográfico de Professoras das Escolas Paroquiais e o Padre Ruy em frente ao prédio da futura Escola Reunida (1953)
- Fotografia 2.** Prédio Escolas Reunidas (1954)
- Fotografia 3.** Alguns dos alunos e professoras que compunham o corpo docente e discente das Escolas Reunidas Padre Ibiapina (1954-1955)
- Fotografia 5.** Turma com alunos e professoras das Escolas Reunidas Padre Ibiapina em atividade na sala de aula
- Fotografia 6.** Festividade Clube de Leitura
- Fotografia 7.** Festa da Proclamação da Independência
- Fotografia 8.** Construção do prédio do Carlota Barreira: vista lateral
- Fotografia 9.** Construção do prédio do Carlota Barreira: vista frontal
- Fotografia 10.** Inauguração do Grupo Escolar Carlota Barreira
- Fotografia 11.** Discurso de inauguração do Padre Ruy
- Fotografia 12.** Discursos de Inauguração
- Fotografia 13.** Discurso Dom José Maria Pires
- Fotografia 14.** Missa de Inauguração
- Fotografia 15.** Churrasco comemorativo da inauguração
- Fotografia 16.** Churrasco de celebração
- Fotografia 17.** Alunos do Grupo Escolar na Inauguração (1968)
- Fotografia 18.** Construção finalizada (1968)
- Fotografia 19.** Algumas Professoras do Carlota Barreira em 1968
- Fotografia 20.** Prédio do Carlota Barreira em 1968
- Fotografia 21.** Prédio do Carlota Barreira em 1968
- Fotografia 22.** Prédio do Carlota Barreira em 1968
- Fotografia 23.** Missa Campal Grupo Escolar Carlota Barreira
- Fotografia 24.** Desfile cívico

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	15
1.1 Trajetória acadêmica: as vivências e a escolha do tema pesquisado	15
1.2 Questões problema, problemática e objetivos	19
1.3 Escolhas Teórico-Metodológicas	21
<b>CAPÍTULO 2. A EDUCAÇÃO NO BRASIL NA DITADURA EMPRESARIAL MILITAR: NOS ANOS 1964-1975</b>	33
2.1 A Ditadura Empresarial Militar: mudanças e reconfigurações político-social e econômicas (1964-1975)	34
2.1.1 Grupos escolares e as novas configurações em tempos de Ditadura	37
2.2 A educação pública no Brasil a Lei de Diretrizes e Bases de 1961 e a Reforma do Ensino de 1971	41
<b>CAPÍTULO 3. A EDUCAÇÃO EM AREIA ENTRE AS DÉCADAS DE 1960-1970</b>	48
3.1 O cenário sociopolítico e educacional na cidade de Areia-PB	49
3.2 A educação para pobres e a ação da Igreja Católica em Areia-PB	55
3.3 O Grupo Escolar “Carlota Barreira”: antecedentes de sua criação na cidade de Areia	67
<b>CAPÍTULO 4. O GRUPO ESCOLAR CARLOTA BARREIRA: “A GRANDE ESTRELA DAS OBRAS SOCIAIS DA PARÓQUIA”</b>	75
4.1 A fundação da Escola no município de Areia	75
4.1.1 A homenageada “Carlota Barreira”	89
4.2 A organização educacional: espaço físico, solenidades e festividades escolares	95
<b>5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	102
<b>6.0 REFERÊNCIAS</b>	106

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação se vincula à Linha de Pesquisa 1, História, Política e Gestão Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), e tem como objeto a história de uma instituição pública da cidade de Areia-PB, o Grupo Escolar Carlota Barreira, criada no ano de 1968. Essa investigação se insere no âmbito das pesquisas sobre instituições escolares buscando fortalecer e dar visibilidade social a escolas que muito contribuíram na vida social, política, econômica e afetiva das pessoas que ali se formaram, ampliando também os estudos relacionados ao campo da História da Educação e, em particular, das Instituições Escolares. Neste capítulo introdutório, buscamos apresentar nossa trajetória acadêmica e escolha pelo objeto de estudo, contextualizamos o tema e sua relevância, tratamos da problemática, objetivos e os caminhos teórico-metodológicos que construímos para nos acercarmos do mesmo, visando responder às questões e aos objetivos delineados para a investigação, os quais abordaremos a seguir.

### 1.1 Trajetória acadêmica: as vivências e a escolha do tema pesquisado

A escolha da temática a ser pesquisada em uma pós-graduação não deve ocorrer isolada da realidade do pesquisador ou pesquisadora, isto porque, geralmente, o que desperta a curiosidade de pesquisar são as vivências diárias, o desejo de compreender determinados assuntos e até conhecer os motivos pelos quais tal realidade existe ou existiu. Neste sentido, esta pesquisa relaciona-se com minha vivência<sup>1</sup> pessoal e educacional.

Ao ingressar no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), realizei estudos sobre instituições escolares na Paraíba (grupos escolares), na disciplina Fundamentos Históricos da Educação II. Além disso, fui integrante do Grupo PET Pedagogia<sup>2</sup> no período de agosto de 2016 a agosto de 2018, tendo a oportunidade de ler e estudar o livro da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vívica de Melo Silva intitulado “Grupo Escolar Solon de Lucena: um novo modelo de escolarização primária para Campina Grande-PB”,

---

<sup>1</sup> Neste primeiro item fiz uso do verbo na primeira pessoa por estar relatando um pouco do percurso percorrido na minha construção enquanto estudante e pesquisadora.

<sup>2</sup> O Programa de Educação Tutorial (PET) é um programa composto por estudantes de graduação, podendo ser bolsista ou não-bolsista e um professor tutor, e está fundamentado do princípio de indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão, proporcionando ampla formação aos seus componentes.

publicado pela editora da EDUEPB, em 2017. O Grupo PET Pedagogia promoveu o lançamento desse livro na UFCG, ocasião em que os integrantes do PET Pedagogia conheceram a autora e sua obra de forma presencial. Esses acontecimentos me aproximaram e despertaram interesse por essa temática que se insere no âmbito dos estudos relacionados ao campo da História da Educação e, em particular, das Instituições Escolares.

Nosella e Buffa (2013) ressaltam os motivos pelos quais devemos investir nas investigações em instituições escolares que estão relacionados a diferentes motivações, sendo elas: o afetivo, proporcionando ampliação dos sentimentos de pertencimento e saudosismo aos que fizeram ou fazem parte da instituição; o conhecimento e preservação da memória; o trabalho pedagógico desenvolvido e a importância da escola tanto para comunidade interna como para a externa. Assim, ao se decidir pelo estudo de uma instituição escolar determinada, outros dois elementos revestem-se de importância estratégica: “um significado social reconhecido, o que significa ser considerada pela sociedade, em razão de sua tradição, os alunos que ela formou etc”; e a densidade história, como tal entendido que a instituição “tenha demonstrado, no decorrer do tempo, a realização dos objetivos a que se propunha e que a sociedade identifique traços significativos de sua própria história” (NOSELLA; BUFFA, 2013, p.56).

Considerando esses aspectos, ganham destaque as investigações sobre grupos escolares, pois, segundo Chaloba (2019):

Nas duas últimas décadas, em meio a essas instituições caracterizadas pela excepcionalidade, seja pelo critério do pioneirismo ou da relevância, nota-se o despontar dos grupos escolares como novo tema de investigação reconfigurando o lugar da escola primária na história das instituições educativas e redefinindo novos objetivos, questões de pesquisa, fontes e conceitos (CHALوبا, 2019, p. 24)

Meu interesse por essa temática fortaleceu-se no levantamento da produção acadêmica referente ao assunto em estudo, no Programa de Pós-graduação em Educação da UFPB (PPGE/UFPB) que tratava desse tema e por representar a produção acadêmica de pesquisas educacionais (teses e dissertações) em âmbito local – Estado da Paraíba – *locus* da nossa pesquisa e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Para tanto, atentei-me ao recorte temporal desta pesquisa, 1968 a 1973, para selecionar informações do mesmo período no qual pesquisamos.

Esse levantamento foi realizado mediante a busca *online* das produções de dissertações e teses no site do PPGE/UFPB (Linha 2 – História da Educação) e na BDTD.

Para a seleção dos trabalhos, consideramos os estudos sobre instituições escolares - grupos escolares que nos auxiliassem na ampliação do conhecimento produzido nessa área e que possibilitassem uma amostra dos estudos produzidos nesta área. Segue abaixo a organização:

Quadro 1. Pesquisa realizada no site PPGE/UFPB

Ano	Temática	Tipo	Autor (a)	Título
2011	Grupo Escolar	Dissertação	Enoque Bernardo da Silva	História do Grupo Escolar Professor Maciel a partir das memórias de suas professoras (1956 a 1971)
2010	Instituição Escolar	Tese	Maria Ivete Martins Correia	A Educação Católica, Gênero e Identidade: O Colégio Santa Rita de Areia na História da Educação da Paraíba (1937 -1970)

O levantamento de dados partiu da busca por meio das palavras-chave: Grupos Escolares, Instituições Escolares. No site do PPGE/UFPB foram encontrados dois estudos de instituições escolares, sendo um sobre grupo escolar e outro sobre um colégio, esses trabalhos foram publicados entre os anos de 2009- 2011. Já no site da BDTD foi encontrado, apenas, um estudo sobre Grupo Escolar.

O trabalho sobre grupo escolar, localizado no site do PPGE/UFPB, discute o surgimento e funcionamento do Grupo Escolar Professor Maciel a partir das memórias reconstruídas pelas professoras da instituição e sobre a formação de professores para esse modelo. Este trabalho nos auxiliou na ampliação do olhar sobre a educação na Paraíba com a chegada do grupo escolar, possibilitando também a percepção de semelhanças e diferenças com a nossa pesquisa. Além disso, por discutir sobre um grupo escolar que foi instituído em 1957, proporciona conhecimentos referentes a experiências e movimentos históricos anteriores a 1968.

O texto sobre o colégio abordou a formação de professores, currículo, educação religiosa, educação feminina. Intitulado: “A Educação Católica, Gênero e Identidade: O Colégio Santa Rita em Areia na História da Educação da Paraíba (1937- 1970), o texto é uma fonte histórica sobre uma instituição educativa da cidade de Areia e sobre o contexto educacional da época. Essas leituras permitem perceber colégio de freiras que, em

parceria com a igreja católica, modificou a organização educacional da cidade a partir de 1936, a criação dessa instituição promoveu um novo espaço educacional para a elite feminina de Areia, que passou a ter um colégio com modelos europeus de ensino, além disso, atrelado a igreja, muitas obras de caridade foram feitas a sociedade, destaque aqui para o auxílio financeiro investido no Grupo Escolar Carlota Barreira, como veremos mais à frente.

Antes, vale ressaltar a existência de diversos outros trabalhos que envolviam a temática grupos escolares, contudo, em sua maioria, apresentaram um recorte temporal anterior ao selecionado nesta pesquisa, por esse motivo não foram organizados no quadro.

Sobre a pesquisa realizada no site da BDTD, como mencionado anteriormente, foi encontrado um trabalho ano de 2016, sobre grupos escolares, que discutia a cultura educacional do grupo escolar em Limeira- SP, como aponta o quadro abaixo:

Quadro 2. Pesquisa realizada no site da BDTD

Ano	Temática	Tipo	Instituição	Autor (a)	Título
2016	Grupo Escolar	Tese	UFSCar – RJ	Wilson Ricardo Antoniassi de Almeida	Terceiro Grupo Escolar De Limeira-SP (1940-2010): a dinâmica do tempo-espaço escolar

Nessa busca, outras teses e dissertações foram encontradas, todavia, em sua maioria, estavam vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em História e não foram selecionadas por não atenderem o critério de seleção de vínculo a uma pós-graduação em educação e outras não estavam dentro do recorte temporal selecionado.

O estudo me auxiliou na compreensão e análise do objeto em investigação, bem como proporcionou uma amostra das produções acadêmicas a respeito das instituições escolares – Grupos Escolares – entre os anos de 1968-1973, mais especificamente, sobre o Grupo Escolar Carlota Barreira e sua relevância nos contextos nacional, estadual e local no campo da História da Educação.

Considerando o exposto e reafirmando a importância dos estudos nessa área para a construção e preservação da memória das instituições, percebi a ausência de pesquisas que tratem, especificamente, do processo de criação e seus antecedentes, propus-me, então, a investigar a história do Grupo Escolar Carlota Barreira, atual “Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Carlota Barreira”, na cidade de Areia, Paraíba, no recorte temporal de 1968 a 1973, contribuindo, assim, para a constituição de um conhecimento

no campo da história das instituições escolares. Esse recorte temporal se justifica por corresponder ao ano de criação da instituição e seus cinco primeiros anos de existência, respectivamente.

A escolha dessa instituição ocorreu por ter estudado na mesma durante oito anos, cursando o ensino fundamental-anos finais- e o ensino médio, vivenciando momentos educacionais de extrema importância. Ao longo desse tempo, participei de movimentos a favor da escola pública e aqui destaco o movimento realizado pela escola em 2013 em prol do seu não fechamento. Para tanto, saímos em caminhada pelas ruas da cidade, alunos, funcionários, professores, vizinhos, debatendo sobre a história da escola, sua importância no crescimento educacional dos estudantes de Areia etc. Também participei de desfiles cívicos, e mostras pedagógicas, nas quais a escola era vista como referência por sua comunidade. Estas e outras atividades me levaram a construir vínculos e amizades que perduram até os dias atuais. Além de mim, meus irmãos também estudaram na escola, meu irmão tocou por muitos anos na “Banda Marcial Carlota Barreira”, hoje, “Banda Fanfarra Simples”.

A Escola Carlota Barreira é também uma instituição pública de grande relevância para a cidade de Areia e sua juventude, com 54 anos de organização, a escola fez e faz parte da história educacional de muitos no município e região.

Pelos motivos ora apresentados, acredito ser essa instituição de grande relevância na história educacional da cidade de Areia, PB e de seus habitantes, assim sendo, construir um registro acadêmico que inicie as discussões sobre os antecedentes de sua criação, a fundação é um passo para a preservação de sua memória e história.

Minha aproximação com o meu objeto de pesquisa se deu de forma gradual, envolvendo afetividade e desejo por ampliação na área de pesquisa sobre instituições escolares, particularmente em uma instituição que marcou a história educacional de muitos jovens areienses, inclusive a minha. Espero poder contribuir de forma significativa tanto para conhecimentos dos processos que levaram a existência da escola Carlota Barreira como para a ampliação dos estudos na área de história da educação da cidade de Areia-PB.

## 1.2 Questões problema, problemática e objetivos

A história da Educação é um campo de estudo amplo, que apresenta diversas possibilidades investigativas, dentre elas está a investigação das instituições escolares.

Esses estudos ganham força na década de 1990, mas têm início em 1950 e sua produção destaca-se especialmente nas teses de mestrado, tanto no Brasil como em outros países. Nas palavras de Silva (2009, p. 18), “estudos sobre instituições escolares vêm ganhando espaço como importante prática para recuperar questões inerentes à compreensão do processo de escolarização no Brasil”.

Esse tipo de estudo envolve descobertas da realidade educacional para a compreensão da ação do homem na sociedade, possibilitando-nos pensar de forma crítica e rigorosa de que maneira trabalhamos para transformar a sociedade. Além disso, oferece-nos condições de compreender as relações de poder e os mecanismos de exclusão que se produzem e se reproduzem em determinados contextos sociais. (NASCIMENTO e NASCIMENTO, 2010).

As pesquisas desenvolvidas nessa área envolvem diferentes e variados objetos e questões, podendo investigar sobre criação e fechamento de instituições, mudanças educacionais e sociais envolvendo as escolas, tradições que permeiam a comunidade entre outros. Alguns elementos investigativos podem ser “mobiliário, registros escritos, manuscritos, fotográficos e impressos, livros de escrituração escolar, impressos da prática estudantil, memória do corpo discente, docente, gestor, arquitetura” (FERREIRA, 2017). Isso porque, partimos do pressuposto de que a escola é lugar de relações políticas, sociais e humanas, conhecê-la é permitir-se imergir em um ambiente misto, histórico, cultural, formador e agente de mudanças. “É uma proposta que visa à valorização das peculiaridades regionais, sem desconsiderar as dimensões nacionais.” (TOLEDO e ANDRADE, 2014 p.18)

Sendo assim, compreendemos que toda instituição escolar merece ser objeto de investigação, independente do grau de relevância na sociedade, uma vez que, cada uma apresenta sua história e responde aos múltiplos determinantes de forma singular, embora inserida em um contexto maior (SANFELICE, 2007).

Algumas questões que balizaram essa pesquisa foram: Qual o cenário sócio-político-educacional, nacional e local, que marcou a criação dessa escola? Qual motivação para a sua criação? Quem a idealizou? Como seu espaço físico foi organizado? Quais solenidades e festividades eram vivenciadas na escola no período de 1968 a 1973?.

Em termos gerais, esta pesquisa objetiva investigar historicamente o processo de criação do Grupo Escolar Carlota Barreira e seu papel socioeducativo na cidade de Areia-PB no período de 1968 a 1973. Para alcançar nossos propósitos, apresentamos como objetivos específicos:

- contextualizar o cenário sócio-político-educacional no qual o Grupo Escolar Carlota Barreira se constituiu;
- investigar os motivos pelos quais a instituição foi fundada e quem a idealizou;
- compreender a relação da escola com a cidade de Areia;
- refletir sobre a organização educacional: espaço físico, solenidades e festividades escolares

### 1.3 Escolhas Teórico-Metodológicas

Partindo do pressuposto de que não existe neutralidade, que todos os seres humanos são dotados de crenças e ideologias, acreditamos que nenhum movimento de pesquisa ocorre descolado do real, que os acontecimentos, documentos e análise não ocorrem de forma aleatória. Assim sendo, inspiramo-nos na abordagem teórico metodológica do materialismo histórico-dialético para desenvolver nossa investigação.

Essa teoria tem como seu principal fundador, Karl Marx, que faz sua crítica a sociedade capitalista, contudo, não é apenas o campo econômico que passa a ser analisado, mas também o homem e a sociedade que o cerca, as relações estabelecidas, os movimentos da vida, assim também, a educação. Segundo Netto (2006, p. 38), a teoria do materialismo histórico-dialético, “foi realizada para compreender a dinâmica da sociedade burguesa e, compreendendo-a, fornecer ao proletariado as armas teóricas capazes de assegurar condições de êxito à sua ação revolucionária”.

Essa abordagem nos possibilita conhecer determinado fenômeno em sua essência, suas contradições, suas relações com a história já vivida e a que ainda virá, em pesquisa no campo da educação, o materialismo histórico-dialético nos permite perceber a educação como ferramenta de produção e reprodução social, apontando caminhos possíveis para o entendimento dela como superação social. Alguns autores que embasam nossa discussão são: Netto (2006), Konder (2008), Cury (1985), Kosik (1969) entre outros.

Karl Marx desenvolveu sua teoria com base na sociedade burguesa durante 40 anos e escreveu diversos textos com suas ideias, exemplo disso são os livros “O Capital” e “O Manifesto do Partido Comunista”. Na sua escrita, estabeleceu categorias que servem como base para análise da sociedade e compreensão do todo social, a saber: *hegemonia*, *contradição*, *totalidade*, *historicidade*, *mediação*, *reprodução*. Nas palavras de Cury

(1985, p. 21), essas categorias “são conceitos básicos que pretendem refletir os aspectos gerais e essenciais do real, suas conexões e razões. Elas surgem da análise da multiplicidade dos fenômenos e pretendem um alto grau de generalidade”.

Dentre as categorias desenvolvidas no materialismo histórico-dialético, buscamos inspiração nas de *totalidade, contradição e historicidade* para melhor entender os como e porquês encontrados nos estudos e na coleta de dados.

A categoria totalidade aponta que “o conhecimento é *totalizante* e a atividade humana, em geral, é um processo de totalização, que nunca alcança uma etapa definitiva e acabada” (KONDER, 2008, p. 35), isto é, as relações vivenciadas pela sociedade não estão isoladas no tempo e no espaço, elas são interligadas e, muitas vezes, para compreender determinado fato, necessitamos ter a noção de fatos anteriores e posteriores aquilo que está acontecendo no agora. Sendo assim, ao investigarmos e analisarmos as histórias e documentos encontrados nesta pesquisa, buscamos compreendê-los ao seu tempo, no contexto histórico que estavam imersos, quem produziu tal informação, para não cairmos no erro da existência de uma verdade única e limitada.

É importante salientar que o tempo histórico escolhido para essa pesquisa foi 1968 a 1973 e o contexto social nacional vivenciado era a ditadura empresarial militar e os acontecimentos apresentam características deste movimento. Para fundamentar nossa investigação a pesquisa ancorou-se nos escritos de Saviani (2019), Marília (2019), Germano (2011), entre outros.

O início de 1960 foi marcado por forte crise econômica e política. O Estado populista que havia sido implantado “não correspondia às necessidades requeridas pelo novo patamar de acumulação do capital” (GERMANO, 2011, p. 49). Tal crise agravou-se e o desejo das elites brasileiras por uma nova forma de governo continuava crescendo. Trata-se, então, de uma grande luta de interesses econômicos disfarçados e progresso, ancorado no discurso do anticomunismo que ganhava força por causa do contexto social mundial com o socialismo em Cuba que afetou o capitalismo nos Estados Unidos. Levantado a bandeira com lemas do patriotismo, prometendo o fim da grande crise e a não “implantação” do tão temido comunismo, em 1964 instaura-se a Ditadura Empresarial-Militar no Brasil.

Esse cenário não pode ser ignorado. Um grupo escolar que nasce quatro anos após a explícita tomada de poder antidemocrática, que provoca mudanças político-social, econômica e educacional, não pode ser analisado de forma isolada. Por esse motivo, ancorados na categoria totalidade, buscamos analisar esse momento de forma totalizante,

não deslocando as informações encontradas da realidade do momento, entendendo as mudanças que ocorreram tanto no país como na cidade de Areia

Em relação à categoria contradição, “é a base para a dialética. Ela é o movimento conceitual explicativo mais amplo, uma vez que reflete o movimento mais originário do real” (CURY, 1985, p. 27). Podemos afirmar que a contradição é a base das relações reais, ela afirma a exigência de que algo só existe por causa do seu contrário. Sendo assim, para analisarmos os dados encontrados em sua totalidade, precisamos encontrar seus pontos contraditórios e dialéticos.

Além da totalidade e da contradição, também buscamos investigar observando o movimento histórico. É aqui que a categoria historicidade se apresenta, na busca por compreender a singularidade do momento histórico, investigando-o não de forma narrativa e descritiva, mas crítica e dialética.

A historicidade nos proporciona um novo olhar sobre a pesquisa, percebemos o movimento histórico através das diferentes lentes de quem o conta, permite-nos reservar a memória daqueles que não são considerados “heróis”, além de analisar criticamente a história que sempre é contada e reproduzida. “Ela se revela pela abordagem dos fenômenos singulares a partir de seu pertencimento a uma totalidade social e de sua localização no tempo e no espaço” (CIAVATTA, [S.N.], p. 6)

Essas categorias não são encontradas organizadas de maneira separada no meio real, elas estão profundamente interligadas e envolvem todas as relações sociais e educacionais. Por isso, são importantes na construção de análise do fenômeno investigado.

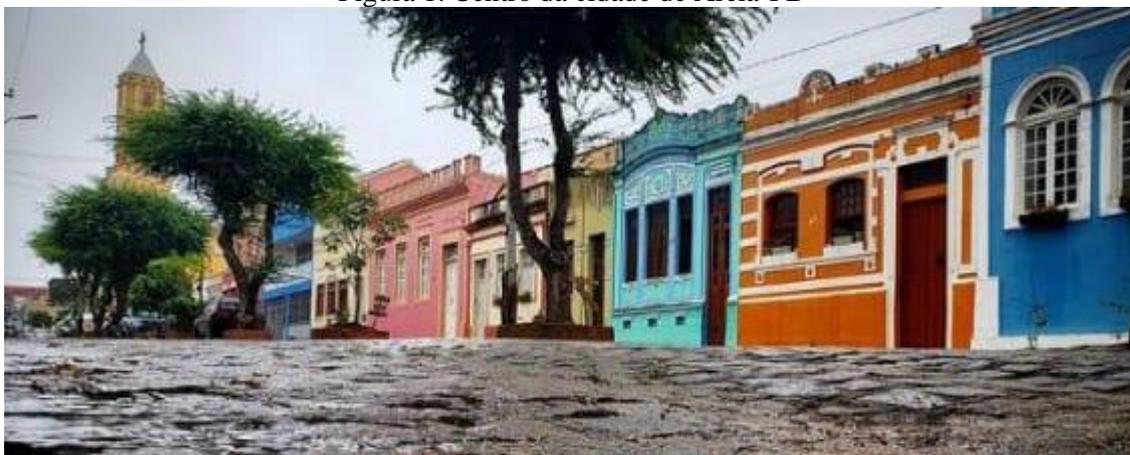
Sendo assim, o objetivo deste texto não é exaltar um lado da história, não é defender um “herói” ou afirmar uma verdade única, mas sim, analisar e organizar as informações coletadas de forma ética, respeitosa, clara e crítica. Não pretendemos aqui findar todas as possibilidades de análise da temática, pelo contrário, estamos organizando e analisando informações que contribuam e somem com as já existentes e possibilitem caminhos para novas pesquisas sobre as instituições escolares, especialmente, sobre a instituição investigada.

Nessa perspectiva, e compreendendo que toda instituição escolar merece ser objeto de investigação, buscamos estudar cientificamente o Grupo Escolar Carlota Barreira, localizado na cidade de Areia- PB.

Areia é uma das 223 cidades do interior do estado da Paraíba, a aproximadamente 150 km da capital, João Pessoa e, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui cerca de 25.000 mil habitantes.

Conhecida por sua tradição cultural, festivais de arte, atividade agrícola e especialmente por seus engenhos de cachaça e rapadura, esbanja seu charme a milhares de turistas que por ela passam durante todo o ano. Em sua arquitetura, ostenta paisagens e edifícios do século XIX (MORAIS, 2008), com um belíssimo centro histórico, casarões, igrejas e museus construídos por escravos, tais construções revelam grandes histórias em cada um dos seus detalhes. Por sua história e significação histórica, passou a ser reconhecida em 1979 como Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) e, em 2006, teve seu centro histórico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como ilustra a foto a seguir:

Figura 1. Centro da cidade de Areia-PB



Fonte: Fotógrafo Gilmar Batista

Mesmo sendo uma cidade relativamente pequena, possui diversas escolas, tanto da rede pública como da rede particular de ensino, além do campus II da Universidade Federal da Paraíba que, atualmente, é composto pelo Centro de Ciências Agrárias(CCA), sete departamentos e o Hospital Veterinário da Universidade Federal da Paraíba.

Visando organizar e visualizar as instituições escolares, na cidade foi construído um quadro que sinaliza as instituições existentes em Areia no ano de 2022 e que surgem como grupos escolares até a década de 1990. Vale salientar que as instituições escolares, criadas após a data da Lei nº.5692, de 11 de agosto de 1971, passaram a ser nomeadas como escolas de primeiro e segundo graus. Contudo, na busca por informações para construção desse quadro, foi encontrada no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas

nomenclatura “grupo escolar”. Outras instituições são existentes, como creches, escolas de ensino fundamental e médio, escolas da rede particular, escolas e creches na zona rural e escolas quilombolas.

No ano de 2022, as instituições públicas eram, ao todo, 18 unidades da rede municipal e 3 da rede estadual, já as particulares eram 5, entretanto, o quadro está organizado com as que atendiam os critérios de seleção, das mais antigas para as mais recentes. Esclarecemos, neste momento, um aspecto importante: as instituições estão organizadas no quadro com suas nomenclaturas atuais (2022), mas surgiram como grupos escolares. No decorrer do texto, abordaremos como o movimento educacional foi modificando os nomes das instituições educacionais, abandonando a nomenclatura *grupos escolares* e dando origem ao termo *escolas de primeiro grau*.

O quadro abaixo foi construído com o auxílio de um documento disponibilizado pela Secretaria de Educação do Município, que forneceu uma planilha com todas as escolas da rede municipal (2022) e através da visita as escolas em busca das informações sobre ano de criação e nome que receberam. Outras informações também foram coletadas na leitura realizada nos textos de Correia (2010), Torres (1990), Almeida (1980) e no Documentário de 45 anos do Carlota Barreira, os quais apontam a construção de quatro grupos escolares a partir da chegada do Padre Ruy na cidade de Areia (1950), a saber: Escola Paroquial Sebastião Bastos, Escola Paroquial Nossa Senhora de Fátima, Escola Paroquial Monsenhor João Coutinho e outro, cujo nome não foi mencionado.

Fator que merece destaque é que esses quatro grupos são os que dão origem às escolas reunidas que, depois, passam a ser o Grupo Escolar Carlota Barreira, sendo assim, seus nomes não estarão listados no quadro, já que não existem mais em 2022.

Não foi possível localizar com precisão a data de criação de algumas instituições, especialmente pela falta de registro nos arquivos das escolas, no entanto, foram observados os nomes dos administradores que as inauguraram e, de acordo com essa informação, elencou-se os possíveis anos de criação, conforme o quadro a seguir:

Quadro 3. Instituições de ensino em Areia-PB no ano de 2022

Nome que recebeu ao ser criada.	Nome atual	Ano de criação	Rede correspondente
Grupo Escolas Álvaro Machado	Escola ECIT Ministro José Américo.	1928	Pública Estadual

Grupo Escolar Santa Luzia	Escola de Ensino Fundamental João Cesar	1930	Pública Municipal
Colégio Santa Rita	Colégio Santa Rita	1937	Particular
Grupo Escolar Monsenhor João Coutinho	Escola Estadual de Ensino Fundamental Monsenhor João Coutinho	1952	Pública Estadual
Grupo Escolar Júlia Veronica Leal	Escola Municipal de Ensino Fundamental Júlia Verônica		Pública Municipal
Grupo Escolar Carlota Barreira	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Carlota Barreira.	1968	Pública Estadual
Grupo Escolar Álvaro Machado	Escola Estadual de Educação Infantil e Ensino Fundamental Álvaro Machado	1981	Pública Estadual
Grupo Escolar José Lins Sobrinho	Escola Municipal de Ensino Fundamental José Lins Sobrinho	1983	Pública Municipal
Grupo Escolar José Rodrigues	Escola Municipal de Ensino Fundamental José Rodrigues	1984	Pública Municipal
	Escola Municipal de Ensino Fundamental Abel Barbosa		Pública Municipal
Grupo Escolar Madre Trautlinde	Escola Municipal de Ensino Fundamental Madre Trautlinde	1999	Pública Municipal

Fonte: Arquivo da autora

Esse quadro nos auxilia na percepção da organização educacional de Areia, especialmente entre os anos de 1968 – 1973. Como fica perceptível, das escolas existentes em Areia hoje, as mais antigas são o Colégio Santa Rita (1937), da rede privada, a Escola ECIT Ministro José Américo de Almeida (1928), a Escola Municipal de Ensino Fundamental João Cesar (1930) e a Escola Estadual de Ensino Fundamental Monsenhor João Coutinho (1952), da rede pública.

Um destaque interessante para a atual ECIT Ministro José Américo de Almeida. Essa instituição surgiu como um dos primeiros grupos escolares da Paraíba, em 1928, e

recebeu o nome de Grupo Escolar Álvaro Machado. Depois, passou a ser nomeada como Ginásio Coelho Lisboa e, em 1965, recebeu o nome de Ministro José Américo de Almeida em homenagem ao cidadão areense que foi poeta, romancista e governador do estado entre os anos de 1930-1956 (ALMEIDA, 2010; TORRES, 1990)

Tal panorama aponta, então, o aumento no surgimento de novas instituições a partir de 1980, especialmente nas ruas afastadas do centro da cidade, como o caso das instituições de ensino: Escola Estadual de Ensino Fundamental Monsenhor João Coutinho, Escola Municipal de Ensino Fundamental Júlia Verônica Leal, Escola Municipal de Ensino Fundamental Madre Trautlinde (1999), Escola Municipal de Ensino Fundamental José Rodriguês (1984), Escola Estadual de Educação Infantil e Ensino Fundamental Álvaro Machado (1981), e na zona rural, como são as escolas Escola Municipal de Ensino Fundamental João Cesar, Escola Municipal de Ensino Fundamental Abel Barbosa e Escola Municipal de Ensino Fundamental José Lins Sobrinho (1983).

Até os anos de 1968, a literatura apresenta a presença do Colégio Santa Rita, O Grupo Escolar Álvaro Machado, o Grupo Escolar Santa Luzia, as Escolas Reunidas Padre Ibiapina e uma escola não nomeada no distrito de Remígio, hoje cidade emancipada. Todas essas escolas estavam atreladas à religião católica e recebiam as alunas normalistas do Colégio com suas professoras, além de serem “cuidadas” pela Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (TORRES, 1990; CORREIRA, 2010).

É nesse cenário educacional que surge a instituição aqui investigada, o Grupo Escolar Carlota Barreira. Inaugurado em maio de 1968 pelo Monsenhor Ruy Barreira Vieira e que, segundo Torres (1989), recebeu o corpo discente das Escolas Reunidas Padre Ibiapina. Isto porque, o prédio das Escolas Reunidas não comportava mais a quantidade de alunos matriculados. Sendo assim, o Padre Ruy funda o Grupo Escolar Carlota Barreira com o propósito de possibilitar que mais crianças e adolescentes ingressassem na escola. Aspectos relacionados a essa história serão discutidos no Capítulo 4. O Grupo Escolar Carlota Barreira, uma “Obra Benemérita”.

Para investigar cientificamente essa realidade, faz-se necessário um percurso metodológico específico. Esse caracteriza-se como a escolha dos meios utilizados pelo pesquisador para resolver as questões propostas, dessa forma, estando intrinsecamente ligado ao problema e aos objetivos investigados. Neste sentido, buscamos trabalhar com a pesquisa documental, por acreditarmos que ela apresenta caminhos possíveis para conseguirmos alcançar os objetivos propostos.

Segundo Gil (2008), a pesquisa documental é desenvolvida com base na análise de documentos, "[...] que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa" (p.51). Esses documentos podem ser textos, fotos, mapas, jornais, documentos oficiais, objetos, portfólios, roupas, vídeos, entre outros. O desafio nesta técnica de pesquisa é a capacidade que o pesquisador precisa ter para selecionar e interpretar a informação, visando compreender a interação com suas fontes. Contudo, esse tipo de pesquisa deve ser valorizado e apreciado, já que apresenta riqueza de informações e está presente em "várias áreas das Ciências Humanas e Sociais possibilitando ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural". (SÁ-SILVA, ALMEIDA, GUINDANI, 2009, p. 2).

A pesquisa documental tem início na "avaliação preliminar de cada documento, realizando o exame e a crítica do mesmo, sob o olhar dos seguintes elementos: contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto e conceitos-chave" (CECHINEL, et al, 2016). Nesse tipo de pesquisa também existe a preocupação no momento de escolher os documentos que serão analisados, afinal, a escolha não pode ocorrer de forma aleatória, precisando estar intrinsecamente relacionada aos objetivos e às questões propostas. Segundo Ludke e André (1986), esses documentos podem ser de diversos tipos, sendo eles, textos, imagens, vídeos, relatos escritos ou orais, podem ainda ser oficiais (decreto, parecer), pessoais (carta, diário), entre outros.

Nesta pesquisa recorreremos a documentos que apresentavam ligação com a história da instituição nos anos investigados e que nos possibilitam analisar e organizar as informações coletadas de acordo com os objetivos propostos. O processo de busca por essas fontes foi envolto de dificuldades, tanto de acesso como de preservação. Ao todo foram encontradas seis diferentes fontes documentais, sendo elas documentos oficiais, fotografias, produções de mídia, livros e folhetins.

Fontes documentais:

- Decreto de criação
- Fotografias
- Documentário "45 anos da Escola Carlota Barreira"
- Manchete do jornal O Norte
- Produções Literárias sobre a história do grupo escolar
- Livros memorialísticos sobre personalidade areirenses e suas ligações com a instituição

- Folhetins paroquiais.

O Decreto de criação da instituição foi a fonte que tivemos mais dificuldade de localização, realizamos um percurso longo para encontrá-lo. A escola não possuía esse documento em seu arquivo interno, apenas o seu número, e fomos, então, encaminhados para o Conselho Estadual de Educação, que também não possuía o documento e nos indicou outros setores. Localizamos o decreto de criação na Secretaria de Administração Estadual no setor de Atos em João Pessoa. Deparamo-nos com o que Saviani (2004) alerta sobre a preservação de documentação e, conseqüentemente, de fontes das pesquisas em história da educação. Para o autor, apesar dos avanços, as fotos nessa área ainda são pouco preservadas e, mesmo em uma era digital, ainda existem dificuldades de manutenção e de armazenamento desse material. Segue abaixo imagem do arquivo

Figura 2. Arquivo Secretaria de Administração Estadual no setor de Atos em João Pessoa



Fonte: Arquivo da autora

O espaço era amplo e estava organizado com essas estantes de ferro e com as caixas arquivo, como na fotografia. O decreto foi encontrado em um livro de decretos do ano de 1968, que estava arquivado em uma das estantes.

As fotografias foram encontradas na própria escola, contudo, as condições de armazenamento e organização não permitiram que localizássemos informações importantes como datas ou identificação do fotógrafo. A informação que recebemos é que a escola estava passando por uma reforma e a biblioteca, local que encontramos as fotos, estava sendo reorganizada. Neste sentido, as fotografias foram entregues em escarcelas

escolares e em álbuns próprios que aparentavam ser organizados de forma cronológica, mas que não estavam tão preservados. Para análise fotográfica, ancoramo-nos nas discussões de Kossoy (2001) e Kossoy (2012).

Figura 3. Arquivo fotográfico da EEEFM Carlota Barreira



Fonte: Arquivo da autora

Já o documentário com relato sobre os 45 anos da instituição, intitulado “45 anos da Escola Carlota Barreira”, foi localizado no youtube no canal Wendell Oliveira, por indicação do mesmo que também é secretário da instituição. As produções literárias, livros e folhetins no Museu Solar José Rufino, em arquivos pessoais de cidadãos areienses que estudaram e/ou trabalharam na escola e na paróquia local.

O Museu Solar José Rufino é um casarão do século XIX preservado pelo IPHAN, pois guarda a memória e história da cidade, seus anos no regime escravocrata. Transformado em museu, recebe visitantes que têm acesso a mobiliário da época e à estrutura do prédio em si, com a preservação de senzalas e tronco de açoite de povos escravizados. Em busca de documentos, encontramos livros e folhetins nas antigas senzalas que estão sendo usadas como depósito, nessa busca, recebemos a informação de que esses livros vieram do Museu Paroquial Pio XII e seriam catalogados e reorganizados para exposição e acesso da população areiense e de turistas.

Figura 4. Museu Solar José Rufino



Fonte: Site Casarão José Rufino

Esse percurso possibilitou vivenciar o que Saviani (2004) destaca a respeito da dificuldade dos pesquisadores, na área da história da educação, em encontrar as fontes que buscam, especialmente pela má preservação da maioria dos documentos e por causa da pouca importância dada a esse tipo de fonte. Como já destacamos, vivenciamos essa dificuldade em nossa ida ao campo.

Nossa busca inicial objetivava encontrar atas de reunião escolar, documentos sobre a formação curricular, fichas de matrícula e outros arquivos sobre o funcionamento do grupo escolar nos anos pesquisados, porém, esse material não foi encontrado. Após conversa com a direção da escola, conseguimos acesso ao acervo fotográfico da escola e trabalhamos com essa fonte documental.

Com relação aos documentos encontrados no Museu Solar José Rufino, buscamos, inicialmente, essas fontes na biblioteca paroquial Museu PIO XII, já que a escola nasce relacionada com a Paróquia e também por esse Museu possuir acervo amplo, mas fomos informadas que a maior parte da literatura do acervo foi transferida para o Solar José Rufino em “parceria” com a gestão municipal (2016-2020).

No momento da coleta documental, ainda estavam ocorrendo muitas mortes ocasionadas pela pandemia da Covid-19 e a vacinação ainda não havia ocorrido de forma massificada. Faz-se importante destacar que esse texto foi escrito no ano de 2022, ainda em meio a pandemia da Covid-19, contudo o ingresso da mestranda no programa de pós-graduação ocorreu em 2020, alguns dias antes da pandemia se instaurar e esse fato trouxe consequências inesperadas, como o cancelamento das aulas presenciais, as tristes e

consecutivas mortes e o medo que assolou a população mundial. No caso do Brasil, com o agravante do negacionismo anunciado pelo governo e seus representantes, a sensação de insegurança social e ansiedade de grande parte da população aumentou significativamente.

Esse cenário dificultou o acesso às pessoas que trabalharam ou estudaram na escola, bem como aos documentos da instituição nos arquivos da cidade e do estado.

A escolha desses documentos nos permitiu coletar informações do tempo passado sem necessariamente estar nele, mesmo assim, buscamos analisar o encontrado até o momento de modo a não cometer anacronismos, respeitando as possibilidades e potencialidades de cada fonte.

Como já mencionamos, a pesquisa em educação com fonte documental nos permite debruçar o olhar para diferentes documentos, sejam eles escritos ou não, todos têm valor significativo e precisam de análise específica. Sobre os documentos escritos, Cellard (2008) afirma que:

por possibilitar realizar alguns tipos de reconstrução, o documento escrito constitui, portanto, uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente. (CELLARD, 2008, p. 295).

As fontes escritas a que tivemos acesso foi Projeto Político Pedagógico de 2020, por conter informações sobre o histórico de criação da instituição. Das fontes não escritas adotadas, coletamos fotos do processo de criação e inauguração da escola, adquiridas no arquivo da escola.

Faz-se importante destacar que, por muito tempo, a fotografia não foi considerada uma fonte de pesquisa, especialmente no momento que imperavam os documentos escritos, contudo, no Brasil, a partir de 1980, as fotografias como fonte de pesquisa passaram a ganhar maior reconhecimento. Assim sendo, hoje compreendemos que as fotografias são importantes fontes de dados, elas nos revelam ações, mudanças e sentimentos de determinado tempo e espaço, além disso, são fontes que nos proporcionam diferentes informações, dependendo do olhar que lançamos sobre as mesmas.

As fotografias aqui catalogadas e analisadas seguirão o preceito de Kossoy (2001), quando afirma que cada fotografia revela o olhar e sentimento do próprio fotógrafo e que

ela está em um tempo interrompido, isto é, ela representa uma interrupção do tempo e não a realidade completa. Ao selecionar e analisar as fotos aqui presentes, buscaremos compreender que elas são fruto de olhares diversos, capturam o que o fotógrafo julgou como importante naquele momento, além disso, elas expressam uma parte do real, ou seja, uma fotografia não mostra os diversos ângulos do acontecimento.

Com essa mesma compreensão, analisamos o documentário de 40 anos da escola, isto porque entendemos que os registros de áudio visual, assim como as fotografias, são envoltos das ideologias de quem os filma ou fotografa e de quem os compõe. Neste sentido, buscamos projetar nosso olhar de forma crítica e analítica, para organizar as informações que nos trariam possíveis “respostas” aos questionamentos propostos.

A leitura do *corpus* selecionado suscitou as categorias de conteúdo escolhidas para este estudo, a saber: escola pública, educação na ditadura militar, instituição escolar, relação Estado-Igreja, escola para pobres, educação assistencialista.

Na análise dos dados coletados nos documentos, adotamos o procedimento metodológico da análise interpretativa (SEVERINO, 2007), que, segundo o autor “é tomar uma posição própria a respeito das ideias enunciadas, é superar a estrita mensagem do texto, é ler nas entrelinhas, é forçar o autor a um diálogo, é explorar a fecundidade das ideias expostas, é cotejá-las com outros, é dialogar com o autor” (p.52). Esta análise nos possibilitou buscar uma compreensão interpretativa e um olhar crítico para os dados, ponderando questões tais como: escola pública, educação na ditadura militar, instituição escolar, relação Estado-Igreja, escola para pobres.

## **CAPÍTULO 2. A EDUCAÇÃO NO BRASIL NA DITADURA EMPRESARIAL MILITAR: NOS ANOS 1964-1975**

A construção desse capítulo está dividida em dois subitens: o primeiro compreende a uma breve discussão acerca dos fatores históricos que culminaram na Ditadura Empresarial Militar de 1964, as mudanças provocadas por esse novo regime de governo nas diversas áreas do país e as novas configurações educacionais para os grupos escolares. O segundo discute a luta ocorrida pela implementação primeira Lei de Diretrizes e Bases de Educação- LDB (1961) e as mudanças educacionais trazidas pelo governo militar, abordando as relações ocorridas entre a igreja e o Estado e o conflito entre ensino público X privado.

## 2.1 A Ditadura Empresarial Militar: mudanças e reconfigurações político-social e econômicas (1964-1975)

O ano de 1964 marca o início do governo militar e a tomada de poder antidemocrática que duraria 21 anos consecutivos, contudo, esse golpe militar não ocorreu de uma hora para outra, mas foi sendo construído como apontam fatos antecedentes (SAVIANI, 2019; SAVIANI, 2008 GERMANO, 2011, GERMANO, 2008, MARÍLIA, 2019, SILVA e NUNES, 2016, BERTOTTI e RIETOW, 2013)

Entre 1930 e 1945, o Brasil esteve sob a vigência do governo de Getúlio Vargas sendo marca desse momento mudanças sociais, políticas, econômicas culturais e educacionais, expressivamente a internalização das novas formas de trabalho, deixando o país de ser um modelo agrário exportador para ser urbano industrial (SAVIANI, 2019). Tais mudanças, que iniciam em 1930 foram aprimoradas e cada vez mais as ideias disseminadas na “revolução” e a hegemonia industrial foram ganhando espaço nas políticas governamentais. A ênfase passou a ser no “desenvolvimento econômico, na indústria de base, na dívida externa, na exportação, nas estradas de ferro, no fortalecimento das Forças Armadas, na segurança interna e na defesa externa” (GERMANO, 2011, p. 43). Sendo assim, o Estado assume nova forma, como afirma Saviani (2019, p.350), “o Estado implantado no Brasil é, obviamente, de tipo capitalista, assumindo em todo o período pós-1930, a forma intervencionista”.

Os governos seguintes deram prosseguimento aos ideais capitalistas que estavam presentes no cenário mundial, as ideologias do patriotismo e da necessidade de se criar uma nação soberana ganharam cada vez mais força, o “internacionalismo autoritário” surge e se instaura nos anos seguintes à 1930.

Todas essas mudanças foram compactuando para que o início de 1960 apresentasse veemente crise para as elites brasileiras, tanto econômica como política. Tal crise pode ser compreendida com o Estado populista que, ainda existente, não era compatível com o processo de acumulação de capital cada vez mais crescente. No campo econômico manifestava-se, através da redução dos investimentos e da diminuição do capital externo, que culminou em inflação, nesse período, a crise política deu seus sinais através da insatisfação de diversas classes sociais que se organizaram em busca de reformas na estrutura social brasileira. Ao mesmo tempo, o mundo enfrentava significativo conflito entre o movimento socialista cubano que abalou o prestígio do capitalismo estadunidense.

Esses conflitos também foram existentes na área educacional. Nesse momento os movimentos de educação popular sob o nome principal, Paulo Freire, ganhavam força, especialmente no Nordeste brasileiro. A possibilidade de popularização educacional para as massas sociais pobre não agradou a elite da época que buscava reprimir as manifestações que estavam ocorrendo, especialmente por estarem apoiados na crença de que os movimentos em prol da educação estavam associados à revolução comunista, contudo,

campanhas e movimentos de educação e cultura popular despontavam em todos os pontos do país, notadamente no Nordeste, com propostas de conscientização política e social do povo. [...] Greves, mobilizações, assembleias, crescimento das organizações sindicais, surgimento das Ligas Camponesas e dos Sindicatos Rurais faziam parte do contexto político da época. Até mesmo a Igreja Católica preocupava-se com a situação social e política e, temendo perder o controle do seu “rebanho”, organizou sindicatos rurais, concorrendo com o PCB (Partido Comunista Brasileiro) e com as Ligas Camponesas. A Igreja chegou a criar um sistema de radiodifusão educativa com o MEB (Movimento de Educação de Base) e envolveu-se em campanhas eleitorais em favor de candidatos cristãos. (GERMANO, 2011, p. 50)

Nesse contexto, ganha força o debate sobre o desenvolvimento da população, a luta pela reforma agrária, por melhores condições de trabalho, por direitos trabalhistas e tantos outros. Tais debates e reivindicações possibilitaram o surgimento das Ligas camponesas com finalidade de organizar os camponeses a lutarem contra a má organização latifundiária e por direitos trabalhistas. (ALVES, 2016), em outras palavras, a luta representava “significados tão diversos e contrapostos como, entre outros, crescimento econômico; melhoria das condições de vida da população; necessidade de conter o êxodo rural; transformações estruturais profundas, que permitissem a superação do modo de produção capitalista” (LUSTOSA, 2018, p. 68).

O Nordeste, que já vivenciava o aumento da desigualdade econômica e social, viu na força agrária rural uma estratégia para sobrevivência, já que o movimento surge nessa região e, depois, se espalha por locais como São Paulo e Minas Gerais. Sendo assim, junto a outros estados, a Paraíba apresenta grande aceitação a esse movimento de forma que reivindicam por melhores condições de trabalho e por dignidade na relação empregador e empregado (PESSOA, 2015).

A busca por melhores condições sociais, as lutas das Ligas Camponesas e sua organização sindical, associados às ideias de organização Estatal do PCB, despertaram a

igreja na organização de movimentos contra a possível implantação do comunismo, movimentos esses que também chegaram à educação.

Cresciam, portanto, os discursos de “anti-comunismo” no Brasil e da necessidade de lutar contra esse fenômeno que poderia atingir todo o país. Segundo Germano (2011), esse contexto provocou medo na burguesia, em setores da classe média e na cúpula militar, que criaram mecanismos para desmonte das desejadas reformas de base, além disso, ganhavam força movimentos em combate da reforma agrária

Com suas evoluções e regressos, cada vez mais a burguesia brasileira, aliada aos militares e a uma parte da Igreja Católica, aproximavam-se de seus objetos. Almejando impedir as reformas de base e ancorados no lema do patriotismo, na promessa do fim da grande crise e na não “implantação” do temido comunismo, em 31 de março de 1964, ocorre a tomada de poder e instaura-se a “Ditadura Empresarial-Militar no Brasil”.

Faremos uso da expressão “Ditadura Empresarial- Militar” por concordarmos com Germano (2011) quando afirma que o golpe de 1964 não foi a simples tomada de maneira autoritária pelos militares e sim o resultado da junção civil e militar, isso porque:

o golpe configura a ascensão de um novo bloco no poder, que envolve uma articulação entre o conjunto das classes dominantes, ou seja, a burguesia industrial e financeira - nacional e internacional - o capital mercantil, latifundiários e militares, bem como uma camada (de caráter civil) de intelectuais e tecnocratas. (GERMANO, 2011, p. 17)

O governo ditatorial causou gradativas mudanças na sociedade brasileira e consequências de diferentes ordens. Segundo Germano (2011), o poder passou a ser concentrado a uma Junta Militar que estava ancorada nas promessas supracitadas, contudo o governo organizou cinco Atos Institucionais (AI), cada um promovia mudanças que tomaram proporções diferentes dos discursos, esses atos foram ganhando caráter agressivo e repressivo progressivamente. Com a passagem do tempo, direitos foram sendo retirados, e a democracia perdendo espaço para uma ditadura concentrada no poder Executivo, quem estivesse contra os ideais proclamados pelo governo seria exilado ou punido. Com relação às estratégias de superação da crise, elas não funcionaram, o que realmente aconteceu foi o aumento da dívida externa e, conseqüentemente, da corrupção dos cofres públicos.

Com relação à educação brasileira, não é incomum que mudanças de governo apontem a educação como estratégia para superação de uma crise e, na Ditadura, não foi diferente. Contudo, movimentos e reformas ocorridos nesse período proporcionaram pouco avanço educacional, mas impactaram o contexto social do estado da Paraíba.

Um regime totalitário, com a sociedade polarizada, lutas e reivindicações de melhoria social, discussões sobre novos modelos educacionais e, reorganização da Igreja Católica foram alguns dos fatores que influenciaram a área educacional do estado da Paraíba e, por conseguinte, foram algumas das características sociais presentes na cidade de Areia no período de criação do grupo escolar aqui investigado. No item seguinte, discutiremos como essas mudanças trouxeram novas configurações para a educação, especialmente para os grupos escolares.

### 2.1.1 Grupos escolares e as novas configurações em tempos de Ditadura

Segundo Saviani (2019), o primeiro grupo escolar do Brasil surgiu em 1890 em São Paulo, inteiramente relacionado com a Escola Normal do mesmo estado. Isso porque, Caetano de Campos e outros intelectuais da época, seguindo tendências já crescentes em países como Suíça e Estados Unidos, apontaram a necessidade de modernizar a educação para que a mesma trouxesse o tão sonhado progresso que embasou a passagem do regime imperial para a República. Tal progresso estava atrelado ao ideal de disciplina, patriotismo, civilidade, moral e bons costumes. (SOUZA; SAVIANI, 2014).

Como as mudanças históricas não ocorrem de uma hora para outra, com o tempo e o modo como cada região do país foi absorvendo essas novas ideias, os grupos escolares foram sendo construídos em diferentes lugares no país. Segundo Pinheiro (2002), esse processo ocorreu de forma lenta e foi marcado por dois períodos. O primeiro, conhecido como período de “passagem” caracterizado pela coexistência das escolas rudimentares e elementares e pelas escolas agrupadas e os grupos escolares. O segundo momento com a predominância do modelo de grupos escolares.

Os grupos escolares nascem com a proposta de reunir o que ficou conhecido como “cadeiras isoladas” em uma única escola. Essas cadeiras isoladas eram salas de aulas organizadas em casas ou prédios da igreja que ofereciam formação em determinados temas de maneira isolada, contudo, o objetivo do novo modelo -grupos escolares -não se limitava somente a esse propósito. (PINHEIRO, 2002).

Os grupos escolares passam a ter nova organização, sendo ela:

ensino em sistema seriado, divisão do trabalho escolar (diretor, professor, porteiro, faxineira entre outros funcionários), possível

homogeneidade com o agrupamento dos alunos em classes conforme o nível de conhecimento, racionalização curricular, controle e distribuição ordenada do tempo e conteúdos (SILVA, 2009, p. 36)

Com esse formato, os grupos escolares representavam grande avanço e modernização na educação da época. Segundo Alves e Souza (2011, p.39), “foi postulado aos Grupos Escolares democratizar o ensino para as massas”, entretanto, levando em consideração as diferenças socioeconômicas de cada local e as diferenças ocorridas na implantação desse modelo nas diferentes regiões do país, é notória a desigualdade da instauração desse novo modelo.

A organização dos grupos escolares reunia diferenças inovadoras desde sua arquitetura até seu currículo. Prédios pomposos, presença de um diretor, exaltação da disciplina, tanto para alunos como para professores, substituição do *método lancasteriano* pelo método intuitivo ou lições de coisas (SAVIANI, 2019).

Na Paraíba, os grupos escolares apresentaram crescimento permanente entre 1916 e 1929, com a criação de 14 grupos em diferentes cidades, inclusive em Areia-PB, que, conforme mencionamos anteriormente, no ano de 1928 recebia um dos primeiros grupos da Paraíba, o Grupo Escolar Álvaro Machado. Segundo Pinheiro (2002), esse nome foi dado em homenagem a oligarquia Machado, contudo com o seu posterior declínio e a ascensão da oligarquia Almeida na cidade, o grupo passa a ser chamado, em 1967, de Grupo Escolar José Américo de Almeida.

De maneira geral, os grupos escolares apresentavam as seguintes características:

prédios escolares, projetados com base na racionalização do espaço interno, com várias salas de aula, sala de direção, sala dos professores, secretaria, laboratórios didáticos, museu, biblioteca, áreas de recreação de cuja configuração constavam pátios internos, jardins, lagos, refeitório e/ou cantina, quadra para jogos e, posteriormente, campo de futebol. (PINHEIRO, 2002)

Além disso, “essa nova institucionalização da escola primária tinha em foco o compromisso com os ideais republicanos e com as perspectivas de modernização da sociedade brasileira.” (SILVA, 2009, p. 36). É assim que os grupos escolares promovem mudanças tanto na organização educacional e no papel desempenhado pelo professor como também nas novas funções e nos novos membros educacionais. Essas mudanças, destacadas na Paraíba, não ocorreram apenas aqui, e sim em todos os lugares nos quais o novo modelo foi implantado, cada um ao seu modo. O movimento educacional de surgimento dos grupos escolares está, então, permeando as diferentes regiões do país. Esses, atrelados a ascensão da Pedagogia Nova, apontam novas formas de pensar e de

vivenciar a educação. Logo, a Pedagogia Nova é uma tendência pedagógica que surge como crítica a Pedagogia Tradicional. Ela proporciona um novo olhar ao sujeito educando, no qual ele passa a ser o centro do processo e recebe papel ativo, a questão pedagógica deixa de ter como foco principal o intelecto e passa a perceber o sentimento, o professor não é mais o detentor de todo saber, e sim o orientador que cria situações de desafio para que os alunos possam solucioná-los e superá-los (SAVIANI, 1985) . Tal teoria está ancorada no pensamento de John Dewey, os seguidores dessa corrente ficaram conhecidos como escolanovistas. No Brasil, houve predominância desse modelo a partir do movimento educacional de 1930.

Essa inovação acaba sendo comprometida, uma vez que o país apresenta grande necessidade de alfabetização. Isso se justifica pelo crescimento populacional e pelas mudanças econômicas dessa época, esse conjunto demandava uma escola que acolhesse as massas populares, contudo a revolução dos grupos escolas, apesar de ter como sua proposta a disseminação da educação para todos, continuou sendo privilégio de alguns. É assim que os grupos escolares vão perdendo o título de instituição moderna e adquirindo características decadentes (ALVEZ E SOUSA, 2011).

Nos anos seguintes, cada vez mais, os grupos escolares apresentavam pouca preservação de sua arquitetura. Assim como houve declínio na preservação, a construção de novos prédios foi diminuindo e os que eram iniciados enfrentavam problemas, isso porque na:

primeira República não obtiveram recursos financeiros para as construções dos belos prédios do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX, até porque o contexto e a finalidade político-educativo dos Grupos Escolares passa por uma mudança de demanda, a massificação do ensino com o propósito de alfabetizar vai ganhando corpo na formação do novo homem e não mais o fortalecimento do regime republicano (ALVEZ E SOUSA, 2011, p. 44).

No início da década de 1960, muitos movimentos educacionais já haviam ocorrido, O Manifesto dos Pioneiros da Educação em 1932, Os Pioneiros “Mais uma vez convocados”, o início das discussões sobre a necessidade de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e, assim, os grupos escolares, que já estavam em declínio, perderam, cada vez mais, suas características iniciais. Os grupos já existentes, como ressalta Alves e Souza (2011), foram tendo suas belas arquiteturas deterioradas por falta de investimento, as figuras do diretor, professor e aluno vão assumindo novas formas de acordo com a matriz da pedagogia que estava sendo vivenciada.

Outro fator que acelerou a decadência do modelo educacional dos grupos escolares foi o retorno das discussões sobre a necessidade de democratização do ensino público, especialmente no tocante à extensão da escolaridade primária pois acreditava-se que essa representaria melhoria na qualidade do ensino. O que estava consolidado em território educacional era a escolaridade elementar com duração de três ou quatro anos, no entanto, as discussões sobre o aumento da duração para oito anos ganhavam, cada vez mais, força. Neste sentido, “o alargamento temporal do curso e a garantia de permanência da criança na escola tocava fundo na organização do ensino e na cultura escolar”. (SOUZA, 2014, p. 141), os grupos escolares vão dando espaço então para as escolas de primeiro grau.

É certo que, a partir de 1960, com o declínio da Pedagogia Nova e a absorção da Pedagogia Tecnicista por parte do Governo Militar, as finalidades educacionais das massas sociais tomam novos caminhos, isso não significa que os modelos pedagógicos anteriores a esses desapareceram rapidamente ou que todas as propostas militares foram aceitas sem contestação, menos ainda que não se inauguraram mais grupos escolares. Prova desta última afirmativa é a criação do grupo aqui pesquisado, que surge no final de 1960 com as discussões sobre a reforma de 1º. e 2º. graus já iniciada.

Segundo Saviani (1985; 2019), a proposta da Pedagogia Tecnicista surgiu do declínio da Pedagogia Nova. O modelo apresentava configurações e papéis diferentes para a escola, professores e alunos, além disso, ganhava força por apontar caminhos diferentes do escolanovismo. Nesse momento o aluno passa a ser formado de forma racional e deve apresentar resultados eficientes, logo a valorização da técnica e do fazer representa esse novo modelo, consoante as palavras de Saviani (1985):

A partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, essa pedagogia advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico. Com efeito, se no artesanato o trabalho era subjetivo, isto é, os instrumentos de trabalho eram dispostos em função do trabalhador e este dispunha deles segundo seus desígnios, na produção fabril essa relação é invertida. Aqui é o trabalhador que deve se adaptar ao processo de trabalho, já que este foi objetivado e organizado na forma parcelada (SAVIANI, 1985, p. 12).

Para o autor, o trabalhador passa a ocupar o seu lugar na linha de montagem e a exercer uma atividade parcelada para produzir o produto final, o resultado disso é um produto com o qual nenhum sujeito se reconhece e que lhes é exterior.

Seguindo essa tendência, o governo militar reorganiza a estrutura educacional do país, a partir das reformas propostas, e encaminha o modelo educacional para as técnicas do fazer e da atividade manual. É assim então que o “ensino primário foi formalmente eliminado da ordenação escolar brasileira em 1971 com a implantação do ensino de 1º grau. (SOUZA, 2014, p. 103)

Essas mudanças também chegaram na Paraíba. O estado que já apresentava alto índice de analfabetismo recebe um novo modelo escolar baseado nas técnicas do fazer e classificado em graus. A identidade técnica já existente na educação da região, antes atrelada às atividades artesanais e braçais, ganha características fortes e marcadas com a proposta tecnicista, essas mudanças ampliam o espaço de atuação da Igreja Católica, que vê nas atividades educacionais espaço para disseminar os preceitos do cristianismo romano.

Certamente essa mudança não ocorre de forma repentina nem é aceita com parcialidade pelos intelectuais da educação que já tinham um histórico de luta em busca de um ensino mais crítico e libertador. Contudo, as reformas ocorridas trouxeram mudanças na estrutura educacional que foram chegando gradativamente nas escolas dos diferentes estados.

## 2.2 A educação pública no Brasil a Lei de Diretrizes e Bases de 1961 e a Reforma do Ensino de 1971

No Brasil, a discussão sobre direito à educação pública não é recente, isto porque, desde a “chegada” dos portugueses até os dias atuais, as atividades pedagógicas desenvolvidas, cada uma com as particularidades de seu tempo, apresentam avanços e retrocessos quanto à temática direito de todos, público, laico e de qualidade.

No século XIX, as mudanças na formação social, econômica e política do mundo, adentram também nas questões educacionais. A necessidade de formação em massa amplia a busca por mínima instrução para a classe trabalhadora que vinha sendo excluída do processo de escolarização ao longo do tempo, isso porque as mudanças trazidas pelo advento do capitalismo proporcionaram novas formas de produção e, conseqüentemente, precisava-se de mão de obra ajustada para tal serviço.

A classe popular passava a ter espaço na educação, apesar de ser educação elementar que buscava melhor qualificação para o trabalho e não a emancipação do sujeito, contudo, os anos 1930 traziam mudanças significativas. Segundo Saviani (2019),

seguinto a tendência mundial, esse período ficou marcado por intelectuais que discutiam a necessidade de se construir uma escola para todos, sem as influências da Igreja Católica, com o Estado como principal provedor educacional e que visasse a formação integral do sujeito. Esse movimento não ocorreu de forma tranquila, já que muitos interesses estavam em jogo, o conflito entre os intelectuais que almejavam uma educação pública de qualidade e os defensores da escola privada, resultou, segundo Fernandes (2020), em meia vitória para os escolanovistas.

Como resultados visíveis, a luta culminou na escrita do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” (1932), que teve seu texto escrito por nomes como Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo entre outros. Tal texto trouxe modificações na Constituição Federal de 1936 e, mais tarde, receberia uma renovação.

A queda de Vargas e os movimentos subsequentes, que desaguarão na vitória eleitoral de Eurico Gaspar Dutra, reorganizam o cenário nacional e, conseqüentemente, educacional. Dessa forma, para sustentar seu governo, Dutra fez aliança com a União Democrática Nacional (UDN) e integrou Clemente Mariani como ministro da Educação e Saúde.

Os movimentos Constituintes ocorridos resultaram na promulgação da Constituição Federal de 1946 que direcionava novas propostas para a educação nacional. A luta, aqui, era para que a educação fosse direito de todos e dever do estado e que fosse implantada em âmbito nacional. Para tanto, formou-se uma comissão com o objetivo de elaborar um anteprojeto para a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961 para a educação que já estava em discussão anos antes.

Segundo Saviani (2019), a comissão foi majoritariamente composta por renovadores, sendo, dentre eles, nomes que estiveram presentes no texto escrito em 1930 e apenas dois componentes representavam a corrente dos educadores católicos. Com alguns ajustes, eitos pelo próprio ministro, e sustentando a ideia da “modernização conservadora”, a LDB vai ganhando forma. Isso não significa que ela foi aceita por todos com igualdade, já que era expressão forte do movimento da Pedagogia Nova, gerando insatisfação e desconfiança, especialmente, nos representantes católicos.

Com Anísio Teixeira como diretor do Instituto Nacional de Educação e Pesquisa (INEP), as propostas educacionais seguiram promovendo a educação e a escola como direito de todos, laica e gratuita. A figura de Anísio continuou gerando desconforto aos representantes católicos, em especial a Fonseca e Silva que permanecia com firmes acusações de que a educação estava tomando rumos comunistas.

Esse discurso estava relacionado à crença de que se o projeto proposto fosse consolidado, não haveria espaço para a escola privada, já que a pública atenderia a necessidade de todos. (SAVIANI, 2019). Contudo, segundo o próprio Teixeira (1989), o direito à existência dos estabelecimentos educacionais particulares sempre foi claro para ele e que deveria ser assegurado aos que desejassem nela ingressar. A redação final do texto da LDB também deixa claro essa afirmativa no título II, artigo 3º. Quando afirma que o direito à educação é assegurado “pela obrigação do poder público e pela liberdade de iniciativa particular de ministrarem o ensino em todos os graus, na forma da lei em vigor” e no artigo 5º. Quando “são assegurados aos estabelecimentos de ensino públicos e particulares legalmente autorizados, adequada representação nos conselhos estaduais de educação, e o reconhecimento, para todos os fins, dos estudos neles realizados” (BRASIL, 1961)

A má interpretação das ideias apresentadas e o medo de perder espaço na educação promoveram a união entre os interesses da escola privada e da igreja, pela busca da não efetivação das propostas da Nova Escola. Não seria a primeira vez que ocorreria conflito entre a defesa da escola pública e da escola privada, como destaca Cunha (2007), desde os primeiros passos educacionais, o Brasil conflita entre os interesses públicos e privados para a educação, sendo marcado pela presença da Igreja. No entanto, o conflito que antes estava diretamente relacionado a nomes específicos, ganha novo rumo, especialmente com novo fato que acirraria essa disputa:

foi apresentado em 26 de novembro de 1958 pelo deputado Carlos Lacerda um novo substituto que ficou conhecido como Substitutivo Lacerda. Calçado nas conclusões do Terceiro Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, realizado em São Paulo [...], esse substitutivo irá contemplar claramente os interesses da escola particular. [...] O Substitutivo Lacerda provoca uma intensa e extensa mobilização dos defensores da escola pública que o veem como o risco de um enorme retrocesso diante do pouco que se tinha realizado no âmbito da educação pública. Inversamente, os privatistas colocam-se a favor do Substitutivo (SAVIANI, 2019, p. 288)

Esse movimento acaba sendo deslocado para o debate sobre a LDB e os defensores da escola privada e da igreja retornam com as discussões e argumentos apresentados em 1930, o que acaba provocando um grande movimento a favor da escola pública.

Acreditava-se que as diretrizes promoveriam uma nova era para a educação do país, “fornecendo as bases para a reorganização do ensino primário, do ensino médio e

do ensino superior, bem como a solução pelo menos dos problemas educacionais mais graves que enfrentamos” (FERNANDES, 2020, p. 103). Os objetivos principais eram: adaptar a estrutura e o rendimento da escola primária às necessidades das camadas populares e do modelo democrático adotado com a República, atualizar o ensino primário, contando com modalidades técnico-profissionais e artísticas que promovam mudanças nos alunos e, conseqüentemente, na sociedade, melhorar e ampliar o ensino nacional e promover ensino superior de qualidade e que estivessem relacionado às necessidades de formação e trabalho do país. Porém, o projeto de lei não atendeu a esses interesses primordiais e manifestações de repúdio ao texto tomaram forma, reuniram-se intelectuais de diferentes formações, professores, jornalistas e artistas, exigindo a rejeição e a refundição do projeto de lei (Idem, 1989)

Em dezembro de 1961, a Lei 4.024, primeira LDB, é promulgada, e, mesmo depois das manifestações contra o texto final, o mesmo não foi satisfatório para os defensores da escola pública. Isso não significa que a LDB deixou de trazer avanços importantes, pelo contrário, aumentou a responsabilidade estatal com o financiamento e mantimento da educação, promoveu melhoria progressiva aos professores e possibilitou o nascimento de programas de fomento educacionais como o Fundef. Segundo Saviani (2019), a lei representou “meia vitória”, especialmente por causa das concessões feitas à iniciativa privadas. Sendo assim, as escolas fundadas após 1961 já possuíam respaldo legal na recém promulgada LDB.

As meias vitórias se apresentaram no texto em momentos como: a educação sendo oferecida primeiro pela família e depois pelo Estado, assim como cada família poder escolher o “currículo” que sua criança deveria aprender. Essa afirmativa fica clara no Título II do direito à educação quando afirma que em seu “Art. 2: A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola” e em seu “*Parágrafo único*. À família cabe escolher o gênero de educação que deve dar a seus filhos” (BRASIL, 1961). Esses e outros elementos iam de encontro com os princípios de igualdade já que as relações familiares e processo histórico de cada lar é diferente e proporciona níveis diferentes de aprendizagens e vivências.

Observa-se, então, no texto da LDB essas meias vitórias, com relação à presença da iniciativa privada, ao papel da família e do Estado da seguinte forma:

Art. 3º. O direito à educação é assegurado: I - pela obrigação do poder público e pela liberdade de iniciativa particular de ministrarem o ensino em todos os graus, na forma de lei em vigor; II - pela obrigação do

Estado de fornecer recursos indispensáveis para que a família e, na falta desta, os demais membros da sociedade se desobriguem dos encargos da educação, quando provada a insuficiência de meios, de modo que sejam asseguradas iguais oportunidades a todos (BRASIL, 1961).

Com seus avanços e insuficiências, a LDB de 1961 trouxe importantes contribuições à educação nacional, derivada de seus ideais de mudanças tanto no campo da criação de leis como na execução das mesmas, marcando a separação entre o estado e a igreja, ao menos em certa intensidade. Essas alterações contribuíram também para o declínio dos grupos escolares, já que visavam uma nova organização estrutural para a educação nacional, tanto na formação dos alunos e professores, como na maneira de se pensar o currículo e as vivências do dia a dia da escola.

A LDB de 1961 trouxe, neste sentido, alterações nas atividades educacionais, apresentando denominações como escola pré-primária, escola de primeiro grau e escola de grau médio (ginasial e colegial). Além disso, também designou a competência do ensino médio de grau técnico, industrial, agrícola e comercial (BRASIL, 1961).

O capítulo I da lei estabelece: “art. 23. A educação pré-primária destina-se aos menores até sete anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins-de-infância”, já o capítulo II estabelece as questões referentes ao ensino primário e afirma:

Art. 27. O ensino primário é obrigatório a partir dos sete anos e só será ministrado na língua nacional. Para os que o iniciarem depois dessa idade poderão ser formadas classes especiais ou cursos supletivos correspondentes ao seu nível de desenvolvimento (BRASIL, 1961)

Apresentam-se, registrados em lei, conceitos do que hoje compreendemos como educação infantil e registros sobre obrigatoriedade do ensino

Para o ensino médio apresentam-se no art. 37 “ministrado em dois ciclos, o ginasial e o colegial, e abrangerá, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário” (BRASIL, 1961). O fomento ao ensino técnico fica evidente, como discute Saviani (2019), essa presença é força crescente, apesar de grande resistência por pensadores da educação.

Como já destacado, o texto final não foi de suficiente agrado para todos e a busca por novas propostas educacionais continuaram. Contudo, observando as mudanças sociais, compreendemos que essas trazem modificações ao campo educacional, seguindo, nessa direção, as tendências mundiais crescentes na década de 1960, a Pedagogia Nova, que foi a base da construção da LDB. Dessa forma, foi perdendo força para as novas propostas pedagógicas, dentre eles encontram-se a educação popular e as práticas

emancipadoras com a figura importante de Paulo Freire e, em sequência, as pedagogias tecnicistas.

A proposta de educação popular ou para as massas populares valoriza os saberes, vivências e cultura prévias de um povo no processo de construção de novos saberes. No Brasil, a maior referência dessa teoria é Paulo Freire (2015; 2021). Para o autor, o modelo de educação e, conseqüentemente, a escola, estavam baseados no pressuposto de que alguns detêm o saber e outros não, sendo os educadores os que sabem e devem, assim, transferir esses conteúdos aos educandos, nomeando essa crítica de “educação bancária”. Para Freire, a educação não pode ser mera transmissão de conhecimento de alguém que sabe mais para outro que sabe menos e o processo de libertação através da educação ocorre em conjunto, segundo o autor “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 2021, p. 71).

Pensar um modelo pedagógico que critique essa educação bancária e que proponha sua superação é revolucionário, especialmente em um país, notadamente, marcado pela desigualdade social e pelo histórico de educação pensada por e para as classes dominantes. Ao apresentar a ideia de que “pessoas comuns” teriam capacidade e direito à educação, Freire altera a ordem que estava estabelecida. Esse modelo pedagógico é compreendido como um modelo crítico que desperta insatisfação na década de 1960, com as propostas técnicas. (SAVIANI, 2013). Sendo assim, esse modelo não se consolidou em um país que configurava para um golpe antidemocrático.

Como já foi antecipado, esse início de década, com todas as suas mudanças e marcado em 1964 pelo golpe empresarial militar, trouxe mudanças para a educação que as tendências mundiais.

As pedagogias emancipatórias, que almejavam um cidadão crítico e pensante, não tiveram espaço em um regime que buscava uniformidade de pensamento, pois elas eram ameaças ao sistema instaurado. Neste sentido, o modelo pedagógico defendido pelo governo militar foi o da pedagogia tecnicista, na busca por uma formação muito mais técnica e profissionalizante, formação do fazer, promovendo, então, o afastamento de disciplinas que estimulavam a criatividade e o pensamento. A função da educação passou a ser a formação para o trabalho, priorizando resultados e eficiência. Saviani (2019) ressalta que essa era a tendência mundial, destacando, especialmente, as teorias que vinham se desenvolvendo entre teóricos estadunidenses amparados na crise da Pedagogia Nova.

Esse período foi marcado pelos acordos MEC-USAID, que nascem com as mudanças educacionais do governo militar, adequando a necessidade de transformar o ensino superior à realidade brasileira e solucionando a crise pela qual passava a universidade. Esse movimento recebe tal nomenclatura:

em razão da série de convênios assinados entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID) a partir do Golpe Militar de 1964. O Acordo objetivou uma reforma em todos os níveis de ensino brasileiros, adotando-se para tanto, o modelo norte americano, especialmente no ensino superior. Pelo papel estratégico deste nível, a reforma visava uma formação técnica mais ajustada ao plano desenvolvimentista e econômico brasileiro, em consonância com a política norte-americana para o país (BERTOTTI e RIETOW, 2013, p. 3).

Sendo assim, objetivando adequar a educação brasileira aos moldes estadunidenses, iniciou-se a reforma universitária e, em seguida, a reforma do ensino de 1º. e 2º. graus (BERTOTTI e RIETOW, 2013).

Em 1968, com o clima de repressão e mobilização, a reforma ocorria. Prevista pela lei 5540/68, a Reforma Universitária tinha como objetivo atender as demandas dos estudantes e professores quanto a melhorias e autonomia das universidades, mas também agradando aos grupos que estavam no poder, assim, ocorreu a reforma universitária.

Bertotti e Rietow (2013) apontam que essa reforma promoveu um caráter técnico à universidade, fortalecendo a ideia de que a educação está a serviço do avanço econômico, sendo assim, a universidade ganha um caráter mais prático, ocorre a reformulação curricular de alguns cursos, mudanças no papel do professor e em suas condições de trabalho, além disso, a tendência do financiamento privado como saída para melhoria educacional cresce nesse período.

Na educação básica brasileira, o “marco principal é a Lei 5.692/71, que fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º. e 2º. Graus” (GERMANO, 2011, p. 159). Nesse momento, a ditadura já estava instaurada há 7 anos, encontrando-se “na fase áurea da repressão”, diante desse cenário, a necessidade da reformulação educacional para as massas sociais não poderia ser mais propícia, já que, amparada nas mesmas ideias técnicas, buscava formar um cidadão mais prático e menos pensante. A referida lei traz mudanças de diferentes ordens, seguindo as etapas de ensino que ela alcança. Em termos gerais, a reforma visou aumentar a extensão da escolaridade obrigatória e generalizar o ensino profissionalizante para o nível médio (no caso, 2º. Grau).

Para o 1º. Grau, as propostas de junção do primário com o ginásio e a ampliação da matrícula ocorreram, contudo, “os problemas crônicos da educação fundamental permaneceram, alguns até se agravaram” (GERMANO, 2011, p. 169). A ampliação da matrícula ficou restrita, apenas, ao aumento numérico, pois os repasses financeiros e os gastos com a educação foram insuficientes, provocando péssimas condições para os prédios escolares e baixos salários para professores. O destaque aqui é para os grupos escolares que já vivenciavam um processo de degradação e que foi se intensificando.

Nessas condições, a educação das massas, que foi promovida sob o discurso de que o governo estava preocupado com formação educacional da população e que buscava oportunizar melhorias sociais para os mesmos, perdeu o sentido de “para todas as pessoas”, isso porque a educação de qualidade continuou nas mãos das elites. Segundo Germano (2011, p. 171), “as relações capital-trabalho destroem a ficção de igualdade de oportunidades educacionais e sociais, uma vez que os mecanismos que geram a desigualdade permanecem intocáveis e contam com o respaldo do próprio Estado”.

A Paraíba também recebeu o impacto ocasionado pelas mudanças advindas da década de 1960. No estado, o golpe foi legitimado por grande parte da sociedade civil paraibana, entretanto houve rejeição por parte da classe estudantil, trabalhadores sindicais e a imprensa que sofreram repressão por parte do regime vigente. A partir de 1969, os anos de chumbo, o estado passa a sofrer grande repressão com relatos de lutas armadas e de torturas aos que se opunham ao regime ditatorial (SILVA, S.D.)

Isso posto, vale destacar que o estado paraibano enfrentava o aumento da situação de pobreza e essa crise educacional, com o alto índice de analfabetismo, constituiu terreno fértil para ações de caridade lideradas pela Igreja Católica. Esses e outros aspectos viram na força da educação popular e no movimento sindical espaço para possíveis avanços da população residente, contudo, a Igreja, acabou realizando o papel estatal e, certamente, disseminou ideias próprias da religião, especialmente no campo educacional, como veremos no capítulo seguinte.

### **CAPÍTULO 3. A EDUCAÇÃO EM AREIA ENTRE AS DÉCADAS DE 1960-1970**

O presente capítulo está organizado em dois itens: no primeiro, buscamos situar a Paraíba nos anos de 1960 com discussão sobre a situação social, política e educacional da cidade de Areia entre os anos 1960-1970 e, para tanto, retoma, brevemente, os anos

anteriores, objetivando contextualizar relações e vivências neste local; no segundo, abordamos as relações educacionais ocorridas, especialmente o movimento organizado pela igreja católica para ofertar educação às crianças pobres do município, discutindo o papel do estado e a educação como direito e não caridade. Neste tópico, apresentaremos os antecedentes de criação do Grupo Escolar Carlota Barreira e os movimentos ocorridos que culminaram em sua criação.

Ressaltamos que as imagens apresentadas na primeira parte deste capítulo não serão utilizadas como documentos de pesquisa, e sim como ilustração. Já as fotografias, a partir do item 3.3 Grupo Escolar Carlota Barreira: antecedentes de sua criação em Areia-PB, são resultados desta pesquisa e serão analisadas, sendo assim, é importante ressaltar que as datas das fotografias não são precisar, mas são aproximadas e de acordo com o contexto da foto e da leitura do material encontrado, conforme sugere Kossoy (2000; 2012)

### 3.1 O cenário sócio-político e educacional na cidade de Areia-PB

O historiador areiense Horácio de Almeida, em seu livro “Brejo de Areia” (ALMEIDA, 1980), afirma que os primeiros registros sobre a cidade estão por volta de 1641, quando recebia o nome de Sertão do Bruxaxá<sup>1</sup>. A história de seu nascimento apresenta divergências, porém todas elas concordam que o então povoado era habitado por povos indígenas e que chamou atenção dos expedicionários que ali passavam pelo seu clima agradável e pela imponência da fauna e da flora. De acordo com Almeida (1980), o povoado serviu como estrada vicinal para trânsito entre a capital e o interior e, ao surgir:

o sítio [...] tinha apenas um curral a margens da estrada para reconhecimento do gado que vinha do sertão, com destino aos meados do litoral. Ao redor desse curral começou a nascer o povoado. As primeiras casas seriam, a rigor, mocambos de sapé ou palha de pindoba, como de resto as construções do seu tempo (ALMEIDA, 1980, p. 5).

Dessa forma, Areia foi crescendo e sendo povoada, ganhando novas fisionomias e novos nomes, de Sertão do Bruxaxá passa a ser chamada de Areias, e as mudanças aumentam gradativamente. Até o final do século XVIII, segundo Almeida (1980), a economia da cidade esteve baseada na lavoura, inicialmente algodão e, posteriormente, cana-de-açúcar; as palhoças caminhavam para dar espaço às casas grandes de engenho e o povo escravizado ainda era pouco, estando nos trabalhos rudimentares da lavoura. Para o autor,

as terras, inicialmente cobertas de matas virgens, eram desbravadas ao esforço pioneiro dos bravos colonos que praticavam a agricultura, estimulados pela fertilidade do solo. A base de toda a prosperidade estava na lavoura, cultivava-se de preferência o algodão, não sendo, todavia, desprezadas as culturas secundárias de mandioca, fumo, feijão e milho. A cana de açúcar veio depois, mais ou menos em meado do século XIX. As zonas do agreste e do Curimataú eram reservadas à criação de gado, aproveitando-se ainda das margens dos rios para plantio de algodão e cereais (ALMEIDA, 1980. p. 8)

No início do século XIX, a mão de obra escravizada se intensifica, tanto na Paraíba como em Areia, especialmente nos engenhos que se espalhavam pelas terras. Ainda neste século, Areia apresenta fatos interessantes: a chegada dos correios, a proclamação de sua emancipação política, a forte presença da religião católica, a vivência escravocrata e a abolição da escravatura, que, na cidade, ocorreu alguns dias antes da proclamação da Lei Áurea. É certo que, ao relatar esses fatos, partimos do pressuposto de que os acontecimentos não ocorreram de forma pacífica ou isoladas, existiu todo um movimento político e social, contudo, discutir tais fatos históricos<sup>3</sup> mais a fundo não é nosso objetivo nesse momento.

Seguindo o movimento da sociedade, as casas grandes vão dando espaço aos sobrados, e as senzalas aos mucambos, assim como apresenta Gilberto Freyre (1933, 1936) em seus escritos. Já no século XX, a cidade ainda vivia da produção dos engenhos, não mais da mão de obra escravizada, e sim do trabalho assalariado e mal remunerado. Almeida (2010) destaca, em sua obra, que os engenhos da cidade enfrentavam um processo de declínio e sobrevivência, mas que resistiam, especialmente na produção de cachaça, rapadura e farinha.

José Américo de Almeida, filho da terra, com muita poesia e romance relata, em “A Bagaceira”, as belezas da pequena Areia, seu clima frio, suas paisagens verdes, a bela Gameleira e seu povo trabalhador.

Da chã ela enxergou a gameleira imemorial, como o céu verde da cidade. Via as manchas de barro vermelho da encosta, a terra esfolada. E, atreita aos longos plainos nativos, às várzeas intérminas, começou a sentir a curiosidade das alturas. Sem nenhum sentimento do pitoresco, não deixava de admirar essa beleza que a gente só sente uma vez, porque toda admiração é um pouco de surpresa. Aos acidentes do caminho, Areia aparecia como encaçada nos astros e desaparecia num desmaio. Entremostrava-se, feita uma nuvem Poisada na verdura. E,

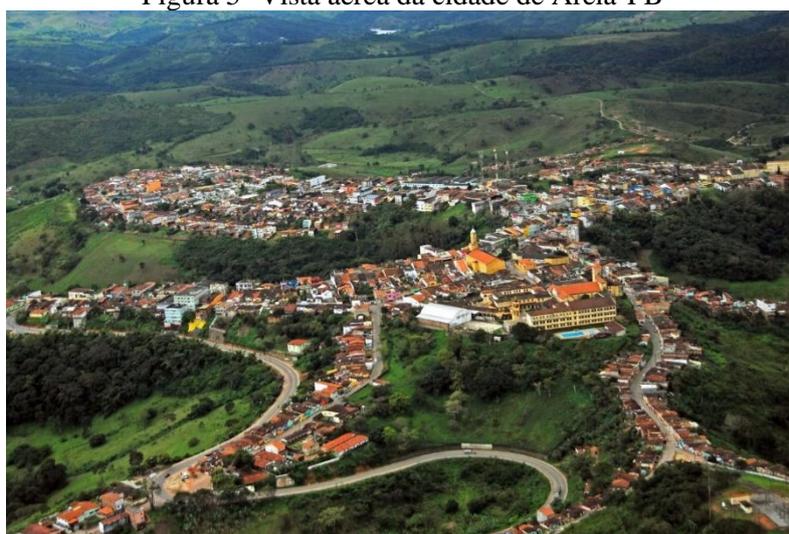
---

<sup>31</sup> O livro Brejo de Areia, referido no texto, traz um panorama da história da cidade de Areia, desde sua fundação até os anos 1980 e esse movimento social político e econômica fica demarcado no texto.

logo, fazendo negaças, sumia-se, parecia ter descambado no abismo. (ALMEIDA, 2004, p. 61).

Entretanto, para além do olhar de encanto, Areia é uma cidade histórica que vivenciou e fez parte de momentos marcantes, como a Rebelião Praieira (1848-1850), Quebra Quilos (1874), Abolição da escravatura (1888), entre outros. Além disso, o município recebeu a construção do primeiro teatro da paraíba (1859). Autores como Horácio de Almeida (1980), Zélia Almeida (2010), Francisco Torres (1990), nos auxiliam a rememorar as condições histórico, sociais nas quais a cidade surge e como ela esteve organizada, especialmente nos anos delimitados para essa pesquisa

Figura 5- Vista aérea da cidade de Areia-PB



Fonte: Site Prefeitura Municipal de Areia

A respeito da educação institucionalizada da cidade, os primeiros registros foram de uma escola masculina que surgiu quando foram construídas dez escolas da Província. Já a primeira aula para moças aparece apenas em 1834. Esse espaço de tempo demonstra as diferenças vivenciadas entre educação feminina e masculina na qual vigorava a concepção de que o feminino deveria aprender os deveres do lar e a educação institucional seria para os homens. (CORREIA, 2010).

As primeiras cadeiras isoladas ministradas em Areia eram de Francês e Latim, baseadas na erudição católica e nos ideários da elite e mantidas pelo município. Contudo com as intervenções na escolha de professores realizadas pelas oligarquias da época, somadas à precariedade dos locais onde as aulas eram ministradas e, a falta de material didático, houve a diminuição de alunos e a dificuldades em manter as salas. Essas dificuldades, junto a necessidade de modernização da educação, deram lugar às Escolas

Reunidas e, em seguida, aos Grupos Escolares (PINHEIRO, 2002), que é o caso do nosso objeto de estudo, como veremos mais detalhadamente.

A educação areiense acompanha, então, o movimento educacional da Paraíba, que, historicamente, refletiu as práticas do que conhecemos como ensino profissionalizante, isto é, o ensino do fazer, especialmente do trabalho manual. Mello (1999, p. 2) afirma que “no século passado, alguns missionários como padre Ibiapina, procuraram incentivar atividades manuais de serralharia e carpintaria para homens e corte e costura e bordado para as mulheres, nos limites de suas casas de caridade”. Além disso, a educação dos cidadãos contou com o apoio e, por vezes, foi organizada pela igreja, exemplo disso são a criação dos Liceus de ofício e surgimento dos “colégios de freiras”.

Na segunda metade de 1930, freiras de diferentes ordens se instauram no estado e criaram escolas em regime de internato “em cidades como Guarabira, Alagoa Grande, Bananeiras, Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Areia e Itaporanga” (MELLO, 1999, p.6). Os “colégios de Freiras” merecem atenção importante nesta pesquisa, especialmente porque, como veremos mais à frente, o surgimento do Grupo Escolar Carlota Barreira contou com a forte presença de freiras franciscanas de Dillingen da Alemanha, que tinham como um dos pilares de sua atuação a caridade, tanto em suas ações junto à Paroquia como com a construção do Colégio Santa Rita que trouxe mudanças significativas para a cidade.

A criação do Colégio Santa Rita promoveu grande impacto na educação da cidade, pois,

em 1937, as irmãs franciscanas de Dillingen adentrariam ao Colégio Santa Rita para oferecer educação às filhas de Areia, acolhendo, sub-repticiamente, toda herança cultural [...] consubstanciada aos preceitos da ordem religiosa a que estavam agregadas em seus vínculos com o ideal ultramontano para a educação, e com os princípios da cultura de pertença [...]. Ao gosto dos remanescentes coronéis e senhores de engenho, o magistério católico ministraria uma formação de inspiração divina que, convertida em uma ciência normativa, deveria guiar as mulheres na senda da ilustração, sem prejuízos aos papéis que então lhes eram requeridos. A identidade do município de Areia continuaria a ser diferenciada, agregando à sua história pregressa uma contribuição educacional europeia. (CORREIRA, 2010, p. 190)

Figura 6- Colégio Santa Rita



Fonte: Arquivo da autora

A criação do Colégio feminino, associado à religião católica e a Paróquia da cidade promoveram um novo movimento na sociedade areiense. As filhas das elites passaram a ter acesso a uma escola “aos moldes europeus”. Além disso, por ser uma instituição religiosa, atrelada aos princípios de socorro aos pobres, as obras de caridade eram frequentes. Bolsas de estudo para alunas pobres, doação de alimentos e roupas, financiamento de atividades educativas e de ação social eram práticas comuns dessa escola.

Até esse momento, a presença religiosa na educação paraibana era muito forte, bispos e padres desenvolviam atividades como “os ginásios comerciais da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) e Fundação Padre Ibiapina” (MELLO, 1999, p.6). Sendo assim, a presença efetiva do Estado na educação paraibana só vai aparecer a partir de 1950 motivados pela inauguração da Universidade Federal da Paraíba e o Colégio Estadual da Prata em Campina Grande-PB (idem, 1999). É importante perceber que, mesmo com as lutas e movimentos em busca da efetivação e garantia do direito à educação assegurado pelo estado, como vimos no capítulo anterior, esse movimento foi lento e não ocorreu de forma efetiva como desejado, já que, até os dias atuais, o Estado ainda busca maneiras de repassar suas funções a iniciativas privadas como a família, a igreja e as empresas.

Caminhando para 1960, assim como no restante do país, a Paraíba foi impactada pelas intensas discussões sobre as reformas de base. O estado apresentava quase 70% de

analfabetismo e a necessidade de uma mudança educacional era real. Neste sentido, acompanhando o processo já discutido de crescimento da educação popular, com apoio dos sindicatos, das ligas camponesas e dos estudantes, o governo da Paraíba apresentava, cada vez mais, interesse em implantar um projeto de educação popular (SANTOS, LEMOS, SCOCUGLIA, s.d). No entanto, esse projeto foi reprimido com a tomada de poder em 1964, quando a educação passa a caminhar com os moldes do governo ditatorial.

A década de 1960 apresenta, então, resultado do que já vinha ocorrendo nos anos anteriores. Reconhecendo a educação como via importante para formação de opinião e fortalecimento de ideais, a igreja se prontifica então a assumir papel que estava destinado ao Estado, de forma que, reanimadas pelo movimento da Ação Católica,

desde o começo do século, mas principalmente a partir do pontificado de Pio XI, as Dioceses e Paróquias estavam empenhadas em despertar nos leigos a consciência de sua missão apostólica e a organizá-los para a ação (ARAUJO, TORRES E SILVA, S.D p. 8).

Todo esse contexto trouxe diferentes configurações à cidade de Areia, que, nas palavras de Correia (2010), viveu entre os anos 1940 e 1960 um período de vanguarda. As mudanças iniciadas em 1940 ainda são fortes nos anos deste 1960 em Areia, tem-se, a partir desse período, “novas forças propulsoras de acumulação, consumo e formas de vida”. As novas forças passam a ser os engenhos, o Colégio Santa Rita (1937), a Escola de Agronomia do Nordeste (EAN) (1936), hoje Universidade Federal da Paraíba-Campus II, e a produção da própria cidade (ALMEIDA, 2010, p. 23).

Os engenhos, nas mãos das famílias tradicionais, continuaram a gerar emprego para areienses e povos vizinhos, especialmente na produção de cachaça e rapadura,

ainda predominavam na vida social os senhores de engenho e outros grandes proprietários desde o brejo até o agreste e curimataú, com elevado poder financeiro influenciando em muitas decisões municipais e de âmbito estadual. O comércio era promissor, desenvolvido, com um relativo número de boas casas de tecidos, variedade e mercearia. (TORRES, 1990. P. 79)

Como já ressaltamos, o Colégio trouxe mudanças na sociedade areiense, um colégio de elite, católico, feminino, associado à caridade e à Paróquia. Já a Escola de Agronomia, primeira instituição de ensino superior da Paraíba, provocou mudanças por trazer uma instituição que produz conhecimento científico para o interior, além disso, promoveu, paulatinamente, a circulação de diferentes pessoas na cidade, vindas para trabalhar e estudar (ALMEIDA, 2010). Vale salientar que o movimento ocorrido para a

instauração da Escola de Agronomia em uma cidade pequena como Areia contou com a influência do areense José Américo de Almeida que, na época, era Ministro da Educação no governo de Getúlio Vargas. Para Torres (1990, p. 80), a Escola de Agronomia era “o ponto mais elevado [...], o grande centro de atividades superiores diplomando engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas para o desenvolvimento técnico agrônomo da Paraíba e do Nordeste”, além disso, era ação do filho de Areia (TORRES, 1990).

Nesse período, a educação esteve em grande desenvolvimento, possuía algumas cadeiras rudimentares, pequenos estabelecimentos particulares de ensino e um dos primeiros Grupos Escolares construídos no interior da Paraíba que recebeu o nome de “Álvaro Machado”, de 1927, além do Colégio Santa Rita, de 1937 (TORRES, 1990). A pequena cidade, que surge aos pés da Gameleira tem, então, nos anos 1960, engenhos que, mesmo em declínio, são a importante fonte da economia local, a educação e a igreja ainda em relação estreita, e um grande marco para a educação pública, que é a criação da Escola de Agronomia.

Este é o breve panorama que nos permite situar como a educação e a igreja estiveram fortemente presentes na educação do município e na criação de escolas para crianças pobres.

### 3.2 A educação para pobres e a ação da Igreja Católica em Areia-PB

Historicamente, no Brasil, existiram lutas em favor da educação pública, laica e para todos e da efetivação desse direito, processos esses que sofreram avanços e retrocessos, contudo, por muito tempo, a educação nacional esteve diretamente associada à igreja católica.

A educação orientada pelos moldes do catolicismo esteve presente na formação social do Brasil e isso é inegável, autores como Saviani (2019), Júnior (1976) entre outros apontam isso em seus estudos. O modelo adotado por essa vertente religiosa segue os preceitos do cristianismo bíblico que disseminam a necessidade de evangelizar e cuidar dos povos, sem distinção. É assim que a igreja católica romana ascende em suas ações de caridade, que acaba se tornando uma de suas características fortes. Sendo assim, o que deveria ser direito garantido pelo estado, por tempo, passa a ser ação caridosa do campo religioso.

Durante o Brasil Império, conhecer o movimento educacional do Brasil é vivenciar também as ações da igreja,

seja na formação, seleção, atuação ou fiscalização docente, oferta de ensino primário, gestão de cargos públicos no ensino. O exercício de profissões educacionais por religiosos e religiosas era comum, os mesmos ocupavam cargos como inspetor, conselheiro ou delegado da instrução, reitor, professor, diretor de colégio, autor de livro escolar. (BARBOSA, AMEIDA e LIMEIRA, 2020)

Neste sentido, a presença da igreja estava envolta em toda estrutura educacional e disseminava suas ideologias e crenças. Já nos primeiros anos da República, com os movimentos em prol da escola pública e laica, a Igreja Católica vai dividindo seu espaço com outras religiões, reinventa-se e, nas palavras de Barbosa, Almeida e Limeira (2020), ela recebe esse rompimento como uma “oportunidade, adotando assim, mudanças em suas dioceses, uma vez que agora possuíam autonomia em suas decisões, possibilitando ainda, alteração em seus métodos de “delineação social” (p. 4). Um dos novos artifícios tomados para garantir seu espaço foi a educação feminina.

Na Paraíba, as ações entre igreja e estado caminharam juntas, com a presença de figuras como Padre Ibiapina, Monsenhor João Coutinho, Don José Maria Pires e outros sacerdotes católicos aparecem ao lado dos governantes do Estado em ocasiões diversas. (PEREIRA, 2012; TORRES, 1990). Vale salientar a relação existente entre os sacerdotes e a vida política, especialmente por ser Areia a terra natal de políticos paraibanos como Pedro Chacon, Álvaro Machado, José Américo de Almeida, Coelho Lisboa, entre outros. (GONDIM, 1988).

Esses e outros sacerdotes viram, na educação, a possibilidade de evangelização e de disseminação das ideologias. Isso porque a escola é local de grande fluxo de pessoas, que passam boa parte da infância e juventude, neste sentido, configura-se como local de disseminação de ideologias, acesso aos conhecimentos científicos e de formação de opinião. De maneira geral, a maioria das pessoas vivencia suas primeiras experiências com discussões políticas, culturais e éticas na escola, além de existir a concepção de que professores apresentam sempre informações coerentes e corretas.

Neste sentido, a escola se apresenta sob duas faces ideológicas; por um lado, produz e reproduz os interesses da classe hegemônica, que por muito tempo foi de predominância Católica, vista como lugar de potencial formação de ideias; e, por outro lado, pode ser local de formação crítica e de construção de consciência de classe na produção de uma contra hegemonia (GONÇALVES, FREITAS e ROSTAS, 2016).

Entender a educação dessa forma é compactuar com o pensamento gramsciano quando aponta a igreja como aparelho privado de hegemonia. Segundo Gramsci (1999),

não se leva suficientemente em conta que muitos atos políticos são motivados por necessidades internas de caráter organizativo, isto é, ligados à necessidade de dar coerência a um partido, a um grupo, a uma sociedade. Isto é evidente, por exemplo, na história da Igreja Católica (GRAMSCI, 1999, p. 239).

Com sua configuração dogmática e com a disseminação de que as ideias apresentadas pela religião são incontestáveis, a igreja, por muitas vezes, inculca em seus fiéis às ideias de quem estava no poder, justificando-as como “a vontade suprema de Deus” e como incontestáveis aos humanos. O espaço socioeducacional, por anos convencionado as mulheres, é um exemplo dessas ideias, autores como Saviani (2019), Almeida (2004; 2014), destacam e discutem esse papel feminino na educação, muitas vezes, entendido como inato e como dom divino.

Para agregar na compreensão de que a educação na Paraíba e também em Areia, historicamente caminhou associada às obras de caridade, destacamos aqui a figura do Padre Ibiapina.

Figura 7 – Padre Ibiapina



Fonte: Fundação Padre Ibiapina (<http://fundacaopadreibiapina.org.br/>).

José Antônio de Maria Ibiapina (1806 – 1883), conhecido como Padre Ibiapina, dedicou seu ministério a preocupar-se com a questão da pobreza e a necessidade do cuidado com a população em massa, tanto com a saúde como com a educação, isso porque vivenciou a grande situação de pobreza no qual a Paraíba encontrava-se. O padre foi responsável pela criação de diversas casas de caridade, a exemplo da Casa de Caridade Santa Fé, porém, segundo Lima (2009, p. 24), “o foco de sua missão era a educação das crianças mais pobres, mas, mesmo sendo um trabalho relevante para a sociedade, o religioso pouco contava com o suporte do Estado”. Essas instituições instruíam as crianças de acordo com os princípios da educação religiosa católica e, muitas vezes, acolheram aquelas que não estavam envolvidas no sistema público de ensino (LIMA, 2009). Vale salientar que a instituição de ensino que antecedeu a construção do Grupo Escolar Carlota Barreira recebeu o nome Escolas Reunidas Padre Ibiapina em homenagem a esse sacerdote católico.

Outro sacerdote que dedicou sua vida ministerial a cuidar da população pobre e de sua educação foi o Dom José Maria Pires (1918- 2017), popularmente conhecido como Dom Pelé.

Figura 8 – Dom José Maria Pires (Dom Pelé)



Fonte: Arquivo da Arquidiocese da Paraíba.

Dom José Maria Pires não era um cidadão paraibano e chegou no estado em 1967, sua atuação religiosa envolveu o desejo de libertação das pessoas pobres e o auxílio aos necessitados, esteve aliado ao movimento das Ligas Camponesas e da luta dos sindicatos rurais, além disso, disseminava pensamentos divergente das tendências do governo militar regente e sofreu perseguição por isso. Sua proposta de trabalho era “Do centro à margem” e através das ações pastorais na Arquidiocese da Paraíba, desenvolveu ações com camponeses, jovens, operários e pescadores (PEREIRA, 2012).

A Ação Pastoral Igreja Viva, fundada pelo Dom Pelé, ocupou-se de diversos projetos com preocupação social aos grupos menos favorecidos, uma das suas obras foi a criação da emissora de rádio Correio da Paraíba em 1969. Segundo Pereira (2012, p. 112), essa Ação Pastoral se preocupava com “questões sociais presentes no cotidiano das pessoas. O projeto era doutrinário ou pastoral, mas na prática também envolvia ações com populares sobre temas como política, justiça social e conceitos básicos de cidadania”. Ainda conforme o referido autor, Dom Pelé também esteve envolvido nos movimentos de Educação Popular e compartilhava das mesmas premissas educacionais que Paulo Freire.

É possível perceber, no movimento educacional desta região, a forte presença da igreja como autora social nas causas “dos pobres” e a ausência estatal na atuação para o desenvolvimento educacional dessa população. Essa presença se torna notória quando observamos as sequências de lutas pela democratização do ensino público e pela responsabilização do estado em oferecer e garantir a necessidade básica de seus cidadãos. Além disso, o tempo histórico entre o Padre Ibiapina e o Dom Pelé é significativo, e, mesmo assim, a igreja continuou, em tempos diferentes, atuando com as ações de caridade e contornando a ausência do estado.

É importante destacar também o papel apresentado pela Igreja Católica na Paraíba com o fomento à Educação Popular, especialmente entre os anos de 1966 e 1985. Segundo Pereira (2017, p. 8),

nova metodologia pastoral com forte presença junto ao meio popular, onde os agentes pastorais não eram apenas missionários ou religiosos interessados em difundir a mensagem evangélica, mas também educadores populares com o desejo de modificação na ordem social.

Nesse momento histórico, o país estava vivenciando a ditadura empresarial militar e, mesmo sabendo que o regime provocou mudanças, cada região sobreviveu a esse momento de forma diferente. Na Paraíba relatos de repressão policial e relatos mortos em

combate são comuns em jornais como A União, O Norte, entre outros. Já em Areia, não foram encontrados relatos escritos que apontassem a repercussão direta da ditadura, contudo, através das leituras realizadas de autores já supracitados foi possível perceber a presença ainda mais forte da igreja católica nesses anos.

Como já destacado, Don José Maria Pires foi figura central no processo de acolhimento e educação na Paraíba, ele esteve encabeçando movimentos que promoveram, de certa forma, refúgio e resistência religiosa aos católicos da época que também reverberaram em Areia, encabeçados pelo Padre Ruy, como veremos mais à frente. É certo que nem toda igreja esteve do “mesmo lado” durante a repressão, pois como aponta Pereira (2012), a perseguição ocorrida a movimentos que fossem de encontro aos pensamentos disseminados durante a ditadura, especialmente, os que anunciavam a liberdade e o direito como o movimento da educação popular.

Com relação a formação da juventude areiense, sabe-se que a ação da igreja no movimento da história também é forte. O primeiro Grupo Escolar da cidade, como dissemos anteriormente, o Grupo Escolar Álvaro Machado, foi criado relacionado à paróquia, em especial ao Monsenhor João Coutinho que, tempos depois, recebeu homenagem ao ter seu nome como patrono de um Grupo Escolar, além disso, este mesmo Monsenhor, com apoio das Freiras Alemãs, transformaram o quadro educacional e cultural da cidade, elevando o padrão de ensino com destaque para a música (TORRES, 1990).

Monsenhor João Coutinho, entre os anos de 1930 e 1940, esteve associado às freiras do Colégio Santa Rita e, juntos, promoveram as primeiras ações da instituição que auxiliou a população pobre tanto com alimentação e moradia, como com educação institucional (CORREIA, 2010; TORRES, 1990).

Além dessas personalidades, vale salientar outra figura importante no cenário educacional de Areia e na música, a professora Dona Júlia Verônica Leal, mestra mais antiga da cidade e que foi professora de primeiras letras de José Américo de Almeida<sup>4</sup> e uma das colaboradoras do ministério do Padre Ruy. Dona Júlia foi professora, compositora, instrumentista e poetisa, ela organizou diversos movimentos para envolver

---

<sup>4</sup>. No livro “Antes que me esqueça” no capítulo Homem de letras, José Américo de Almeida (ALMEIDA, 1976) narra sua trajetória intelectual e política e Júlia Verônica é uma de suas correspondentes ilustres que ele manteve ao longo de sua vida a sua professora de primeiras letras testemunhava uma parte importante de sua biografia (BURITY, 2019). As correspondências (cartas e telegramas) da Profa Júlia foram devidamente guardadas pelo seu ex-aluno e esse acervo encontra-se no Arquivo Pessoal José Américo de Almeida na Fundação Casa de José Américo, na cidade de João Pessoa/PB.

a população em atividades culturais (TORRES, 1990, CORREIA, 2010). Ela também “ministrava letras, canto, piano, artes cênicas e religião, sendo por muito tempo organista e regente do coro da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição a quem consagrou uma de suas composições” (CORREIA, 2010, p. 114). Após sua morte, edificou-se um grupo escolar às margens da estrada da cidade que recebeu seu nome: Grupo Escolar Júlia Verônica Leal.

As ações de caridade e de auxílio à população pobre são marcas fortes da Paróquia Nossa Senhora da Conceição na cidade de Areia.

Figura 9- Igreja Nossa Senhora da Conceição em Areia-PB



Fonte: Arquivo da autora

Ações educacionais que também são composições importantes da igreja local se imbricam, contudo, essa característica é intensificada com a chegada do Padre Ruy Barreira Vieira, em 1949.

Figura 10-Padre Ruy Barreira



Fonte: Folhetim paroquial do arquivo pessoal da Freira Irmã Marta

Nas palavras de Torres (1990), ao chegar em Areia, Padre Ruy “encontrou uma Igreja ativa, com muita frequência de fiéis aos atos litúrgicos, participando dos sacramentos e da doutrina social usada” (TORRES, 1990, p. 82). Recebendo uma paróquia disposta e organizada, o padre inicia suas obras, ampliação do catecismo, instalação do setor Juventude Independente Católica Feminina (JICF), Juventude Operária Católica Feminina (JOCF), festividades para a arrecadação de fundos financeiros, obras sociais com auxílio dos agricultores, parcerias com a Escola de Agronomia, organização da semana ruralista, efetivação de sindicato de trabalhadores, construção de casas para pessoas pobres, reforma e construção de escolas, construção de albergue para idosas, entre outras coisas.

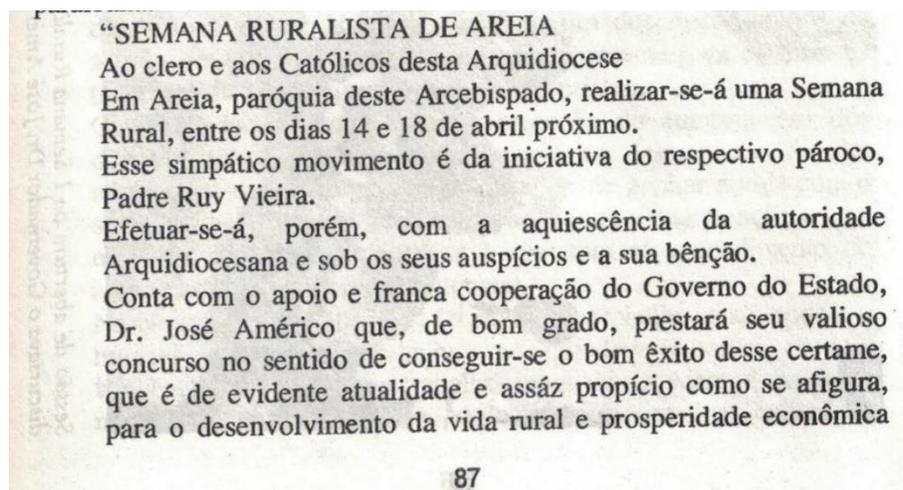
Merecem destaque as ações da Paróquia e do Padre junto ao movimento camponês, que se espalhava por todo país entre os anos 1950 e 1960, esses movimentos surgem da insatisfação e mobilização das massas, especialmente do campo, na luta por melhores condições de trabalho e por dignidade salarial. Saviani (2019) aponta a presença da igreja nesses movimentos com a organização e participação das semanas ruralistas e no movimento das Ligas Camponesas.

Em Areia, as novas configurações da cidade chamam atenção dos agricultores, assim como a dos municípios ao seu redor. Com as relações existentes entre a Paróquia e o governo estadual à época, na pessoa do Dr. José Américo de Almeida, a cidade realiza a Semana Ruralista de Areia sob o discurso de melhoria rural e desenvolvimento econômico. Além disso, diferentes ordens da sociedade se unem a esse fim, a Escola de

Agronomia, a Igreja Católica e o Governo Estadual apontam esse movimento como um meio de “educar o povo na compreensão do cumprimento dos deveres pessoais e sociais bem como no desempenho da alta missão que cada um recebeu do Criador, de ganhar a vida com seu trabalho” (TORRES, 1990, p. 89).

As semanas ruralistas em Areia passam a ser compreendidas como “o ponto alto da ação social do Padre Ruy” (ARAÚJO, TORRES E SILVA, S.D. p. 9) e estimularam o arcebispo da Paraíba, Dom Moisés Coelho, a escrever a seguinte carta sobre o evento.

Figura 11 – Carta do Arcebispo da Paraíba Dom Moisés Coelho sobre a Semana Ruralista em Areia (1952)



da Paraíba.

Alia-se a esse empreendimento a Escola Agrícola do Nordeste, em Areia, a qual de conjunto com o Padre Ruy promoverá os meios afim de que o auspicioso projeto se realize de um modo solene, interessante e sobretudo, eficiente.

Esse certame já encontrou adesão ativa e vivo interesse da parte das entidades federais.

Com um entendimento pessoal, no Rio de Janeiro, o Padre Ruy obteve apoio e decidida cooperação do Ministério da Agricultura e dos chefes de outros departamentos que a ele se prendem, como seja o Serviço de Informação Agrícola, a Superintendência do Ensino Agro-veterinário, a Campanha da Educação Rural, etc.

Em uma palavra todas as forças estaduais e federais que se interessam pelos problemas rurais, agrários e educacionais dão-se as mãos para o bom resultado da Semana Rural de Areia.

E porque a Igreja, como nenhuma outra entidade se interessa grandemente pelo bem cultural do povo e pela prosperidade material da Sociedade, ela também tomará parte ativa nesse movimento, mediante a Ação Católica, cuja atuação do ponto de vista moral, social e educacional, será inestimável.

Para o que são convidados não só os dirigentes e assistentes da Ação Católica regional, especialmente os das Dioceses de que se compõe a nossa Província Eclesiástica, como a Paraíba, Campina Grande e Cajazeiras, mas também os altos Representantes da Ação Católica Nacional.

O emérito Mons. Hélder Câmara, erudito e dedicado Presidente da Ação Católica Nacional, com auxílio dos mais idôneos da secção de Ação Católica Rural, estará presente para orientar os trabalhos da Semana, no ponto de vista cristão.

Cumprir educar o povo na compreensão do cumprimento dos deveres pessoais e sociais bem como no desempenho da alta missão que cada um recebeu do Criador, de ganhar a vida com o seu trabalho, e com o seu colaborador para a manutenção e bem estar da comunhão integrados todos num só entendimento de solidariedade e fraternidade humana.

Na elevada compreensão da lei divina do trabalho, onde poderá o homem saber por que trabalha e por que deve trabalhar, chegará também a conhecer que o trabalho, longe de ser pesar, é um dever nobre do homem. É nesse ponto de vista que o trabalho não

avilta, mas é antes um dever natural condizente com a dignidade do homem, ao contrário do que se percebe no conceito materialista do mesmo, no qual o operário é tido como escravo, sua pessoa, como instrumento inconsciente da exploração dos ambiciosos, e seus braços como máquinas assalariadas, destruindo-se destarte a dignidade humana.

A Semana Rural atrairá quantos se interessam pela vida aos campos, pela situação econômico-social, pelos problemas pecuários e por todos que tenham de qualquer modo uma parcela de responsabilidade na comunhão humana.

Vale dizer que por essa Semana devem se interessar, não só as autoridades dirigentes federais, estaduais, municipais, mas ainda os economistas, os fazendeiros, os pecuaristas, industriais, comerciantes, professores, proprietários rurais, vigários, eclesiásticos, etc.

Por tal motivo é que aos párocos desta Arquidiocese não só permitimos que tomem parte na Semana Rural, mas também recomendamos-lhes o comparecimento aos debates e às discussões das suas assembléias, em que podem adquirir novos conhecimentos para bem orientar os homens do campo.

O empreendimento a que mete o nobre povo de Areia à um movimento novo, uma iniciativa radiosa de esperanças, ainda não tomada em nossa Arquidiocese e quiçá em o nosso próspero Estado.

Nós o aplaudimos e abençoamos.

\* Moisés, Arcebispo da Paraíba” (O Norte – ed. 13/3/52).

Fonte: Livro Areia Paróquia e Pároco- 40 anos de Francisco Torres (1990)

O padre Ruy também manteve suas ações ligadas ao que ficou conhecido como “Socialismo cristão”. Saviani (2019, Germano (2011) discutem sobre esse pensamento que cresceu no Brasil entre os anos 1950 e 1960. A ideia de que o país estava tomando rumos comunistas com práticas socialistas e de que existe o socialismo bom e o socialismo ruim, para o Padre e para igreja por ele pastoreada, implicava no pensamento de que deveriam o socialismo cristão e auxiliar na derrota do comunismo ruim. Em suas próprias palavras, “não é com sermões que se derrotará o socialismo dos comunistas [...], se faz necessário que a igreja crie seu socialismo para que, em contato direto com todas as camadas da sociedade, encontre a fórmula mágica para reprimi-lo” (TORRES, 1990, p. 160). Seguindo a tendência crescente do anticomunismo, como vimos, a igreja fortalecia a ideia de, através dos movimentos sociais arrebanhar o povo, nesse caso específico, o povo campesino para as ações de crescimento econômico e de ações sociais.

Neste sentido, a igreja em Areia organiza jovens em centros sociais rurais e amplia as ações assistenciais aos povos do campo e, junto com outras paróquias da Arquidiocese

da Paraíba, oferece diversos cursos para este público. Surgem desse movimento diversas obras de caridade e ações conjuntas entre a igreja e os “homens do campo” e o padre Ruy funda, então, o primeiro Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Areia.

Esses acontecimentos não ocorreram por acaso, mas estavam orientados por uma visão de mundo difundida no meio religioso da época, a ideia de libertação, de crescimento da população pobre e de arrebatar qualquer rastro de comunismo, especialmente com os movimentos mundiais, como já mencionamos no capítulo anterior.

A carta do Don José Maria Pires traz em seu conteúdo citações sobre esse dever da igreja de cultivar os “bons costumes” na sociedade, além de apontar para a relação existente entre o movimento da Ação Católica e o governo estadual no fomento das Semanas Ruralistas. Outro ponto interessante da carta é a importância dada a José Américo e a Escola de Agronomia no movimento que está se articulando. Don José cita-os como participantes desse momento, fortalecendo as relações existentes e já comentadas neste trabalho. Por fim, destacamos as citações sobre o Padre Ruy e suas ligações com os governos, em específico, com o ministério da agricultura, ao ver do Don José, em busca de melhorias para os povos rurais. Nesse momento, destacamos mais uma vez a presença da religião na execução de atividades que deveriam ser fomentadas pelo Estado.

Já nos anos 1960, as ações da igreja e, conseqüentemente, do Padre Ruy para o avanço educacional que lhes parecia correto envolviam a catequese, a criação de 18 Escolas Radiofônicas, a construção de mais dois grupos escolares com o auxílio financeiro da Campanha Nacional de Educação e um grupo de escolas reunidas. Merece destaque aqui a existência das escolas domésticas em Areia que foram iniciadas pelo Mons. João Coutinho e continuadas pelo Padre Ruy. Em uma das falas registradas no livro de Tancredo Torres, 1990, a professora Maria Das Vitórias Silva afirma:

[...] o Pe. Ruy é um homem dinâmico mesmo, como disse D. Júlia. Mantem aqui um grupo de escolas reunidas que é uma coisa interessante. Mas isto não é nada em comparação no que conseguiu realizar no setor de Escolas Domésticas. Criou e mantém duas, uma aqui na cidade e outra em Remígio que, apesar de idade é paróquia de Areia. Nestas escolas, uma infinidade de mocinhas, aprendem corte, costura, arte culinária, bordado, datilografia e tecelagem cujos trabalhos são disputados até no Rio de Janeiro. Entrosou-se o nosso vigário com a LBA e o Ministério da Educação e tem elevado adiante a sua obra que honraria qualquer cidade. (TORRES, 1990, p. 147)

As ações realizadas pelo Padre Ruy são reconhecidas tanto pelos cidadãos areienses, como o caso da fala supracitada, como pelo governo estadual da época. Essa

afirmativa fica evidente quando a assembleia concede título de honraria ao padre e o recebe como cidadão paraibano por unanimidade da casa legislativa e sancionado pelo Governador Ivan Bichara Sobreira. Na solenidade, encontravam-se deputados, sacerdotes, professores e reitor da Universidade Federal da Paraíba entre outros. (TORRES, 1990)

Além de todas essas obras na qual a igreja, por muitas vezes, “tomou a frente” referentes os assuntos educacionais, ressaltando que ela recebeu financiamento do Estado, no final da década de 1960, a instituição religiosa iniciou uma obra que ganhou grande destaque e repercussão na sociedade areiense, a construção do Grupo Escolar “Carlota Barreira” (TORRES, 1990). Mas adiante, buscaremos compreender como esse processo ocorreu e quais as relações entre a construção da escola, a igreja e o Estado, para construção de uma obra voltada às crianças pobres do município.

### 3.3 O Grupo Escolar “Carlota Barreira”: antecedentes de sua criação na cidade de Areia

A educação em Areia, na década de 1960, apresentava destaque e diversidade em relação aos outros municípios da Paraíba, recebendo investimentos de diferentes áreas, conforme ressalta Almeida (2010, p.22):

saber acadêmico científico; Domínio crescente da natureza, Aumento da riqueza e produtividade; Geração e difusão de ciência e tecnologia; Possibilidade de expansão a longo prazo; Promoção do desenvolvimento; Educação em todos os níveis e Ação conjunta no aprimoramento cultural e social.

Com relação à educação, estavam presentes, na cidade, a força da Igreja Católica com as Escolas Paroquiais (Escolas Reunidas), o Grupo Escolar Monsenhor João Coutinho, o Ginásio Coelho Lisboa, o Grupo Escolas Santa Luzia (zona rural), o Colégio Santa Rita e os movimentos já discutidos no item anterior. Almejando a ampliação da educação para as camadas populares da sociedade areiense, o Padre Ruy Barreira inicia um projeto de criação de uma nova instituição de ensino. Para adentrarmos na sua história registramos, antes, aspectos da biografia do Padre Ruy, sua vida eclesiástica enquanto pároco da cidade.

Ruy Barreira Vieira nasceu em Jaguaribe- Ceará em 1921, filho do casal Hilário Viera de Souza e Carlota Barreira Vieira, teve nove irmãos, mas apenas seis chegaram à vida adulta. Veio para Paraíba ainda com 2 meses de vida e no seu tempo foi iniciado nas

escolas da região, cursou teologia e filosofia e foi vigário em algumas paróquias do estado, chegando à Areia em 1949. (TORRES, 1990; CARVALHO E GUEDES, 2005)

Ao chegar em Areia, segundo Torres (1990), encontra uma paróquia bem organizada e empenhada com as causas sociais, especialmente com o trabalho de caridade, é assim que inicia suas “construções”. O Padre, que tinha construído alianças com políticos e pessoas de grandes posses, organizou e construiu diversos “empreendimentos” culturais e assistenciais na cidade, alguns como o Centro Social Pio XII, o Albergue Pedro Simeão de Leal, a Creche Caminha Souza e o Grupo Escolar Carlota Barreira.

Em documentário produzido para comemoração dos 45 anos da Escola Carlota Barreira, disponível no *youtube*, uma das professoras fundadoras afirma que, ao chegar em Areia, as primeiras preocupações do Padre foram de “ajudar os pobres, as viúvas, as velhinhas e as crianças que não tinham onde estudar” (DOCUMENTÁRIO -45 ANOS “CARLOTA BARREIRA”, 2013).

Com essa visão, o Padre fundou escolas nas “pontas de rua” da cidade, eram três: Escola Paroquial Sebastião Bastos, Escola Paroquial Nossa Senhora de Fátima, Escola Paroquial Monsenhor João Coutinho e outra, cujo nome não foi mencionado. Essas escolas tinham dificuldades para funcionar, por serem formadas praticamente pelo mesmo corpo docente que precisava transitar entre os extremos da cidade.

Fotografia 1- Registro fotográfico de Professoras das Escolas Paroquiais e o Padre Ruy em frente ao prédio da futura Escola Reunida (1953)



Fonte: Arquivo EEEFM Carlota Barreira

Na imagem formam-se duas fileiras, ao que foi possível identificar, na de pessoas em pé temos, da esquerda para a direita, as professoras<sup>5</sup>: Vitória, Isabel, Iracema Moreira, Padre Ruy e Laura Medeiros. Na fileira de baixo, encontram-se sentadas Josefa Augusta, Elíta Ataíde Lurdes Medeiros.

A foto acima apresenta o corpo docente das Escolas Reunidas junto ao Padre Ruy. As professoras presentes na imagem foram também professoras das quatro instituições que culminaram nas escolas reunidas. Em entrevista para o documentário dos 45 anos do Carlota Barreira, as professoras fazem menção de que o Padre Ruy era o diretor geral da instituição.

Outro fato interessante a ser discutido acerca dessa imagem é a presença feminina. Segundo Almeida (2014), a presença docente feminina nos grupos escolares não ocorreu de forma aleatória, pelo contrário, envolveu movimento de transformação de uma sociedade enraizada no machismo e na divisão de atividades por gênero. Por longos anos no século XIX, foi oferecido às mulheres, como primeiros trabalhos remunerados, as atividades escolares, por acreditar que a docência se assemelhava às atividades domésticas e à maternidade, “essa ideologia teve o poder de reforçar os estereótipos e a segregação sexual, pois se entendia que cuidar de crianças e educar era missão feminina, por isso o magistério se revela como seu lugar por excelência” (ALMEIDA, 2014, p. 130). Neste sentido, não é incomum o corpo docente apresentado nessa imagem, pois ela representa, apesar de estar localizado na década de 1950, um movimento vivenciado no início do século.

Padre Ruy, percebendo as dificuldades vivenciadas mobilizou a Paróquia que decidiu unir esses alunos em um único prédio, esse recebeu o nome de Escolas Reunidas Padre Ibiapina. Com o tempo, tal instituição passou a receber mais de 700 alunos e não comportava mais a quantidade, já que era um prédio construído para assuntos religiosos e não foi pensado, a princípio, para ser uma escola. (DOCUMENTÁRIO-45 ANOS DO CARLOTA BARREIRA, 2013).

Fotografia 2 Prédio Escolas Reunidas (1954)

---

<sup>5</sup> Com relação as professoras, através do processo de levantamento de documentos, especialmente de fotografias, foi possível inferir que as mesmas foram mulheres formadas no magistério, algumas do curso fornecido no Colégio Santa Rita, e que faziam parte da comunidade católica da Paróquia local.



Fonte: Arquivo da EEEFM Carlota Barreira.

Como visto na imagem acima, o prédio reunido passou a localizar-se em uma área mais central da cidade, nas proximidades do comércio, mas, era, como já dito antes, destinado a assuntos paroquiais e possuía poucas e pequenas salas, tendo uma estrutura pouco usual e adequada para receber crianças e adolescente de diferentes idades. Além disso, as condições da estrutura do prédio não eram boas, existiam divisórias de madeira para separar as salas que foram feitas pela paróquia e o piso estava em más condições. Sendo assim, mesmo em uma localização centralizada, a estrutura do prédio não era tão eficiente para ministração de aula. Além disso, com a grande demanda de matrícula, ele começa a ser pequeno para comportar os alunos.

Ao observar a fotografia, podemos inferir que a mesma é, possivelmente, uma fotografia espontânea, já que vemos o padre saindo com materiais nos braços, homens, mulheres e crianças sem fardamento em uma conversa.

Fotografia 3- Alguns dos alunos e professoras que compunham o corpo docente e discente das Escolas Reunidas Padre Ibiapina (1954-1955)



Fonte: Arquivo da EEEFM Carlota Barreira

A fotografia acima registra os alunos da Escolas Reunidas Padre Ibiapina em frente ao seu prédio de funcionamento, não sabemos, exatamente, qual o motivo dos alunos estarem em frente ao prédio, mas é possível observá-los fardados e, de certa forma, organizados para a fotografia. Também são visíveis, na fotografia, algumas professoras, sendo possível identificar a professora Iracema Moreira, que está à direita e vestida com o fardamento e uma sapatilha preta.

Com um corpo docente inteiramente feminino, as Escolas Reunidas recebiam alunado misto, que aparecem em todas as fotografias encontradas sempre fardados, nesta imagem, não foi possível identificar nomes de alunos ou professoras. A organização das salas de aula apresenta-se como o modelo típico dos grupos escolares: o mobiliário de madeira e a divisão de dois alunos por carteira, além disso as fotos apontam as práticas enfileiramento dos alunos nas atividades e a presença da “ordem”, como indicam os autores Pinheiro (2002), Saviani (2019) e Souza (2014).

O fardamento composto por elementos diferentes entre meninos e meninas merece atenção, pois nas fotografias as meninas estão de jardineira e uma blusa de manga e os meninos aparecem, ora de calça e camisa de botão, ora de short e camisa, as tonalidades aparentam ser as cores branco e azul. Assim como as alunas, as professoras também aparecem com uma jardineira abaixo dos joelhos ou de saia, apontando os modelos de vestuário e de “modéstia” da época. Além disso, não aparenta ser um momento de entrada

ou saída da escola, já que as crianças não estão com seus materiais escolares, parece-nos, então, que foram organizadas para serem fotografadas.

Fotografia 5- Turma com alunos e professoras das Escolas Reunidas Padre Ibiapina em atividade na sala de aula.



Fonte: Arquivo EEEFM Carlota Barreira.

Na fotografia acima, visualizamos uma classe das escolas reunidas, da esquerda para direita temos a professora Vitória Silva, uma aluna em formação e a professora Iracema Moreia. Sentados nas cadeiras, encontram-se os alunos das “séries primárias”. O mobiliário de madeira, as crianças sentadas divididas por sexo retratam as salas nos anos de passagem para grupos escolares, temas discutidos por autores como Pinheiro (2002) e Saviani (2019), nos quais as divisões realizadas pelo gênero das crianças eram marcantes.

Além dessas características, as Escolas Reunidas Padre Ibiapina também estavam envoltas de práticas de celebrações e festividades, como culminâncias de atividades do clube de leitura, celebrações como Páscoa e Proclamação da República

As festividades e celebrações fazem parte da escola, tanto que elas estavam presentes no planejamento anual escolar e na montagem de seus calendários. Esses acontecimentos, mesmo que corriqueiros, apontam as influências externas na formação da escola, a força religiosa e cultural que trazem marcas para dentro da escola (NUNES, 2005). Autores como Silva (2009), Silva (2011), Ribeiro (2017) apontam, em seus textos, a presença marcante dessas festividades, com ênfase nas festas católicas e nas atividades

cívicas, especialmente na Paraíba, deixando perceptível que essa característica não é isolada, mas que reverbera em diferentes instituições no estado.

Tais festividades e celebrações não são recentes, mas estão, historicamente, presentes nas escolas brasileiras, apresentando propostas variadas de acordo com sua localização e meio social na qual estão inseridas. Além disso, elas representam e, por vezes, fomentam o regime social de cada época. Segundo Cândido (2007), as atividades comemorativas desenvolvidas pela escola brasileira, entre 1899 e 1930, promoveram a divulgação e propagação do sistema republicano que se instaurava. Essa afirmativa também é real quando visualizamos as celebrações ocorridas entre 1964-1985.

Encontramos documentos da Escolas Reunidas Padre Ibiapina com registros de comemorações, como veremos abaixo:

Fotografia 6 Festividade Clube de Leitura



Fonte: Arquivo EEEFM Carlota Barreira

Esta imagem é um registro da culminância do Clube de Leitura “Vovô Feliciano”, com a leitura de uma aluna na presença, da esquerda para a direita, de: Professora Vitória Silva, Padre Ruy, Alunos e Alunas, Professora Iracema Moreira. Ao que podemos inferir no quadro estão escritos os nomes da diretoria do clube.

Fotografia 7 Festa da Proclamação da Independência



Fonte: Arquivo EEEFM Carlota Barreira

Na foto acima, podemos visualizar o corpo docente das Escolas Reunidas Padre Ibiapina na comemoração do dia 7 de setembro de 1956, presentes na foto, da esquerda para a direita, as professoras: Iracema Moreira, Maria Estela, Elita Ataíde de Luna, Florisa Lemos, Vitória Silva, Marisa Silva.

Visualmente, a fotografia apresenta diferenças das outras já analisadas, pois as professoras encontram-se vestidas com roupas que parecem de tecido fino e com cortes elegantes, apontando a importância dada para tal celebração. O contexto cívico também merece destaque nessa fotografia, isso porque, tradicionalmente no Brasil, essas datas recebiam atenção especial, sendo assim,

conteúdo da educação cívica deveria ser ministrado num dia letivo, por isso a recomendação vigente na época era a de que as datas nacionais fossem comemoradas nas escolas sempre na véspera do feriado nacional, visto que, o dia nacional deveria ser consagrado exclusivamente às festas oficiais e às festas do povo, das quais as crianças teriam o dever de participar (CÂNDIDO, 2005, p.3).

Diante da afirmativa é possível inferir que as festividades e celebrações exerceram papel importante na Escola Reunidas Padre Ibiapina que, entre os anos 1950 e 1960, passou a receber grande número de alunos. Percebendo essa crescente, fez-se necessário a construção de uma nova escola e o Padre Ruy iniciou então uma campanha para

arrecadação de fundos para a criação de um local específico e que pudesse ser construído pensado em uma arquitetura escolar, já que as condições do atual prédio eram insuficientes e improvisadas.

#### **CAPÍTULO 4. O GRUPO ESCOLAR CARLOTA BARREIRA: “A GRANDE ESTRELA DAS OBRAS SOCIAIS DA PARÓQUIA”**

Neste capítulo, buscaremos analisar e discutir as informações históricas encontradas sobre a criação do Grupo Escolar Carlota Barreira, observando o movimento social causado pela criação dessa instituição. Intencionamos, assim, entender os como e porquês da relação tão direta entre a Paróquia da cidade e o grupo escolar, sendo esse criado nos anos de declínio desse modelo, buscando construir um registro documental sobre seu espaço físico e suas práticas de solenidades e festividades.

##### 4.1 A fundação da Escola no município de Areia

Surge a grande estrela das obras sociais da Paróquia- o Grupo Escolar Carlota Barreira. A festa de inauguração foi preparada depois de mais de um ano de lutas e trabalhos contínuos de construção (TORRES, 1990, p. 176).

As Escolas Reunidas Padre Ibiapina, mesmo após reforma, não comportavam mais a quantidade de alunos que buscavam por matrícula, objetivando ampliar a quantidade de vagas e o acesso das “crianças pobres” à educação escolar, o Padre Ruy iniciou uma campanha para arrecadação de fundos destinados à compra de um terreno em que pudesse ser construído um novo prédio para receber maior número de crianças.

O local escolhido para a compra foi um terreno ao lado do Artesanato Dom Adalto (prédio paroquial) e custou, à época, 52 mil cruzeiros, com déficit de 22 mil cruzeiros. O valor dessa obra foi arrecadado em campanha promovida pela igreja em parceria com as freiras do Colégio Santa Rita, que doaram parte desse valor. Além delas, foram doados outros valores pela Conferência Episcopal Holandês, por banqueiros da época e outras figuras políticas outros valores (TORRES, 1990).

Fotografia 8 - Construção do prédio do Carlota Barreira: vista lateral



Fonte: Arquivo EEEFM Carlota Barreira

Fotografia 9 – Construção do prédio do Carlota Barreira: vista frontal



Fonte: Arquivo EEEFM Carlota Barreira

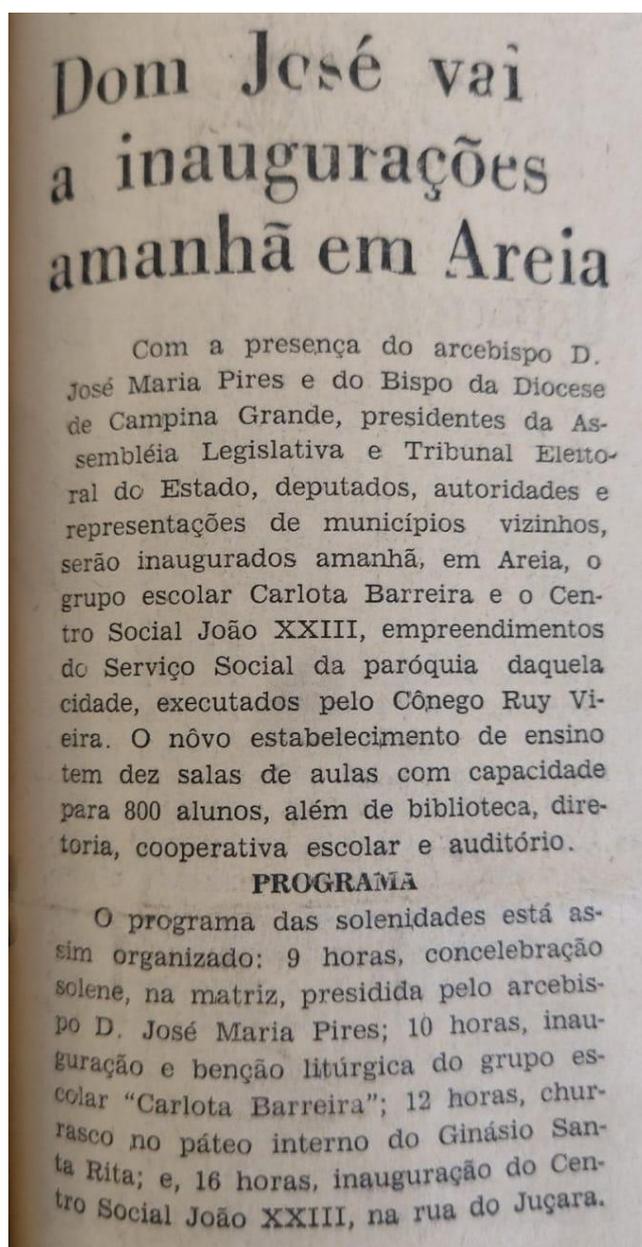
As duas imagens acima foram feitas quando o prédio escolar estava sendo construído e o intuito era criar uma estrutura que recebesse os 700 alunos das Escolas Reunidas e atendesse a demanda crescente de matrículas. Para tanto, a obra construiu 1300m<sup>2</sup> de área coberta e outra grande área sem cobertura que não apresenta metragem exata. A planta de arquitetura da instituição foi projetada por Dr. Zenon Sampaio. (TORRES, 1980).

Em 26 de maio de 1968 ocorreu a inauguração do Grupo Escolar Carlota Barreira que contou com festividades comemorativas. O primeiro ato de inauguração foi uma missa celebrada pelo Arcebispo D. José Maria Pires que contou com a presença de outros padres da região, além disso, também estavam presentes políticos, estudantes, professoras e pessoas da cidade. Entre os políticos estavam o prefeito da cidade da época, Elson da Cunha Lima, um representante do Governador João Agripino, Ronaldo Cunha Lima e

outras autoridades. Após a missa, foi oferecido um churrasco para 350 pessoas no Ginásio do Colégio Santa Rita.

Encontramos, no jornal O Norte, uma matéria que informava sobre a vinda do D. José Maria Pires a cidade, no dia 18 de maio de 1968, para inauguração de algumas obras lideradas pelo padre Ruy Vieira, incluindo o Grupo Escolar Carlota Barreira, como veremos abaixo.

Figura 12. Recorte de jornal com a notícia sobre a vinda de Dom José Maria Pires para Areia-PB



Fonte :Jornal O Norte, 24 de maio de 1968. Disponível na hemeroteca da Casa José Américo de Almeida-João Pessoa/PB

Torres (1980) afirma que a vinda do Arcebispo Don José Maria Pires causou alvoroço, segundo ele:

o meio católico areiense se agita, com alegria e ansiedade por conhecer o novo Arcebispo da Paraíba [...] que fez sua primeira visita pastoral à Paroquia de Areia, terra natal do 1º. Bispo e do 1º. Arcebispo a ocupar o Sólido Pontifício da Província Eclesiástica da Paraíba – D. Aduino Aurélio de Miranda Henrique (TORRES, 1980, p. 175)

Fotografia 10- Inauguração do Grupo Escolar Carlota Barreira



Fonte: Arquivo EEEFM Carlota Barreira

Na solenidade de inauguração, o Padre realizou um discurso que é transcrito por Torres (1990, p. 178) e que chama atenção pela seguinte frase: “entregando a comunidade a instituição que tem o nome de sua genitora e que se destina a ministrar gratuitamente o ensino primário a 800 crianças pobres”. Deparamo-nos, então, com uma fala que apresenta diversas leituras possíveis, a educação como assistência, divisão educacional entre ricos e pobres entre outras.

Com relação à fotografia, podemos observar um grande fluxo de pessoas e um registro que parece ter sido realizado de um ponto mais alto, abarcando grande parte da frente da construção. Não é possível identificar quem são as pessoas especificamente, mas como já discutimos, estavam presentes figuras religiosas, políticas a comunidade escolar e areienses diversos.

Fotografia 11- Discurso de inauguração do Padre Ruy

Surge a grande estrela das obras sociais da Paróquia – o Grupo Escolar “Carlota Barreira”. A festa de inauguração foi preparada depois de mais de um ano de lutas e trabalhos contínuos de construção. Deixemos o registro dessa data com o próprio autor da obra, Cônego Ruy Vieira:

“No dia 26 de maio de 1968 foi solenemente inaugurado o Grupo Escolar Carlota Barreira.

Às 5h houve alvorada festiva pela banda de Música do Município.

Às 8h – Concelebração na Matriz, presidida pelo Arcebispo D. José Maria Pires e presença dos Exmos. Srs. Dom Severino Mariano de Aguiar e Dom Manoel Pereira da Costa, bispo de Pesqueira e de Campina Grande, respectivamente, além dos padres Fernando Montenegro Abath, Alfredo Barbosa, Cornélio Farias Belo, Manoel Palmeira, Everaldo Peixoto, Frei Arthur Reeckers, O.F.M. e o vigário. Às 10h, diante de autoridades, estudantes, representações de municípios vizinhos e grande massa popular, iniciaram-se as cerimônias de inauguração com a bênção litúrgica oficiada pelo Exmo. Sr. Dom Severiano Mariano de Aguiar. Falaram sucessivamente: o Pe. Ruy, entregando à comunidade a instituição que tem o nome de sua genitora e que se destina a ministrar gratuitamente o ensino primário a 800 crianças pobres; o acadêmico Francisco Elias Ramos, o Prefeito Elson da Cunha Lima, o Dr. Francisco Aldo, representando o Governador João Agripino, Dr. Ronaldo da Cunha Lima, e por fim, o Arcebispo. Às 13h foi oferecido a 350 convidados um churrasco, na quadra de esportes do Ginásio Santa Rita. Duas notas sensibilizaram profundamente o vigário: a alegria intensa das famílias areienses e a presença do Dr. Moacyr Barreira, vindo de Goiânia, no Estado de Goiás, especialmente para se associar àquela homenagem que era prestada à memória abençoada de Carlota Barreira.

Por dever de gratidão registro aqui a substancial ajuda da Conferência Episcopal Holandesa e a colaboração desinteressada do amigo Dr. Zenon Sampaio, autor do projeto.

A construção da obra com 1.300m<sup>2</sup> de área coberta custou, em dinheiro, apenas 52 mil cruzeiros, havendo, porém, um déficit de quase 22 mil cruzeiros...

Em sacrifícios e vigílias, custou-me muito mais, mas dentro de mim reina uma alegria imensa, compensadora porque, através da instituição recém-inaugurada e orientada para a promoção das crianças pobres de minha paróquia, prestei a melhor das homenagens à memória da querida e santa mamãe”.

Às 16h. – inauguração do Centro Social João XXIII – Jussara.

Fonte: Livro Areia Paróquia e Pároco- 40 anos de Francisco Torres (1990)

A transcrição do discurso do Padre, feita por Torres, registra e confirma informações sobre a festividade de inauguração, as pessoas presentes, a homenagem à mãe do Cônego e também as atividades realizadas pelo padre com a finalidade arrecadar fundos para a construção do prédio. O texto não deixa explícito o valor das doações diretas ou os nomes, neste sentido, também não é possível saber qual foi a função estatal no financiamento da construção de tal prédio. No documentário 45anos Carlota Barreira, as professoras também não comentam sobre como o Estado financiou esse Grupo Escolar, o que fica claro em todas as falas é que o Padre conseguiu, com pessoas que conhecia, o valor de 30 mil réis e ficou com uma dívida de 22 mil cruzeiros que foi sendo sanada junto a festividades beneficentes realizadas pela paróquia. (DOCUMENTÁRIO “45 ANOS CARLOTA BARREIRA”, 2013). Questiona-se, então, sobre o porquê desse valor

não ter saído das verbas educacionais e, se saiu, por que não estão registrados nos discursos do Padre ou das professoras pioneiras?

Foram localizadas imagens do dia da inauguração que registram o momento do discurso acima transcrito por Tancredo Torres e também revelam algumas das pessoas que estavam presentes no momento. Seguindo os conceitos Kossoy (2012), acreditamos nas fotografias como documentos que registram acontecimentos e eternizam memórias, contudo, não meros registros, elas podem representar o olhar de quem as fez, a percepção do que se faz importante no momento do registro, além de ser, apenas, uma parte do acontecimento geral, já que existem outros ângulos e visões de uma mesma história.

Fotografia 12 Discursos de Inauguração



Fonte: Arquivo EEEFM “Carlota Barreira”

Nas duas fotografias acima, podemos visualizar o Padre Ruy discursando, e, ao seu redor, homens que Torres (1980) nomeia como pessoas importantes que influenciaram na construção do prédio. É possível visualizar o Dom José Maria Pires nas

duas imagens, na primeira, em frente ao Padre e na segunda, em frente ao Professor Aldo, que discursou como representante do governador da Paraíba. A Dom José também foi concedida a palavra para discursar, já que era presença ilustre de alguém que, no imaginário social, lutou junto aos preceitos cristãos pelo direito dos pobres de estudarem.

Fotografia 13. Discurso Dom José Maria Pires



Fonte: Arquivo EEEFM “Carlota Barreira”

No mesmo dia da inauguração, houve uma missa de celebração, a imagem abaixo registra, mais uma vez, a presença direta da igreja não só na idealização da instituição, como também na formação ideológica. Esse fato não é exclusivo da criação deste grupo escolar, mas sim um fator já evidenciado por estudiosos da História da Educação.

Fotografia 14 Missa de Inauguração



Fonte: Arquivo EEEFM "Carlota Barreira"

Pode-se afirmar até aqui que a equipe de docentes e discentes estiveram envolvidos de celebrações católicas nos primeiros anos da instituição. A imagem apresenta a primeira missa e nela estão presentes o Dom Palmeira, em posição de leitura, atrás dele, representantes católicos e, a sua direita, alunos fardados do Grupo Escolar Carlota Barreira. Pela ambientação da imagem e reconhecendo a estrutura, é possível inferir que a missa ocorreu na Paróquia Nossa Senhora da Conceição da cidade.

No documentário de 45 anos do Carlota Barreira, as professoras também comentam sobre a missa de inauguração e que, após a mesma, houve um churrasco oferecido para os convidados do Padre. Esse evento ocorreu no Colégio Santa Rita e contou com a presença dos representantes católicos, políticos, professoras da instituição e amigos próximos, não sendo encontrado documentos sobre a presença do alunado.

Fotografia 15 Churrasco comemorativo da inauguração



Fonte: Arquivo EEEFM “Carlota Barreira”

Fotografia 16. Churrasco de celebração



Fonte: Arquivo EEEFM “Carlota Barreira”

Acerca dos registros fotográficos da festa de inauguração, é preciso destacar que foram encontrados no arquivo da escola, porém estavam colados em um álbum que contava a história da instituição. O mesmo encontrava-se em condições ruins de conservação e algumas informações haviam sido destacadas ou deteriorada por traça e mofo. Os escritos nas fotos vieram do próprio álbum e foram mantidos no momento do recorte das imagens.

A criação dessa instituição dá indícios, então, da relação direta com a Paróquia, com as Freiras do Colégio Santa Rita e com as professoras da antiga Escolas Reunidas, que também eram fiéis católicas. Sua fundação recebeu atenção de figuras de alto escalão católico, e contou com a presença de políticos da época, como fica registrado no livro de Torres (1980) e, no DOCUMENTÁRIO, 45 ANOS CARLOTA BARREIRA (2013), evidenciando que, a criação dessa instituição não foi fomentada, apenas, pelo Padre.

É certo que todo esse processo de criação e fundação do grupo escolar traz, ao imaginário social, o pertencimento existente e inegável entre o Padre Ruy e o grupo. Diferente do que era suposto antes de adentrarmos nas pesquisas, essa escola nasce já vinculada à rede estadual de ensino da Paraíba e, mesmo que fosse conhecida popularmente como “a escola da igreja” ou a “escola de Padre Ruy”, inferimos que contou com um corpo docente contratado pelo governo estadual e com a anuência e/ou indicação do Padre. Não encontramos registros sobre provimento de corpo docente ou de funcionários nesses seis anos por meio de concurso público ou outros tipos de seleções, o que pode ser desvelado em estudos posteriores, com acesso a outras fontes do arquivo da Paróquia.

Com relação às atividades realizadas na inauguração, observamos ações solenes sempre ligadas à igreja. O Brasil, sendo um país colonizado por povos católicos, a Paraíba, que apresenta histórico de raízes religiosas, são o cenário da criação de um grupo escolar estadual, envolto de atividades religiosas desde sua criação, mesmo anos depois de grandes lutas nacionais em busca de uma educação pública laica, como foi o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, mencionado anteriormente .

Fundou-se assim, em 1968, o Grupo Escolar Carlota Barreira, recebendo alunos da anterior Escolas Reunidas Padre Ibiapina e novas matrículas de diferentes localidades da cidade de Areia e seus distritos.

Fotografia 17 – Alunos do Grupo Escolar na Inauguração (1968)



Fonte: Arquivo EEEFM “Carlota Barreira”

Não foi possível localizar o nome de nenhum aluno presente na imagem, contudo, interpretamos que são os primeiros alunos da instituição tanto pela leitura da imagem, que apresenta fardamento parecido com os visualizados nas fotografias das Escolas Reunidas Padre Ibiapina, como por sua legenda.

Fotografia 18– Construção finalizada (1968)



Fonte: Arquivo EEEFM Carlota Barreira

Na fotografia 18, temos o Padre Ruy, Dona Vitória (professora) e Madre Iluminares em frente ao prédio já finalizado. Acreditamos ser dos primeiros anos de existência da instituição, isso porque, a presença das alunas que, possivelmente, são normalistas do Colégio Santa Rita apontam o fardamento da época além da presença da placa com o nome Grupo Escolar Carlota Barreira. Outro fator que possibilita inferir ser uma fotografia do primeiro ano da construção é a aparência do próprio Padre e a presença da Madre Iluminares. Mais uma vez temos o reforço da presença católica nas atividades do Carlota Barreira.

Com relação ao corpo docente dessa instituição, o mesmo era formado, em sua maioria, pelas professoras das Escolas Reunidas e, com o passar dos anos, recebeu alunas normalistas do Colégio Santa Rita como professorandas e novas profissionais. Em busca de lembrar os nomes das pessoas presentes nas fotografias, foi sinalizado que a foto acima poderia ser de alguma formação normalista com parceria entre o Colégio e o Grupo escolar.

Fotografia 19- Algumas Professoras do Carlota Barreira em 1968



Fonte: Arquivo EEEFM Carlota Barreira

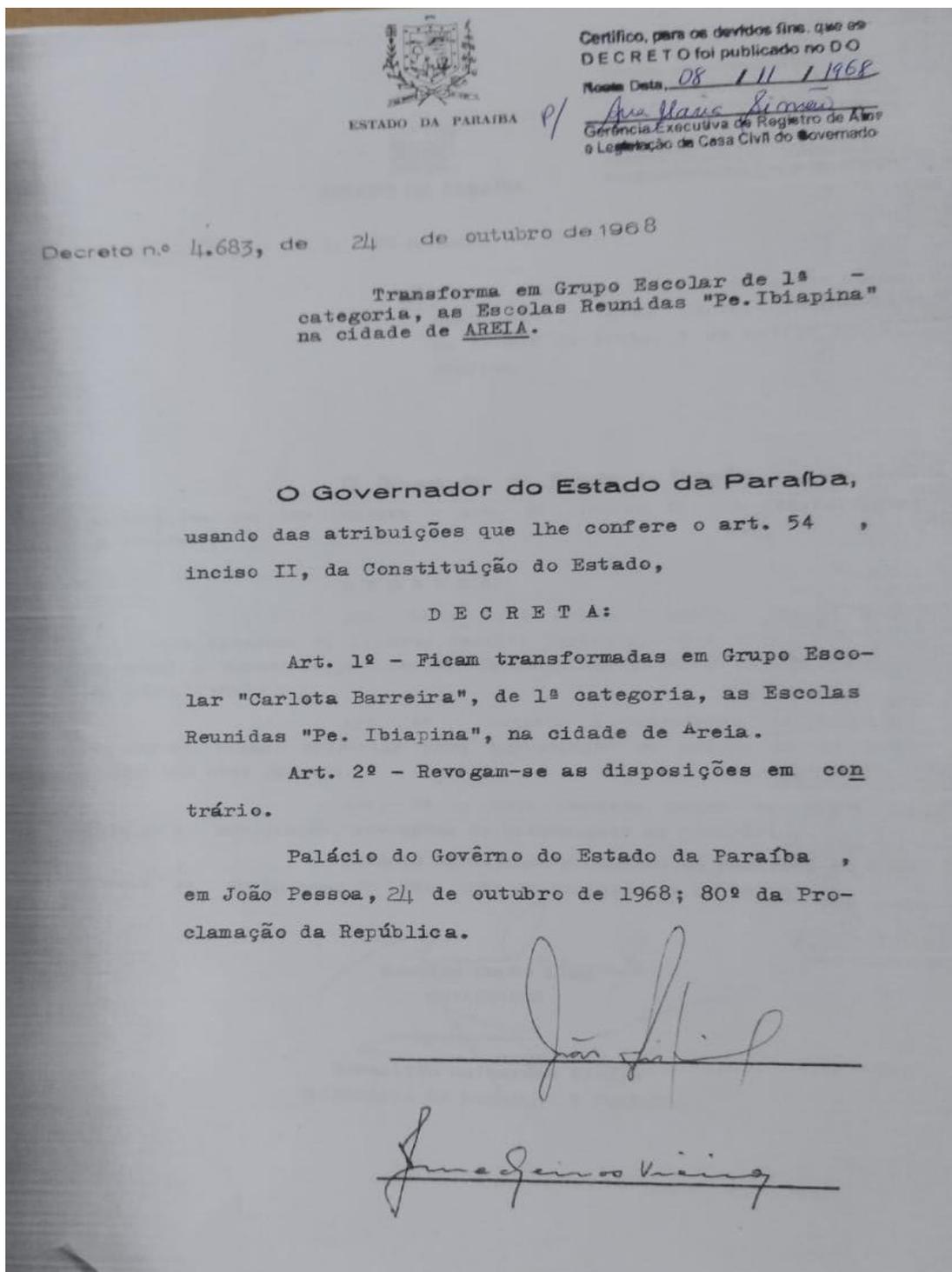
Josefa Ribeiro da Silva Lenilda Maia, Maria Vasconcelos

O corpo docente foi formado então por essas professoras. Da esquerda para a direita, temos: Inês Santos, Josefa Ribeiro, Lurdes Medeiros, Lenilda Martins, Maria Ramos de Vasconcelos (Dona Marié), Iracema Moreira de Barros. Outras professoras

também integraram o corpo docente, vindas das Escolas Reunidas como contratadas, direto para a nova instituição, mas não encontramos registros fotográficos com todas.

Como dito anteriormente, o Grupo Escolar Carlota Barreira já surge vinculado à rede estadual de ensino e isso fica registrado em seu decreto de criação:

Figura 13- Decreto de Criação do Grupo Escolar Carlota Barreira



Fonte: Secretaria de Administração Estadual-João Pessoa

O Decreto nº. 4.685 foi publicado 5 meses após a criação da instituição no município e registra em seu texto a transformação das Escolas Reunidas Padre Ibiapina em Grupo Escolar. Não foram encontrados registros como decreto de criação ou número de lei com informações sobre as Escolas Reunidas, contudo, o presente decreto utiliza a nomenclatura transformação, deixando explícito a relação existente entre as duas instituições.

No texto do decreto as assinaturas não estão legíveis, porém, recorrendo a história da Paraíba e as referências políticas mencionadas no livro de Torres (1990), o governador que assinou o decreto foi João Agripino Maia. Um detalhe importante observado no texto do decreto é a presença da expressão “grupo escolar de primeira categoria”. Ao investigar sobre essa nomenclatura, encontramos informações sobre a classificação dos Grupos Escolares em estados como Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, em quatro categorias, de acordo com a frequência de alunos e a sua estrutura arquitetônica.

O art 7º. da lei 2.391 de 1969 dispõe que:

- a) - primeira categoria - os de frequência média anual superior a 90% (noventa por cento) e que tenham, no mínimo, nove salas utilizadas, biblioteca e cantina;
- b) - segunda categoria - os de frequência média anual entre 85% (oitenta e cinco por cento) e 90% (noventa por cento) e que tenham, no mínimo, sete salas utilizadas, biblioteca e cantina;
- c) - terceira categoria - os de frequência média anual entre 75% (setenta e cinco por cento) e 85% (oitenta e cinco por cento) e que tenham no mínimo cinco salas utilizadas e cantina; e
- d) - quarta categoria - os de frequência média anual entre 65% (sessenta e cinco por cento) e 75% (setenta e cinco por cento) e que tenham, no mínimo, três salas utilizadas e cantina (ESPÍRITO SANTO, 1969).

Não foram encontradas informações sobre tais categorias na Paraíba, todavia, levando em consideração o apresentado na lei sobre a primeira categoria e observando as informações obtidas sobre a construção do grupo escolar, é possível inferir que o grupo escolar Carlota Barreira se insira na primeira classificação.

À luz dessa informação, podemos inferir que a presença do decreto desmistifica a afirmativa “da escola do padre” que circula no meio da sociedade areense, contudo, reforça as questões já discutidas sobre a omissão Estatal no fomento financeiro na criação da instituição, transferindo sua responsabilidade para a igreja, em um momento social propício para a disseminação das de patriotismo e civismo. Além disso, o documento nos provoca a pensarmos sobre uma “obra benemerita”, uma ação de caridade que surge vinculada ao Estado, o que reforça o descompasso nas relações entre governo e educação.

#### 4.1.1 A homenageada “Carlota Barreira”

Nomear os lugares, sejam ruas, estabelecimentos, hospitais entre outros é atitude comum da humanidade, tanto que, quando um local não possui um nome específico, procuramos pontos de referências como: “rua do meio”, “prédio de cima”, alguns desses recebem nomes de pessoas ou entidades de religiões diversas, sempre apontando para alguém ou algo significativo e que influenciou de alguma forma a localidade. Segundo Neta (2016), se essa nomeação não ocorresse beiraríamos a barbárie já que:

uma sociedade considerada civilizada não se arquetaria, portanto, como tal sem se referenciar no espaço físico em que se insere, pois necessitamos nomear, classificar, sistematizar praticamente tudo: os seres, as coisas, os espaços físicos, as pessoas, o universo que nos cerca para vivermos em coletividade. Contudo, muitas vezes, não nos atentamos ao porquê de uma nomeação espacial. Às vezes, temos a impressão de que os nomes próprios de lugar servem mesmo apenas como referência para endereço de correspondência (NETA, 2016, p. 13)

Dar nome a uma instituição é, neste sentido, uma forma de identificar e diferenciar dos demais, esses nomes podem ser escolhidos com base nos significados apresentados em determinados lugares e tempos históricos. Portanto, mais do que a identificação e a distinção de natureza entre o patrono e a sociedade, pode existir um vínculo entre a denominação patronímica que,

refere-se ao bairro onde a mesma se localiza, geralmente a ela é dado o nome de uma pessoa em homenagem às suas contribuições à sociedade, sobretudo à educação, além de configurar-se como um exemplo de humano e profissional a ser seguido (ALMEIDA, 2017)

Sendo assim, conhecer o patrono de uma instituição é importante por explicitar as possíveis relações entre ele e a sociedade na qual esteve imerso, além de estreitar o vínculo entre a escola e sua comunidade (ALMEIDA, 2017). Além disso, a figura do patrono pode estar relacionada a figuras públicas e personalidades que são enaltecidas pela comunidade escolar e sociedade, especialmente em datas comemorativas. Essa forma de homenagem pode apresentar caráter patriótico, dependendo do momento histórico e de qual pessoa for homenageada

Como vemos, os nomes escolhidos para denominar determinado local não são, então, processos aleatórios e sim reflexo do contexto histórico, político, social e cultural

situados no tempo e no espaço em que são escolhidos. Compreendendo esse movimento, discutiremos, nessa perspectiva, a origem do nome Grupo Escolar Carlota Barreira.

A denominação da instituição recebeu o nome de uma patronesse, Carlota Barreira Vieira, em homenagem à mãe do Monsenhor Ruy Barreira Vieira. Ela nasceu em 1894 em Jaguaribe- CE, aos 24 anos casou-se com Hilário Vieira de Souza e foi mãe de 9 filhos dos quais, três faleceram ainda criança. Era mulher católica e criou seus filhos sob os preceitos da sua religião, incentivando-os a participarem das atividades religiosas. Segundo Torres (1990) e através do texto em homenagem a Dona Carlota Barreira, escrito pelo próprio filho Ruy Barreira, existia grande amor da mãe pelos preceitos religiosos e o incentivo aos filhos em serem “bons católicos”.

Figura 14- Carta homenagem à Carlota Barreira escrita pelo Padre Ruy na festa de homenagem aos 100 anos de nascimento da patronesse da escola em 1994.



*Carlota Barreira Vieira*

Nasceu no dia 01 de abril de 1894, em Jaguaribe, Ceará. Filha de Custódio Nogueira de Queiroz Menezes e de Maria Barreiras.

Batizou-se na Igreja Matriz de Nossa Senhora das Candeias sendo seus padrinhos Horácio Amorim e Maria Barreiras. O batismo foi oficiado pelo Pe. João Bandeira Occioly.

No dia 27 de junho de 1918, com 24 anos, contraiu núpcias com o Sr. Hilário Vieira de Souza, paraibano de Itaporanga, na mesma cidade onde se batizou. Foram testemunhas Francisco Barreira e Otacílio Guimarães Sá Pinheiro.

O casamento civil realizou-se na mesma data, oficiado pelo

Juiz de Direito, Dr. Caetano Guimarães de Sá Pereira, perante as testemunhas Francisco Barreira, Otacílio Sá Pereira, M<sup>a</sup> Pinheiro Barreira e Maria Monteiro.

Desse enlace nasceram nove filhos, porém somente três se criaram - Ruy, Horácio e Hilaxina, aos quais dava afeto, educação e formação religiosa, ressaltando a devoção a Nossa Senhora. Cuidou com muito carinho da vocação de seu filho Ruy, que há 45 anos dirige com zelo a Paróquia de Arica.

Ela sempre à Igreja e levava flores cultivadas no jardim de sua casa, para o altar do Santíssimo Sacramento. Gostava de conversar com os jovens, cujo objetivo era orientá-los na obediência aos pais, nas bineações, no cumprimento dos deveres, etc. Dizia que na vida é preciso sorrir e suportar as dificuldades. Gostava de cantar. Além da Ave-Maria dizia ainda a Nossa Senhora, cantava as modinhas da época, entre outras sextaneja.

O patrono desta Escola de 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> graus Carlota Barreira, que terá sempre o influxo do seu coração e de sua inteligência.

A querida Escola Carlota Barreira, na comemoração do 1<sup>o</sup> Centenário do nascimento de minha inesquecível Mãe.

Arica, 01.04.1994 Mons. Ruy Barreira Vieira

Fonte: Arquivo EEEFM Carlota Barreira

Transcrevemos, a seguir o texto da carta para melhor leitura do conteúdo registrado.

**Carlota Barreira Vieira**

Nasceu no dia 1<sup>o</sup>. De abril de 1894, em Jaguaribe, Ceará. Filha de Custódio Nogueira de Queiroz Menezes e de Maria Barreiras. Batizou-se na Igreja Matriz de Nossa Senhora das Candeias sendo seus padrinhos Horácio Amorim e Maria Barreiras. O batismo foi oficializado pelo Pe. João Bandeira Occioly. No dia 27 de junho de 1918, com 24 anos contraiu núpcias com o Sr. Hilário Vieira de Souza, paraibano de Itaporanga, na mesma cidade onde se batizou. Foram testemunhas Francisco Barreira e Otacílio Guimarães Sá Pinheiro. O casamento civil realizou-se na mesma data, oficiado pelo juiz de Direito Dr. Caetano Guimarães de Sá, perante as testemunhas Francisco Barreira, Otacílio Sá Pereira, M<sup>a</sup>. Pinheiro Barreira e Maria Monteiro.

Deste enlace nasceram nove filhos, porém somente três se criaram, Ruy, Moacir e Hilariana, os quais dava afeto, educação e formação religiosa, ressaltando a devoção a Nossa Senhora. Cuidou com muito carinho da vocação do seu filho Ruy, que há 45 anos dirige com sabedoria a Paróquia de Areia.

La sempre a Igreja e levava flores cultivadas no jardim de sua casa para o altar do Santíssimo Sacramento. Gostava de conversar com os jovens cujo objetivo era orientá-los na obediência aos pais, nas brincadeiras, no cumprimento dos deveres etc. Dizia que na vida é preciso sorrir e espantar as dificuldades. Gostava de cantar. Além da Ave Maria dirigida a Nossa Senhora, cantava as modinhas da época, entre outras, sertaneja.

A patrona desta Escola de 1º. E 2º. Graus, Carlota Barreira, que terá sempre o influxo do seu coração e de sua inteligência.

A querida Escola Carlota Barreira, na comemoração do 1º. centenário do nascimento da minha inesquecível Mamãe.

Areia, 01. 04. 1994

Monsenhor Ruy Barreira Vieira

Na referida Carta em homenagem a Carlota Barreira, escrita pelo Padre Ruy, é possível conhecer, a partir da fotografia ilustrada na carta, Carlota Barreira ao lado de um texto escrito pelo seu filho, Ruy Barreira no aniversário de 100 anos de sua mãe *-in memória*

A patronesse da instituição foi dada, como visto acima, em homenagem a sua genitora, sendo essa proposta feita pelas professoras das Escolas Reunidas que passaram, em seguida, para o quadro do grupo escolar. Segundo relato feito no “Documentário 45 anos Carlota Barreira”, a proposta foi recebida pelo padre com muita emoção que completou a afirmativa dizendo que o nome seria Grupo Escolar Carlota Barreira e o lema da escola seria “Servir”, pois a proposta dele era que o grupo escolar fosse ao alcance da comunidade areiense e que servisse aos necessitados. Além disso, foi criado o brasão da instituição com esse lema que, desde então, encontra-se estampado em fardamento, bandeiras, desfiles e demais atividades.

Figura 15. Bandeira com brasão e o lema “Servi”



Fonte: Arquivo Escola Carlota Barreira

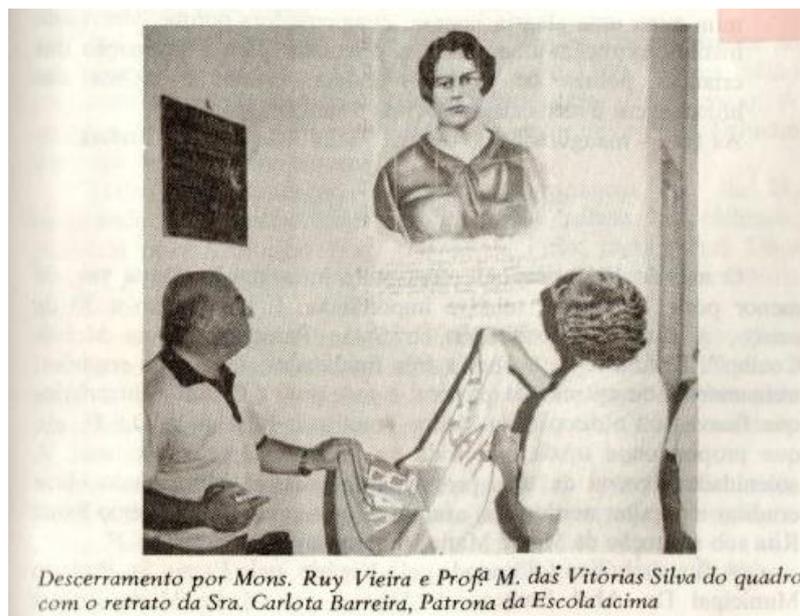
O lema “Servir” aponta, mais uma vez, para as premissas da igreja, a necessidade de auxílio e de servidão que ganha força na Paraíba e em Areia nos anos 1960, culminando com o objetivo maior da instituição. Ao recorrermos à palavra “Servir”, segundo dicionário online de Português, encontramos o seguinte significado: “trabalhar em favor de (alguém, uma instituição, uma ideia etc.). Prestar serviços; cumprir determinados deveres e funções: servir a pátria; passou a vida a servir. Ter utilidade; dar auxílio; auxiliar, ajudar: servir um colega; dedicou sua vida à caridade, viveu de servir”.

A nosso ver, a palavra aqui ganha sentido religioso e assistencialista, não é o serviço educacional que deveria ser garantido pelo Estado, nem o serviço educacional neoliberal, mas sim o servir no sentido de cumprir os desígnios bíblicos, o que fortalece as bases de como essa escola, mesmo vinculada à rede estadual de ensino, nasceu enraizada nas premissas católicas e por ela foi liderada. Além disso, podemos inferir o servir assistencialista para a população financeiramente pobre, já que o padre tinha como um dos objetivos atender crianças pobres no grupo escolar, como fica registrado no final do discurso inaugural e nas memórias registradas por Torres (1980).

O lema “Servir” veio do próprio padre Ruy, ele acreditava que o grupo Carlota Barreira era um grande local que estava a serviço da sociedade areiense, para ele o símbolo da escola seria uma chama, que até hoje é utilizado pela instituição. Não se sabe o significado preciso da chama, mas ela encontra-se associada ao nome servir como vimos na imagem, como missão da instituição.

O Grupo Escolar recebe também uma placa com a foto da homenageada em símbolo de gratidão. Padre Ruy Barreira e Professora Maria das Vitórias Silva realizam o descerramento.

Figura 16. Descerramento da placa



Fonte: Livro Areia Paróquia e Pároco- 40 anos de Francisco Torres (1990)

Dona Carlota, como é reconhecida, constituiu-se como personagem marcante na vida do Padre Ruy, recebendo homenagens diversas como a acima citada, e por sua importância na vida eclesiástica do filho, teve seu corpo trasladado de sua cidade natal para a Paróquia Nossa Senhora da Conceição, ficando junto à lápide de seu filho. Ao visitar a paróquia em busca de alguns materiais da pesquisa, deparamo-nos com os túmulos dos dois e suas “lápides”, como a ponta as imagens abaixo.

Figura 17. Local onde estão sepultados Padre Ruy

Figura 18 Epitáfio de Carlota Barreira

Vieira e sua mãe Carlota Barreira Vieira



Fonte: Arquivo da autora



Fonte: Arquivo da autora

Figura 19. Epitáfio do Padre Ruy Vieira



Fonte: Arquivo da autora

As imagens acima são memoriais de reconhecimento a duas figuras “importantes” para a Igreja e, conseqüentemente, para a criação da instituição.

#### 4.2 A organização educacional: espaço físico, solenidades e festividades escolares

A organização educacional compreende aspectos diversos, tanto da educação de forma geral como das instituições de ensino, essa temática envolve assuntos como: organização de espaço físico, festividades e solenidades, organização curricular, organização burocrática, entre outros. No caso desta pesquisa, buscamos analisar os documentos encontrados com relação ao espaço físico, solenidades e festividades.

A organização arquitetônica de uma escola e o seu espaço físico não se formulam de maneira aleatória ao movimento da humanidade, antes, traduz intenções de mudança, revela o anseio social do momento, podendo significar progresso ou retrocesso (CORREIA, 2010). No caso específico dos grupos escolares, autores como Pinheiro (2002), Saviani (2019), Nosela e Buffa (2006) apontam seu surgimento, exatamente, ancorados no discurso de modernização de ensino também através das novas configurações de espaço físico. Nas palavras de Correia (2010, p. 143), “a construção dos grupos escolares trazia uma nova ideia de escola, revelando-se como um discurso que instituía um sistema de valores, como organização, ordem, disciplina e vigilância”.

Neste sentido, podemos inferir que a construção do Grupo Escolar Carlota Barreira buscou, além da ampliação do espaço e melhores condições de ministração de atividades escolares, seguir padrões arquitetônicos que fossem compatíveis com o que estava circulando na época. Esse modelo de instituição deveria possuir estrutura física

moderna, com salas de aula amplas, sala para direção escolar, cantina/ refeitório (PINHEIRO, 2002).

Ao analisar as fontes encontradas, não conseguimos informações escritas precisas sobre a quantidade de salas e seu uso durante os anos 1968-1973, contudo, comparando as fotografias da época entre e si e com a estrutura física atual, é possível ter uma noção aproximada da estrutura física do grupo. A imagem abaixo nos permite visualizar a frente da instituição e as demais imagens que surgirão deixam visível as outras partes do grupo.

Fotografia 20. Prédio do Carlota Barreira em 1968



Fonte: Arquivo EEEFM “Carlota Barreira”

Na imagem acima, temos a visão da frente do prédio escolar, ao seu lado direito está o prédio do artesanato Dom Adalto, que também pertence à Paróquia local.

Fotografia 21. Prédio do Carlota Barreira em 1968



Fonte: Arquivo EEEFM “Carlota Barreira”

Fotografia 22 Prédio do Carlota Barreira em 1968



Fonte: Arquivo EEEFM “Carlota Barreira”

Não foi possível localizar a planta baixa da construção, contudo, observando as fotografias acima, pode-se perceber que a instituição teve, em sua criação, uma estrutura aproximada de 11 salas de atividades e dois banheiros, não sabendo necessariamente

como cada sala foi utilizada. Essa inferência ocorreu porque as fotografias são idênticas ao prédio central da instituição atual (2022). Acrescentamos que o prédio ganhou novos espaços ao longo dos anos, mas o modelo do central continua sendo o mesmo já descrito.

Reconhecendo o caráter inovador dos grupos escolares no Brasil a partir de 1920 e sua grande efervescência até meados de 1950 e ancorados em autores como Pinheiro (2002) e Saviani (2019) quando discutem sobre as diversas arquiteturas apresentadas pelos grupos escolares, podemos inferir que o grupo Carlota Barreira correspondia a uma estrutura inovadora e ampla, e que comportaria número significativo de aluno, como foi sua pretensão inicial, ofertar matrícula para mais de 800 alunos.

Em síntese, conhecer o espaço físico dessa instituição é importante porque amplia a noção da vivência escolar dos alunos, isso porque,

em muitos casos, a escola será o primeiro ambiente em que o jovem passará turnos inteiros cercado de outros da mesma idade, longe dos familiares e em uma experiência inédita de inserção e adaptação extrema. O colégio tornar-se-á tão presente a partir do momento de sua inclusão na rotina infantil, que é descrito como extensão da casa ou até mesmo “segundo lar” (SILVEIRA e OLIVEIRA, 2021).

No caso específico desta pesquisa, sabe-se que existiram muitas demandas de matrículas, além disso, a instituição atendeu crianças pequenas, como fica perceptível nas fotografias e no Documentário 45 anos Carlota Barreira (2013), nesse caso, o prédio, amplo e recém construído, pode ter promovido o conforto e a integração efetiva do alunado, contudo, essa não pode ser uma afirmativa, já que não obtivemos fotografias ou vídeos de como era a organização do local e nem ouvimos ex alunos ou professoras sobre seus sentimentos de pertencimento.

Além das características do espaço físico do grupo escolar, as solenidades e festividades escolares também merecem destaque para análise. Os destaques que aparecem nos documentos fotográficos são as comemorações religiosas, como missas e festividade de Páscoa, além de celebrações cívicas com temas sobre pátria e honra.

Como já vimos, essas práticas estão, historicamente, vinculadas à educação brasileira, Almeida (2014), Saviani (2014) e Saviani (2019) apresentam em seus escritos que a formação social, política e educacional do país, desde sua invasão apontam a presença das celebrações católicas como missas, cerimônias de eucaristia, páscoa, natal entre outras.

Como já vimos, desde as Escolas Reunidas as atividades religiosas estão presentes nas comemorações escolares, missas de Páscoa, festas no Colégio Santa Rita e, como vemos na imagem abaixo, missa campal.

Fotografia 23. Missa Campal Grupo Escolar Carlota Barreira



Fonte: Arquivo EEEFM “Carlota Barreira”

A imagem registra alunos do grupo escolar em uma missa campal na frente da igreja Matriz da cidade. Todo alunado está usando roupa branca, que não era o fardamento da escola, mas que padronizava os meninos e meninas. Não encontramos, ao certo, qual festividade estava sendo comemorada, mas, pela imagem, podemos inferir que era uma grande celebração, pois contava com todo corpo discente. Também não é possível precisar a data da fotografia, mas estima-se que seja um registro das primeiras festividades da instituição inaugurada.

As outras festividades celebradas pela instituição estão atreladas ao civismo e ao patriotismo, como os desfiles cívicos de 7 de setembro. Essas festividades estão presentes na vida escolar, especialmente, por ser a escola instrumento possível para a implantação de novas ideais e fortalecimento de pensamentos já estabelecidos, conforme Ribeiro (2017, p 206), “os estabelecimentos escolares contribuem com a modelação de novos valores, costumes, crenças e normas através das festas cívico-escolares”. Essa prática tornou-se ainda mais presente nas escolas brasileiras na ditadura empresarial militar isso porque, segundo Ribeiro (2017), durante esse período:

realçamos euforia ufanista associada ao projeto de cidadão, bem definido, que foi imposto pelas autoridades militares sob as premissas de civismo, patriotismo e obediência ao Estado. Conseguimos observar que foi durante o Regime Militar que a educação foi convocada e arquitetada com o intuito de cumprir o papel de arregimentar cidadãos obedientes ao Estado e a Pátria, através da criação, incentivo e oficialização de práticas cívicas já tradicionais e outras novas foram criadas [...].(RIBEIRO, 2017, p. 206)

Diante do excerto e compreendendo o uso das festividades cívicas pelo governo militar e estando o Grupo Escolar Carlota Barreira situado nesse período, encontramos algumas fotografias, dentro do nosso recorte temporal, dessas festividades.

Fotografia 24 Desfile cívico



Fonte: Arquivo EEEFM “Carlota Barreira”

Observando o fardamento e já fazendo uma leitura da arquitetura da cidade, essa fotografia pode ter sido feita no início dos anos 1970. A prática de “marchar” no 7 de setembro é, popularmente, conhecida na cidade de Areia, e é uma tradição antiga. Instituições já citadas no primeiro capítulo dessa dissertação também apresentam histórico de fomentar essa prática. Alinhamento, ordem, passos demarcados e presença de banda marcial são personagens desses desfiles. Não foram encontrados relatos de que o Grupo Escolar possuía uma banda marcial própria entre os anos 1968-1973, apenas na década de 1980, contudo, Torres (1980) registra a presença da Banda Filarmônica Abdon Felinto Milanez nos desfiles realizados e nas festividades, como foi o caso da inauguração da instituição.

Não desinteressadas, as missas e celebrações católicas rodearam a formação do grupo escolar, criando e fortalecendo laços e dogmas católicos, assim como as festas cívicas fortaleceram os ideais de civismo e patriotismo disseminados durante a República, na Era Vargas e marcadamente na ditadura Empresarial Militar. Essas presenças, na instituição, podem ter repercutido em áreas como currículo, organização escolar, vivências entre outras.

Neste sentido, festividades religiosas e cívicas fazem parte da instituição desde sua existência como Escolas Reunidas Padre Ibiapina, até o Grupo Escolar Carlota Barreira, essas celebrações fazem parte da história educacional da mesma e está enraizada no imaginário social, já que comumente ouve-se ex-alunos e professoras e até mesmo a comunidade areiense conversar sobre as belas missas do Carlota Barreira ou a organização dos desfiles cívicos. Essas marcas não são aleatórias, pelo contrário, são respostas de uma longa construção, tanto da própria instituição como da organização política e social na qual ela se constituiu.

## 5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As instituições escolares são locais repletos de significados e que possuem grande relevância social, são nelas que estudantes, professores, funcionários compartilham experiências, vivências e constroem conhecimento. Para alguns, acaba sendo um local onde encontram abrigo e segurança e, assim, cada pessoa que passa por uma instituição tem alguma memória para lembrar ou relatar. Estudar a história de uma instituição escolar, conforme os autores aqui referenciados ressaltaram, é preservar essa memória, é registrar e analisar os “como” e “porquês” daquele determinado local, seu surgimento, sua relevância social, entre outras coisas. Isso não significa que a investigação dessa temática deva ocorrer sem criticidade e que esteja relacionada, apenas, ao emocional, pelo contrário, essa investigação deve ser crítica e atenta, para que exista tanto a preservação da memória como a possibilidade de melhorias.

Compreendendo tal importância, esta pesquisa se propôs a investigar o processo de criação do Grupo Escolar Carlota Barreira e seu papel socioeducativo em Areia-PB, no período de 1968 a 1973. Para tanto, foi necessária a retomada de acontecimentos que antecederam a fundação desta instituição. Buscamos, assim, contextualizar o cenário sócio-político-educacional no qual o Grupo Escolar Carlota Barreira se constituiu; investigar os motivos pelos quais a instituição foi fundada e quem a idealizou; compreender a relação da escola com a cidade de Areia-PB; e refletir sobre a organização educacional: espaço físico, solenidades e festividades escolares. A intenção foi a de corroborar com a produção do conhecimento da história educacional local e, particularmente, para a história da instituição que possui mais de cinquenta anos e que muito contribui para formação educacional da cidade.

Ao contextualizarmos o espaço sócio-político-educacional no qual a instituição se constituiu, atentamos para as informações que circulavam no imaginário social e suas possíveis divergências. Nos anos anteriores à fundação do grupo escolar, a cidade de Areia vivenciou mudanças na sua economia, isso porque, enquanto lutava para sustentar os engenhos, buscava avançar com o efeito da modernização capitalista. No campo educacional, as marcas trazidas pelo Colégio de Freiras e pela inauguração da Escola de Agronomia do Nordeste traziam nova significação para a educação local. Nesse cenário, percebemos que a instituição, que surgiu em 1968 e recebeu o nome de “Carlota Barreira”, já dava seus primeiros passos nos anos de 1950 como Escolas Reunidas Padre Ibiapina, instituição fundada pelo Padre Ruy sendo uma das suas primeiras obras após

sua chegada em Areia-PB, na qual relacionava educação e caridade e já estava envolta de todas essas mudanças supracitadas. Já em 1968, sua transformação em grupo escolar ocorreu em um período atípico, nos anos da Ditadura Empresarial Militar no Brasil, logo após as discussões que culminaram na primeira LDB (1961) e imersas nos trâmites da reforma de ensino de 1971.

Podemos inferir que esses fatos que repercutiram no âmbito do município de Areia, fomentados pela participação das ações da Paroquia e do Padre Ruy Barreira nos movimentos das semanas ruralistas, no movimento das Ligas Camponesas e na criação do primeiro Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Areia, entre outras iniciativas de ação social e educacional, podem estar relacionados, conforme apontamos em nossas discussões, com o “movimento religioso-socialista dentro da igreja”, no qual a igreja local buscou oferecer educação para as crianças pobres.

Foi possível identificar que a instituição esteve intrinsecamente ligada à paróquia local, especialmente ao Padre Ruy Barreira Vieira, e que ela tem uma história antecedente. Seu surgimento se deu a partir da junção de quatro escolas em localidades distantes na cidade que, nos anos 1950, passaram a ser as Escolas Reunidas Padre Ibiapina para, em 1968, se transformar em Grupo Escolar Carlota Barreira, conforme Decreto nº. 4.685, publicado pelo Governo do Estado da Paraíba.

Essas informações apontam para a presença forte da caridade católica nas raízes desse processo, nos âmbitos social, político e educacional no município. Ao olharmos para esse contexto nos deparamos com perguntas que vão além do desejo do “fazer o bem”, do “servir” às classes menos favorecidas, preceitos esses que fazem parte do projeto dos ideais da Igreja Católica, mas que recorreu ao Estado para apoiá-los ou subvencioná-los. Nesse caso específico, inferimos que a presença do Estado foi visível, apenas, na contratação das primeiras professoras.

Ressaltamos neste sentido, a hipótese de ausência da laicidade na fundação da instituição. Estando, então, enraizada pelos preceitos católicos e sendo a igreja local a sua idealizadora, refletimos sobre a ausência da efetivação das discussões realizadas pelos Pioneiros da Educação Nova sobre a necessidade de criar-se instituições públicas, laicas e gratuitas.

Acreditamos que a educação é direito de todos e não privilégio de poucos e-para não cometer anacronismos, estamos cientes de que as legislações, neste sentido, surgem com veemência nos anos 1990, contudo, não podemos deixar de enfatizar que, no final dos anos 1960, a cidade de Areia sofria com a falta de instituições públicas educacionais

que tivessem condições mínimas de funcionamento físico e que a Igreja Católica local tomou para si a responsabilidade de oferecer educação às crianças pobres, fundando uma instituição que fortalecesse também a doutrina católica e os ideais difundidos pela mesma, no tempo histórico dos anos de 1960 e 1970.

Na análise dos dados há indicativos de que a instituição tem relação forte com a cidade de Areia. Como vimos nos autores referenciados neste estudo, Areia enfrentou entre os anos 1930 e 1970 um processo de mudanças em sua economia e educação, tanto com o declínio dos engenhos como com a chegada do Colégio Santa Rita e com a inauguração da Escola de Agronomia do Nordeste. Essas características próprias da cidade apontam as distinções de classes existentes na época, a presença do “colégio da elite” e necessidade da “escola de pobres”. O Grupo Escolar surge, nesse cenário, como um espaço para inserção das “crianças pobres” da região em condições educacionais “melhores”. Associada à Igreja Católica, o grupo acaba se tornando e sendo reconhecido como “a grande estrela das obras sociais da Paróquia, “a mais bela de todas as criações de Ruy Vieira” (TORRES, 1989) e recebe o nome da patronesse “Carlota Barreira Vieira” em homenagem à mãe do vigário. Traz como lema “Servir” à sociedade areiense, em particular, às crianças pobres da paróquia.

Sendo assim, criada quando o Governo anunciava ordem e progresso, isto é, quando o governo militar implantou diversas mudanças sociais e buscava inculcar no imaginário social a necessidade do patriotismo e do civismo para o crescimento de uma nação forte, utilizando a educação como um dos meios para isso, surge o Grupo Escolar Carlota Barreira, vinculado à rede estadual de ensino, como registrado em seu decreto de criação. Porém, a ausência estatal no processo de criação dessa instituição visível, expressa nos valores financeiros para construção do prédio da instituição que foram arrecadados pelo Padre, sua comunidade religiosa a partir de doações, dos fiéis e de instituições religiosas internacionais em parceria com freiras brasileiras, e na escolha para contratação do corpo docente e funcionários da instituição, alguns deles nomeados pelo Estado, como já mencionado. Portanto, os indícios apontam a presença atuante da igreja no campo educativo, configurando-se como um aparelho privado de hegemonia (GRAMSCI, 1999).

Ao ser criado no ano de 1968, o Grupo Escolar nasce e passa a funcionar recebendo mais de 800 alunos; sua organização educacional apresentou características diferentes das instituições conhecidas, possuía um espaço amplo e terreno para construções futuras. Com relação às solenidades e festividades, não foram diferentes de outros grupos no país, em específico na Paraíba. A presença de solenidades religiosas foi

marcante desde o dia de sua inauguração, com a missa de gratidão até as vivências como Páscoa e Natal. Outra característica são as festividades cívicas, vividas na história da construção social do Brasil e acentuadas entre os anos 1964-1985. Desfiles cívicos, festas em homenagem à Proclamação da República não são incomuns nesta instituição, além da ideia de ordem e respeito desenvolvida nesses.

Quando discutimos sobre a gênese dessa instituição e seus primeiros seis anos de funcionamento, não pretendemos esgotar as possibilidades de olhares e compreensões, ao contrário, esperamos ser apoio para novas pesquisas e novas cosmovisões. Esta pesquisa também não esgota o recorte temporal aqui delimitado, já que a mesma existe até o ano atual (2022). Sendo assim, há um longo caminho que não investigamos e que, certamente, possui outros aspectos de sua história a serem analisados, descobertos, redescobertos e publicados.

No percurso de realização desse estudo, precisamos salientar e considerar o contexto desafiador em que ela se desenvolveu, o da Pandemia da Covid-19. Primeiro, pelos limites de acesso aos arquivos e fontes documentais que estiveram por um longo período fechados e inacessíveis, depois, pela dificuldade e insegurança vividas por todos os cidadãos. Por outro lado, não podemos deixar de ressaltar também as dificuldades de encontrar documentos da instituição em alguns arquivos e acervos da cidade no período de 1968 a 1973 e, em alguns casos, a perda e falta de melhor preservação de fontes históricas da memória institucional da Escola. Esperamos que, nos estudos vindouros, possamos acessar, recuperar, desvendar fontes dessa historicidade e dar continuidade ao registro e ao legado educacional dessa instituição areiense.

Por fim, considerando a importância desse estudo e compreendendo que a história dessa instituição não se limita a esse recorte temporal, apontamos a intencionalidade de continuar conhecendo e analisando, em estudos posteriores, outros períodos da instituição, contemplando fontes documentais, a cultura escolar, relatos orais dos sujeitos que vivenciaram e que guardam em suas memórias outras histórias sobre a instituição.

## 6.0 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Américo de. **A Bagaceira**. 37 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio. 2004.

ALMEIDA, José Américo de. **Antes que me esqueça**. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves, 1976.

ALMEIDA, Wilson Ricardo Antoniassi de. **Professor Leovegildo Chagas Santos (1955): patrono do terceiro grupo escolar de Limeira, Estado de São Paulo**. In: Hist. Educ. (Online) Porto Alegre v. 21 n. 52 Maio/ago., 2017 p. 335-355.

ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia memórias de um município**. 1980.

ALMEIDA, Zélia de. Bem-Estar e Riqueza no Brejo de Areia. Ideia. João Pessoa. 2010.

ALVEZ, Juliana Ferreira. Ophélia **Amorim e as Ligas Camponesas na Paraíba: as militantes de esquerda contra-atacam**. e-ISSN: 2359-2796, v. 17, n. 1, 2016. XVII Encontro Estadual de História – ANPUH-PB. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/index.php/xviiieh/xviiieh/paper/viewFile/3490/2632>>. Acesso em: 10 fev. 2022

ALVES, S. S. L; SOUZA, S. T. **A escola da República: implantação e expansão dos grupos escolares no Brasil (da Primeira República à Ditadura Civil-Militar)**. Cadernos da Fucamp, v. 20, n. 42, p. 33-50. 2021.

BARBOSA, R. S. G.; ALMEIDA, C. B.; LIMEIRA, A. M. **Beneficência e instrução: ações católicas na história da educação na capital do império (1880-1930)**. Revista Pedagógica, Chapecó, v. 22, p. 1-20, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22196/rp.v22i0.4309>. Acesso em: 10 fev 2022.

BERTOTTI, R.G; RIETOW, G. **Uma breve história da formação docente no Brasil: da criação das escolas normais às transformações da ditadura militar**. In XI Congresso Nacional da Educação-EDUCERE. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2013.

- BORIS, Kossoy. **Fotografia e história**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial. 2001.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº. 4024. 1961. Disponível em:<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 31 maio 2022.
- BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.htm>>. Acesso em: 01 ago. 2022.
- BURITY, Luiz Mário Dantas. **“Caríssimo Dr. Zé”: os intercâmbios intelectuais e afetivos nas correspondências de José Américo de Almeida e sua professora de primeiras letras Julia Verônica dos Santos Leal**. In: Revista Vernáculo n.º 44 – segundo semestre/2019. ISSN 2317-4021.
- CÂNDIDO, Renata Marcilio. **Culturas da Escola: as festas nas escolas públicas paulistas (1890-1930)**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2007.
- CARVALHO, Maria Auxiliadora; GUEDES, Silva. **Monsenhor Ruy Vieira- 60 anos de sacerdócio e cidadania**. João Pessoa-PB: Imagens e Ideias. 2005
- CELLARD, André. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petropolis, RJ: Editora Vozes. 2008.
- CIAVATTA, Maria. **A HISTORICIDADE DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO, desafios teórico-metodológicos em trabalho e educação**.
- CORREIA, Maria Ivete Martins. **Educação católica, gênero e identidades: O Colégio Santa Rita de Areia na História da educação paraibana (1937 – 1970)**. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Paraíba. 2010.

CHALOPA, Rosa Fátima de Souza. **A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a historiografia da educação brasileira: reflexões para debate.** Revista Brasileira de História da Educação, vol. 19, e063, 2019.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria do fenômeno educativo.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

CUNHA, Antônio Luíz. **Sintonia Oscilante: Religião, Moral e Civismo No Brasil – 1931/1997.** Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 131, maio/ago. 2007

ESPÍRITO SANTO. **Lei nº. 2.391, de 20 de janeiro de 1969.** Espírito Santo: Governo Estadual. 1969. Disponível em:<  
<http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/lei23911969.html>>.  
Acesso em 25 jul. 2022.

Fernandes, Florestan, 1920-1995. F363c **A conspiração contra a escola pública / Florestan Fernandes;** [comentários de] Julio Okumura (org.) [et al.]. – Marília: Lutas Anticapital, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 79. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere.** Vol. 1. Introdução ao Estudo da Filosofia. A Filosofia de Benedetto Croce. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985).** 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONDIM, Maria do Rozário Costa. **Importância do Colégio Santa Rita para a cidade de Areia, Estado da Paraíba.** Especialização. Curso de Especialização em Comunicação

Educacional. Departamento de Comunicação Social e Artes. Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, Paraíba, 1988.

KONDER, Leandro. **O que é dialética?**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

KOSSOY; Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ateliê Editora, 2012.

LIMA; Daniele Ventura Bandeira de. **A caridade segundo Ibiapina: História e Imaginário na casa de Santa Fé**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, Paraíba, 2009.

LUDKE, Menga; MARLI, André. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUSTOSA, Kelyana da Silva. **Quando a educação é tomada como “ato subversivo”: a campanha de educação popular-CEPLAR e as ligas camponesas na Paraíba**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2018.

MELLO; José Octávio de Arruda. **A Educação Paraibana da Colônia a Nossos Dias: uma Abordagem Histórica** 1999. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pee/a/87PN7PpY7CjcdFD6Y8q67qv/?lang=pt>>. Acesso em: 20 maio 2022.

MORAS, Gisele Macedo Santos Martins; FERNANDO, Carla Diniz Moreira. **Areia - Paraíba: morfologia e desenvolvimento urbano (séculos XVIII, XIX e XX)**.2008. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura Manoel; NASCIMENTO Nelito Matheus. **O lugar da história na formação do professor**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.38, p. 186-196, 2010.

NETA, Beatriz Latine Gomes. **Os nomes de escolas públicas na cidade de Mariana: microtoponímia urbana**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos da Linguagem. Universidade Federal de Ouro Preto. Minas Gerais, 2016.

NETO, José Paulo. **O que é marxismo?**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **As Pesquisas Sobre Instituições Escolares: Balanço Crítico**. In: II colóquio sobre Pesquisa de Instituições Escolares. Anais. Campinas: UNICAMP; São Paulo: UNINOVE, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.v7i2.421>. Acesso em: 11 nov 2021.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas: Alínea, 2013.

NUNES, Ana Lucia de Oliveira. **Festas e celebrações: um estudo sobre as visualidades da escola**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás. Minas Gerais, 2005.

PESSOA, Victor Gadelha. **A Ligas Camponesas na Paraíba: História e Memória**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2015.

PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **A educação popular na Arquidiocese da Paraíba (1966-1985)**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2017.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas aos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo. 2002.

RIBEIRO, Genes Duarte. **A professora da nação: as festas cívicas e as escolas na Paraíba**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2017.

SANFELICE, José Luiz. **História e historiografia de instituições escolares**. Revista HISTEDBR On-line. Campinas, n.35, p. 192-200, set.2009. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639622/7190>>. Acesso em: 26 jan 2020.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais Ano I - Número I - julho de 2009.

SANTOS, Miriam Espindula dos; LEMOS, Sanara Maria de Oliveira; SCOCUGLIA, Afonso Celso; **A Campanha de Educação Popular da Paraíba e sua educação subversiva (1961-1964)**. Disponível em: <[http://catedraunescojea.com.br/i-congresso-internacional/GT08\\_POS001.pdf](http://catedraunescojea.com.br/i-congresso-internacional/GT08_POS001.pdf)>. Acesso em: 07 de fev. 2022.

SAVIANI, Dermeval. **Breves considerações sobre fontes para a história da educação**. Fontes, história e historiografia da educação. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDNBR. 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação e política**. 9. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

SAVIANI, Dermeval. **O Legado Educacional do século XIX**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **O Legado Educacional do século XX**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**. 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho Científico**. 23. ed. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Janaina Gomes da. **Os anos de chumbo” da Ditadura Militar na Paraíba (1969-1974)**. João Pessoa. S.D.

SILVA, Vivian de Melo. **Grupo escolar Solon de Lucena: um novo modelo de escolarização primária para a cidade de Campina Grande-PB (1924-1937)**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2009.

SILVEIRA; Kennedy Enio Da; OLIVEIRA; Sabrina Travassos de. **Espaços educativos: uma aproximação sobre a história, propostas pedagógicas e transformações do edifício**. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2021

SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da Escola Primária. *In*: SAVIANI, Dermeval. **O Legado do Século XX**. 5°. Ed. São Paulo. Autores Associados. 2014. p. 103-118.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. Revista Brasileira de Estudos de Estudos Pedagógicos. Brasília, v.70, n. 166, 1989, p. 435-462.

ANDRADE, R. P.; ARNAUT DE TOLEDO, C. de A. **História da educação, instituições escolares, fontes e pesquisa em arquivos na região oeste do Paraná**. Revista Linhas, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 175-199, 2014.

TORRES, Francisco Tancredo. **Areia Paróquia e Pároco 40 anos**. 1990

45 ANOS “CARLOTA BARREIRA”. 2013. 1 vídeo (30 min). Publicado pelo canal Wendel Oliveira. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fB5JkGZ4SvY>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2022.